

1. Introdução.

Até à última década do século XX pouco se sabia da ocupação islâmica da cidade de Tavira. O castelo e as suas muralhas, ainda que muito alterados pelo passar dos anos e por várias campanhas de obras, constituíam os vestígios mais evidentes dessa ocupação. Da antiga mesquita, que as fontes afirmam ter dado lugar à igreja de Santa Maria do Castelo, parece restar apenas o minarete, actualmente convertido em torre do relógio.

Com os trabalhos realizados na antiga agência do Banco Nacional Ultramarino, surgem os primeiros dados arqueológicos sobre a ocupação islâmica da cidade. Estes trabalhos colocaram ainda a descoberto o mais conhecido artefacto deste período, o *Vaso de Tavira*. Desde então, e muito devido às distintas obras realizadas no Centro Histórico da cidade, foram realizadas diversas escavações, as quais, ao ritmo de pincel e colherim, têm trazido à luz do dia o que restou dessa ocupação.

Para além do valioso contributo da arqueologia, a realização da exposição “Tavira. Território e Poder” no Museu Nacional de Arqueologia em 2003 e, sobretudo, a edição do respectivo catálogo, reuniu um conjunto de investigadores que abordaram temas distintos como as fontes, as muralhas ou o quotidiano. A estes contributos soma-se ainda a investigação originada por duas teses de mestrado, uma sobre a cidade islâmica e o seu território (Paulo, 2006), outra sobre a evolução urbana de Tavira desde a sua fundação ao final da Idade Moderna (Martins, 2009).

Contudo, apesar da proliferação de trabalhos de investigação, a maioria dos investigadores aborda apenas alguns temas, não existindo até ao momento um trabalho que abarque as diversas temáticas e problemáticas existentes.

À semelhança do trabalho pioneiro de Santiago Macias, no seu estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (Macias, 1996), e como adeptas acérrimas da interdisciplinaridade, tentámos que a presente dissertação abordasse várias temáticas, recorrendo, para o efeito, ao contributo de várias disciplinas, nomeadamente a arqueologia e a arqueozoologia, mas também a história, a geografia, a arquitectura, etc., de forma tentar recuperar ao máximo a entidade urbana que era Tavira em época islâmica, sobretudo no período almóada.

Por este motivo, este trabalho abarca não apenas o arrabalde almóada da Bela Fria enquanto estrutura física que a arqueologia pôs a descoberto, como também os resultados das diversas escavações arqueológicas realizadas na cidade, as muralhas e demais estruturas urbanas contemporâneas, as fontes islâmicas e cristãs, bem como a

história e evolução do aglomerado urbano desde a sua fundação até ao século XVI. Esta última temática foi abordada com o intuito de avaliar as marcas na paisagem deixadas pelas diversas ocupações, em especial a ocupação islâmica, bem como as continuidades e rupturas na ocupação.

Foram ainda debatidas algumas hipóteses de trabalho propostas por alguns investigadores relacionadas com a evolução urbana de Tavira (Fraga, s.d.; Martins, 2009) ou com a existência de duas mesquitas na cidade em época almóada.

Por outro lado, a presente dissertação inclui uma grande componente prática, materializada no estudo das cerâmicas exumadas no arrabalde da Bela Fria, cujos resultados são apresentados no capítulo oitavo. Considerando o volume elevado dos materiais (255 peças individualizadas e 19994 fragmentos) e consequente dimensão da base de dados, optámos por realizar apenas uma cópia digital deste documento.

Para colmatar a ausência de versão impressa da base de dados, foram criados gráficos e tabelas com as principais conclusões, bem como o catálogo de 82 das 255 peças individualizadas. No que concerne o registo gráfico, optámos por registar apenas as formas mais representativas em estampas, tendo sido realizado registo fotográfico unicamente às formas mais completas ou peças ornamentadas. Sempre que possível, foram encontrados paralelos no que concerne as formas ou motivos ornamentais de forma a aferir as relações comerciais da Tavira islâmica, bem como a sua inclusão em grupos locais/regionais.

No âmbito do presente estudo, apenas as cerâmicas exumadas no arrabalde foram alvo de estudo sistemático. Os dados referentes aos restantes materiais arqueológicos, bem como as faunas recolhidas no arrabalde, estão a ser estudados para efeitos de Relatório Final a entregar à tutela (Covaneiro e Cavaco, em elaboração), pelo que serão apenas arrolados os artefactos exumados, por tipo de material, ou indicadas as espécies animais identificadas.

Até ao momento, não foram realizados quaisquer estudos às sementes e caroços recolhidos, o mesmo acontecendo às amostras de sedimentos recolhidas no arrabalde, pelo que se desconhecem as espécies vegetais presentes no arrabalde. Também as amostras de estuques e argamassa recolhidas se encontram por analisar, o mesmo acontecendo às escórias de metal e vidro. As análises e estudos destes materiais, bem como das pastas cerâmicas presentes no arrabalde, que se espera que venham a ser realizados no futuro, virão certamente enriquecer o conhecimento deste arrabalde e, consequentemente da Tavira islâmica, assim como validar ou rejeitar algumas das hipóteses de trabalho avançadas na presente dissertação.

2. Metodologia.

A investigação histórica e da evolução urbana da cidade de Tavira teve um incremento no últimos anos muito devido à arqueologia e aos trabalhos pioneiros do Campo Arqueológico de Tavira, como também ao trabalho desenvolvido pela equipa de arqueologia municipal e pela equipa do Museu Municipal de Tavira.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na análise crítica dos estudos existentes sobre a Tavira islâmica, bem como dos resultados das intervenções arqueológicas realizadas no centro histórico.

Considerando que a cerâmica é o vestígio mais abundante recolhido na Bela Fria e um dos que mais informação nos pode oferecer sobre diversos aspectos, grande parte da presente dissertação consistiu no estudo destes materiais, pelo que a metodologia utilizada é descrita em subcapítulo criado para o efeito.

2.1. Metodologia para o estudo das cerâmicas.

Durante os trabalhos arqueológicos realizados no arrabalde da Bela Fria foram exumados acima de vinte mil fragmentos cerâmicos. Este número elevado não permite o estudo e descrição individualizada de todos os espécimes, pelo que foi definida uma metodologia para o seu estudo. Assim, e após a realização dos puzzles pelas técnicas de Conservação Leonor Esteban e Yamilet Dias, optámos pelo estudo e descrição pormenorizada das peças e/ou fragmentos que se destacassem.

Para o efeito foram escolhidas peças completas, peças que apresentassem perfis completos (ou quase completos), fragmentos com ornamentação e fragmentos que identificassem a presença de uma forma não presente nas peças mais completas, tendo sido estudados 255 indivíduos.

No que respeita a cor das pastas e dos engobes utilizados no fabrico das cerâmicas, a mesma foi estabelecida através do Munsell soil color charts, edição de 2000. No que concerne os paralelos das peças, estes tiveram em consideração não apenas caracteres morfológicos mas, também, ornamentais.

Os 255 indivíduos estudados foram posteriormente agrupados pelas funções a que se destinavam, tendo por base a metodologia definida pelo grupo CIGA – Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus – (Bugalhão et alli, 2010), sendo ainda inseridos nos fabricos estabelecidos no estudo dos fragmentos não individualizados.

Para além das cerâmicas individualizadas, foram estudados os restantes 19994 fragmentos exumados de contextos seguros, sendo para o efeito agrupados segundo características de fabrico, tendo sido também estabelecido o número mínimo de indivíduos (nmi).

Com a conclusão do estudo das cerâmicas foi possível definir 22 fabricos, tendo por base o tipo de cozedura, a cor da pasta e o grau de depuração das mesmas, independentemente do tipo de cerâmica. O *Fabrico 22* engloba os 132 fragmentos que não se enquadravam nos restantes fabricos, devido a defeitos de cozedura ou ao estado de preservação dos fragmentos.

Para além das técnicas de fabrico, foram também contabilizados outros elementos como o acabamento das superfícies (engobe, brunido, etc.), a ornamentação (pintura, incisão, etc.) e as alterações pós-fabrico (marcas de fogo, concreções, etc.). Em 1443 fragmentos (fragmentos determinados) foi possível identificar a forma a que o fragmento pertenceu (panela, tigela, etc.), tendo sido distribuídos pelos diversos fabricos estabelecidos (Tabela 1).

Finalmente foram contabilizados os fragmentos não individualizados pela parte morfológica do objecto a que pertenceram, tendo sido distribuídos pelos diversos fabricos estabelecidos (Tabela 2).

2.2. Apresentação de datas.

Não existe uma coerência na bibliografia no que concerne a indicação das datas deste período. Um número muito reduzido de autores apresenta quer as datas do calendário gregoriano, quer as datas do calendário islâmico. A grande maioria dos autores consultados apresenta apenas as datas do calendário gregoriano, sendo que em alguns casos as datas publicadas referem apenas as datas da Hégira. Desta forma, e para dar coerência ao texto, optámos por apresentar os anos de ambos os calendários, convertendo as datas cristãs publicadas para anos da Hégira, o mesmo acontecendo com os anos da Hégira que foram convertidos para anos do calendário cristão.

Para estas conversões utilizámos dois métodos distintos. Sempre que a data mencionada na bibliografia consistia na indicação do dia e do mês, foi utilizado um conversor disponível online (Thomann, 1996). Nos casos em que apenas existia a indicação do ano, foram utilizadas fórmulas matemáticas. Ao ano cristão subtraiu-se 621.5643, multiplicando-se a diferença por 1.030684, achando-se desta forma a correspondência no ano da Hégira. Para converter de anos da Hégira para anos do

calendário gregoriano, multiplicou-se o ano islâmico por 0.970229, adicionando-se ao resultado 621.5643, sendo assim atingido o valor da correspondência no calendário cristão.

2.3. Transliterações.

Outro dos problemas identificados na consulta da bibliografia está relacionado com a falta de uniformização na transcrição/citação do árabe. Alguns autores apresentam os nomes escritos “à portuguesa”, enquanto outros os apresentam transliterados, não existindo também uma uniformização na transliteração. Assim, encontramos os nomes com grafias totalmente distintas¹, o que dificulta a uniformização do texto. Uma vez que não dominamos o árabe, nem consultámos fontes originais, proceder à transliteração uniforme dos nomes seria impossível, pelo que optámos por transcrever a grafia utilizada por cada autor.

¹ Veja-se, a título de exemplo, o caso de Ibn Qasī, que é mencionado na bibliografia como Ibn Kasi (Coelho, 2010: 184), Ibn Caci (*Idem*, 2008: 346), Ibn Qasī (Alves, 1999a: 43), Ibn Qasi (Catarino, 1997/1998: 455) e Ibn Qasī (Khawli, 2001a: 37; Macias, 2005: 62; Picard, 2002: 205).

3. Enquadramento histórico-geográfico.

Para entendermos as ocupações humanas temos de conhecer o seu território, tentando, desta forma, perceber o que levou as comunidades a escolher determinados locais em detrimento de outros. Em primeira instância, qualquer escolha terá em consideração as necessidades básicas de sobrevivência das populações, isto é, presença de água e alimento. Em segundo lugar, serão tidas em conta questões estratégicas, relacionadas com a segurança de pessoas e bens, mas também económicas, nomeadamente os recursos disponíveis na região, sendo ainda de considerar a localização estratégica relativamente a possíveis intercâmbios comerciais.

3.1. Tavira e o território.

A paisagem actual é o resultado de uma origem geológica que sofreu processos geomorfológicos, climáticos e biofísicos que a alteraram gerando uma nova realidade que, por sua vez, foi alvo de sucessivas transformações antrópicas. Podemos, pois, considerar a paisagem actual como o resultado da *“adição de camadas de história” sobre um espaço físico: o território* (Corvo, 2008: 18). De facto, e como menciona Alberto Corvo, podemos estar perante *marcas de um passado multicultural*, resultante do cunho das várias ocupações humanas ou perante *uma uniformidade monótona*, reflexo da ocupação mais intensa e duradoura, muitas vezes a actual que aniquilou as marcas das ocupações anteriores (*Ibidem*, 18).

3.1.1. Caracterização geológica, geomorfológica e hidrológica.

Orlando Ribeiro descreve Tavira e a sua relação com o mar da seguinte forma: *Tavira é, como a maior parte dos portos portugueses, uma cidade de estuário. Da serra algarvia desce o rio Séquia ou Gilão, que apenas se torna largo na parte invadida pela maré; desemboca num canal entre sapais e uma restinga de areia que, nos tempos históricos, se tem deslocado lentamente para leste; interrompida um pouco além da foz do rio por uma barra hoje difícil, dá acesso a pequenas embarcações que o podem subir pelo espaço de 2 km* (cfr. Mattoso, Daveau e Belo, 1997: 86).

O núcleo urbano inicial de Tavira desenvolveu-se na colina de Santa Maria, elevação com 24 metros de altitude e que se assume como a mais afastada e diferenciada das várias colinas dispostas a norte, antecedendo os sapais e a planície das

margens do Gilão (Paulo, 2006: 24). Esta localização estratégica permite a visualização de uma vasta área que abarca a norte o Barrocal e parte da Serra Algarvia e a sul o litoral (*Ibidem*, 24), ainda que esteja *resguardada do mar pela ilha que lhe fica defronte* (Khawli, 2003: 132).

O Algarve é delimitado a norte por um sistema montanhoso constituído pelas serras do Espinhaço de Cão, Monchique e Caldeirão, a oeste e a sul pelo oceano Atlântico e a este pelo grande rio do sul, o Guadiana (Figura 1). A diversidade morfológica do Algarve levou à sua divisão em sub-regiões paralelas: a Serra, o Barrocal e o Litoral (Fernandes e Janeiro, 2005: 8). Existe ainda uma segunda divisão, transversal, em Barlavento e Sotavento e que se relaciona com o vento predominante (*Ibidem*, 8). O actual concelho de Tavira, localizado no Sotavento (Figura 2), abarca uma estreita faixa litoral, um Barrocal igualmente breve, estando a Serra a escassos 5 km (Maia, 2000: 2).

A Serra, de formação Paleozóica, apresenta solos xisto-argilosos, os quais, devido ao seu elevado nível de acidez e de impermeabilidade, são pouco férteis e com escassos cursos de água (Paulo 2006: 25). O Barrocal, de formação Mesozóica, apresenta solos carbonatados com séries sedimentares de composição variada, bons níveis de drenagem e razoável capacidade agrícola (Gomes e Ferreira, 2005: 18-19; 23-29).

O Litoral, de formação Mesozóica e Cenozóica, apresenta no Sotavento solos calcários e argilosos, sendo ainda constituído por aluviões, dunas e lodo arenoso resultante dos sedimentos provenientes dos rios e da erosão das arribas (Paulo, 2006: 26). No interior do sistema lagunar formado pelas ilhas barreira estão presentes aluviões e sapais construídos por níveis argilo-arenosos, com base de areão grosseiro e lodos, visíveis na baixa-mar (*Ibidem*, 26-27).

No que concerne a hidrografia, a região de Tavira é marcada por vários cursos de água de que se destacam as ribeiras do Almargem e da Asseca e o Rio Séqua/Gilão, o qual resulta da confluência das Ribeiras de Alportel e da Asseca, assumindo-se como a principal via de acesso ao *hinterland*, sendo provável que fosse utilizado para trocas comerciais entre o interior e o litoral (Paulo: 2006: 28).

As características geológicas da colina de Santa Maria, muito permeáveis, permitem uma boa aptidão aquífera e circulação de águas subterrâneas, dispondo a cidade de diversos poços (como o da Cadeia no largo da Alfeição ou o Pocinho dos Mouros, na zona da Mouraria), sendo ainda conhecidas várias nascentes de água como a que ainda hoje abastece a Fonte da Rua dos Pelames (*Ibidem*, 29).

3.1.2. Flora e fauna.

A vegetação em Portugal caracteriza-se pela coexistência de espécies atlânticas, europeias e mediterrânicas, variando as espécies consoante a região, a temperatura e a pluviosidade (*Ibidem*, 34; Souto, 1989: 40). Devido às condições climáticas, no sul prevalecem árvores de folha persistente, com adaptações às estiagens, características da bacia do Mediterrâneo, tais como a alfarrobeira, a azinheira, o carvalho cerquinho, o choupo branco, a oliveira, a palmeira-das-vassouras (no Algarve), o pinheiro manso e o sobreiro, entre outras (*Ibidem*, 40-41). A estas árvores espontâneas juntam-se espécies de plantação, nomeadamente a amendoeira e a figueira (Paulo, 2006: 35).

Segundo Pierre Birot a vegetação mediterrânea teve de resistir a condições de vida medíocres no Inverno e ainda piores no Verão (Cfr. Souto, 1989: 42). De facto, o clima marcadamente mediterrâneo do sul do país, com desencontros no tempo dos principais factores de desenvolvimento vegetal (temperatura e pluviosidade), impõe graves limitações ao crescimento da vegetação, razão pela qual a árvore cede importância aos arbustos estando presentes carrascos, estevas, loendros e medronheiros (*Ibidem*, 40-42; Gomes e Ferreira, 2005: 9). São ainda frequentes diversas plantas aromáticas como o alecrim, a alfazema e o rosmaninho (Souto, 1989: 40).

No que concerne a fauna em Tavira estão presentes as espécies predominantes do clima mediterrânico bem como as espécies existentes na Ria Formosa (Paulo, 2006: 39). Trata-se, portanto, de um ecossistema rico que integra espécies piscícolas (atum, dourada, muge, sardinha...), malacológicas (amêijoas, berbigão, ostra...), aves (aquáticas, de rapina, insectívoras...) e mamíferos (coelho, lebre, raposa, lontra...) (*Ibidem*, 39; 42).

O alce, o cervo, o gamo, o javali, o lince e o urso eram espécies comuns a todo o território actualmente português (Coelho, 2010: 197), estando o cavalo selvagem, o corço e o veado presentes no sul do território (Paulo, 2006: 44).

No que concerne as espécies selvagens documentadas arqueologicamente em níveis islâmicos de Tavira, constatou-se a presença do coelho e da lebre², do cavalo e do veado no arrabalde da Bela Fria, estando o urso apenas presente no Parque de Festas (Covaneiro e Cavaco, no prelo 3). Até ao momento não foi possível aferir se os restos de *Sus* recolhidos pertencem a porco ou a javali (*Ibidem*).

No bairro almóada do Convento da Graça, tal como no arrabalde da Bela Fria, foram recolhidos elementos de diversas espécies piscícolas (espinhas, escamas,

² À semelhança do que acontece em Mértola (Macias, 1996: 140), no Castelo Velho de Alcoutim no que respeita o coelho e no Castelo das Relíquias no que concerne as duas espécies (Catarino, 1997/98: 746).

mandíbulas e vértebras) que atestam o peso elevado do pescado na dieta alimentar. Contudo, estes restos não foram, até ao momento, alvo de estudo sistemático, pelo que não é possível avançar com as espécies consumidas, o mesmo acontecendo com os abundantes restos de aves.

Para além dos peixes, a fauna malacológica também tinha um grande peso na dieta alimentar das comunidades humanas que habitaram Tavira no período islâmico, estando atestada a presença de diversas espécies nos vários sítios arqueológicos. Foram identificadas conchas de amêijoia, berbigão, lingueirão, mexilhão e ostra no Convento da Graça e no arrabalde da Bela Fria e de conquilhas no BNU³ (Maia, 1999: 41).

3.2. Breve resenha histórica do al-Andalus.

O território actualmente português integrou, durante os cinco séculos de domínio islâmico, o *Gharb al-Andalus*, isto é, o Ocidente do al-Andalus, designação com mais sentido geográfico que político. Segundo Torres, baseado na hipótese avançada por Vallvé em 1986, a origem da palavra Andalus deverá estar relacionada com *o velho mito da Atlântida, criado ou veiculado por Platão e que entrou no imaginário mediterrânico* (1992: 363).

Apesar de geograficamente afastado dos grandes centros decisores (Córdova e Sevilha), neste território, que corresponde *grosso modo* à área da antiga Lusitânia, *tiveram lugar acontecimentos que marcaram, de forma decisiva, a vida das populações aí residentes e foram, em determinadas ocasiões, de uma extrema importância para a evolução da história política peninsular no seu todo* (Macias, 1992: 417).

Durante a ocupação islâmica do Gharb, a sua história e geografia política moldaram-se aos diferentes ciclos políticos do al-Andalus – períodos emiral, califal, dos reinos de taifas, almorávida e almóada – e às oscilações de “fronteiras” decorrentes dos avanços e recuos da reconquista cristã.

3.2.1. A invasão árabe e a conquista do território.

Devido à débil situação social e política que se vivia no reino visigodo, a conquista da Península Ibérica foi executada de forma rápida e fácil (Catarino, 2004:

³ O consumo de bivalves está atestado noutros sítios arqueológicos, como em Vale do Boto (Catarino, 1997/98: 749) e em Mértola (Antunes, 1996: 272).

268). As disputas entre as várias facções da nobreza acentuaram-se a partir do reinado de Égica [687-698 (67-78 H.)], sendo o seu sucessor, Vitiza, incapaz de fazer face aos vários focos de revoltas, sobretudo na área da antiga Bética (*Idem*, 1999: 62).

Com o incentivo do conde Julião (governador de Ceuta) e dos filhos de Vitiza, a quem Rodrigo usurpara o poder, começa a preparar-se a invasão da Península Ibérica, tendo o primeiro reconhecimento da Hispânia sido realizado sob o comando de Tarif (*Ibidem*, 62; *Idem*, 2004: 269). O sucesso do reconhecimento precipitou os acontecimentos e em 711 (92 H.) os primeiros contingentes, sobretudo compostos por berberes, chegam à Península através do estreito de Gibraltar (*Ibidem*, 269).

O primeiro exército ocupa toda a baía de Gibraltar até que defronta Rodrigo na Batalha de Guadalete (*Ibidem*, 269). Vencida esta batalha, a 17 ou 19 de Julho de 711 (93 H.), Tarique toma a cidade de Écija, dividindo o exército para atacar vários pontos estratégicos: Córdova, Granada e Málaga (*Idem*, 1999: 63). Porém, o grosso das tropas comandadas por Tarique avançou para Toledo que se submeteu (Coelho, 2010: 135).

É então que Musa Ibn Nosair, emir da Ifríquia, desembarca na Península acompanhado de 18000 combatentes, na sua maioria árabes, e empreende as conquistas da Andaluzia e do Sul da Lusitânia, tendo submetido Medina Sidónia, Carmona, Sevilha e Mérida (Catarino, 2004: 269 – 271; Coelho, 2010: 135).

Os cristãos de Sevilha que se haviam refugiado em Huelva e Beja regressam, tendo Musa enviado o seu filho Abd al-Aziz para retomar o controlo da cidade (*Ibidem*, 271). Em seguida, o Algarve e o Baixo Alentejo são conquistados em definitivo, tendo Beja e *Ossonoba* sido submetidas pela força e pelo terror. São tomadas Évora, Santarém, Coimbra e Lisboa que capitulou em 714 (95 H.) (*Ibidem*, 272).

Os primeiros anos da ocupação foram marcados pela paz e tolerância religiosa (*Ibidem*, 275). Os habitantes das cidades que capitularam continuaram a possuir terras e a praticar livremente a sua religião (mediante pagamento de tributo), sendo governados por cristãos ou judeus, situação que não se verificou com as cidades tomadas pela força, cujas terras foram repartidas pelos militares que integraram a conquista e o comando entregue a generais árabes (*Ibidem*, 67; *Idem*, 2004: 273; 275).

Uma vez que, quer Beja quer *Ossonoba* foram tomadas pela força, os árabes que participaram nesta conquista receberam uma parte das terras, o que fomentou um povoamento importante na região do Algarve e de Beja, sendo o iemenita al-Yahsubi nomeado governador de Faro (Picard, 1998: 26).

Com a queda da dinastia omíada de Damasco e o novo poder abássida de Bagdad, o panorama político do al-Andalus sofreu importantes alterações, sobretudo devido à

vinda para a península do único sobrevivente omíada em 756 (139 H.) que se intitulou de emir, tomando o nome de Abd ar-Rahman I (Macias, 1992: 420).

3.2.2. *Período Emiral/Califal.*

Quando Abd ar-Rahman I toma o poder a *Península Ibérica era uma manta de retalhos* (Coelho, 2010: 140). O território muçulmano apresentava a norte uma população dispersa e entregue a si própria e a sul o poder estava distribuído por chefes cristãos, capitães moçárabes e corpos militares das diferentes tribos (*Ibidem*, 140).

Talvez para fazer face a esta realidade, Abd ar-Rahman I organiza um *jund* (circunscrição militar) que abarcava o sudoeste peninsular e que tinha como bases as cidades de Niebla, *Ossonoba* e Beja (Picard, 1998: 26). A tribo iemenita Yahsubi detinha o controlo da região até que, entre 763-775 (145-158 H.), os chefes tribais dirigem uma série de ataques contra o poder omíada, proclamando a soberania do califa abássida de Bagdad e hasteando em Beja a bandeira negra dos Abássidas (*Ibidem*, 26; Macias, 1992: 420; Coelho, 2010: 140). Os iemenitas são derrotados perdendo, em consequência, o poder (Picard, 1998: 26).

O Gharb foi um foco permanente de revolta, estando a rebelião sedeada em Mérida, Toledo, Sevilha, Niebla, Beja e no Algarve (Coelho, 2010: 140). Apesar das revoltas constantes e das crises internas, no decurso do século IX os Omíadas tentam consolidar o poder (Catarino, 2004: 278). Uma das principais revoltas contra o poder central foi conduzida por Ibn Marwan e seus aliados tendo realizado incursões no Gharb al-Andalus, atacando a região entre Santarém e Coimbra, a cidade de Lisboa, Idanha-a-Velha, Marvão, Sevilha e Niebla, entre outras (*Ibidem*, 279-280). A partir de 888 (274 H.) o movimento de rebelião encabeçado por Ibn Marwan adquire os contornos de guerra civil, alastrando por toda a Andaluzia (*Ibidem*, 280).

Para além dos ataques internos, os emires de Córdoba viam o seu território ameaçado pelas constantes razias dos cristãos do Norte e pelos ataques costeiros perpetrados pelos piratas escandinavos (*Ibidem*, 280). Para fazer face à ameaça normanda, Abd ar-Rahman II ordena a criação de uma frota de guerra e a construção de rabitas e portos defensivos na costa atlântica (*Ibidem*, 281).

A chegada de Abd ar-Rahman III ao poder é antecedida por um novo período de instabilidade, agravado por enormes divergências internas, com especial incidência no sul da península. De forma a restabelecer a paz no território, Abd ar-Rahman III lança uma série de campanhas contra os principados independentes entre 913 (272 H.) e

927/929 (314-316 H.), submetendo toda a Andaluzia (*Ibidem*, 282). Nesse mesmo ano de 929 (316 H.) Abd ar-Rahman III é proclamado califa e príncipe dos crentes tendo, até ao final do seu reinado, pacificado o Andalus e refreado o avanço cristão a Norte (*Ibidem*, 283).

Al-Hakam II sucede a Abd ar-Rahman III e, durante o seu reinado, inicia-se a carreira política de Ibn Abu Amir, futuro al-Mansur (*Ibidem*, 283). Após a morte de Al-Hakam II em 976 (365 H.), um golpe palaciano perpetrado pelos eslavos tenta colocar no poder Al-Muguira, irmão do califa, e não o seu filho ainda criança Hixem (Coelho, 2010: 160). O chanceler Chafar trai os “conspiradores” delatando os seus planos a Abu Amir que decapita Al-Muguira e toma o título de *hájibe* (secretário) (*Ibidem*, 160).

A partir de 976 (365 H.) e até 1002 (392 H.) al-Mansur, imbuído do espírito da *jihad* (guerra santa) realiza mais de 30 campanhas militares contra o Norte cristão (Catarino, 2004: 284). No final do século X o prestígio de al-Mansur, cada vez mais fortalecido, contrastava com um poder omíada cada vez mais enfraquecido (*Ibidem*, 285). Após a morte do *hájibe* em 1002 (399 H.), são os seus filhos que assumem o poder face à incapacidade governativa dos califas (*Ibidem*, 285).

Em 1009 (399 H.) os cordoveses revoltam-se, pilhando e incendiando a cidade palatina de *Madinat al-Zahra* (*Ibidem*, 285). Os acontecimentos precipitam-se num período de guerra civil que teve como principal consequência o fim do califado omíada, *aniquilado definitivamente em 1031* (421 H.) e a fragmentação do al-Andalus em principados independentes (*Ibidem*, 285), os *mulûk al-tawâif* (reinos de taifa) (Picard, 2000: 74).

3.2.3. *As primeiras taifas.*

O primeiro reino a tornar-se independente no Gharb foi o reino de Huelva em 1012/1013 (402/403 H.), o qual incluía uma parte do Algarve (Catarino, 2004: 286). A este seguiram-se outros, destacando-se no actual território português, o reino de Mértola liderado pelos Banu Tayfur, o de Silves dos Banu Muzayn e o de Santa Maria do Ocidente (Faro) chefiado pelos Banu Harun (Macias, 1992: 425). Entre 1044 (435 H.) e 1052 (443 H.), estes pequenos reinos foram anexados à grande taifa dos Abáidas de Sevilha, a qual incluía o distrito de Beja (Catarino, 2004: 286).

A taifa de Sevilha entrou em conflitos étnicos e territoriais com a taifa de Badajoz a qual, sob governo dos Aftácidas, incluía as cidades e distritos de Elvas, Évora,

Alcácer do Sal, Lisboa, Sintra, Santarém, Laydânya/Egitânia, Coimbra e Viseu (*Ibidem*, 287).

A segmentação do al-Andalus em vários reinos em constante luta entre si conferiu um novo alento à reconquista para sul do Douro passando para a posse dos cristãos, entre 1055 (446 H.) e 1064 (456 H.), Lamego, Viseu, Penalva, Seia e Coimbra, entre outras (Catarino, 2004: 288).

Perante a ameaça cristã cada vez mais a sul e a sua impotência face a exércitos reforçados por cruzados, os reis de taifas vêm-se *perante o dilema de se deixarem subjugar pelos exércitos cristãos (...) ou solicitar a ajuda dos almorávidas* (*Ibidem*, 290).

Em 1039 (430 H.) Ibn Yâsîn é enviado de Kairouan ao Sara Ocidental para reforçar o islamismo que nascia no seio das tribos que percorriam as rotas entre o Senegal e a região de Nûl (Picard, 2000: 78). Yâsîn recolhe-se com os seus discípulos num *ribât* (mosteiro fortificado), preparando-se para a *jihad* (guerra santa), instaurando uma disciplina dura e dando origem a uma corrente muito rigorosa do sunismo, o movimento das Gentes do *ribât* ou *al-murâbitûn*, os Almorávidas (*Ibidem*, 78). Imbuídos de um forte *puritanismo religioso*, os Almorávidas submeteram as tribos do Norte de África criando um vasto Império com sede em Marraquexe e liderado por Yûsuf Ibn Tâshfîn (Catarino, 2004: 290).

Após a queda de Toledo em 1085 (477 H.), os líderes das taifas de Badajoz, Sevilha e Granada solicitam o apoio almorávida (*Ibidem*, 290). Os exércitos cristãos e almorávida (reforçado por contingentes peninsulares) encontram-se a norte de Badajoz, em Zalaca, a 23 de Outubro de 1086 (12 de Rajab de 479 H.) (*Ibidem*, 290; Coelho, 2010: 175) saindo os muçulmanos vencedores. Porém, *Zalaca anunciava não o declínio da arremetida cristã, mas o fim dos reinos de taifas* (*Ibidem*, 176).

3.2.4. Os impérios africanos e o fim do al-Andalus.

Após a vitória em Zalaca, Ibn Tâshfîn regressa à Península Ibérica tendo desta vez como alvo os reinos de taifas (Catarino, 2004: 290). Sob o seu jugo, o al-Andalus reunifica-se e é integrado no vasto Império Almorávida cujos limites se estendem do Mondego ao Sara e deste à Tunísia (*Ibidem*, 290-291). Segue-se um período de *jihad* (guerra santa) contra os cristãos tendo por objectivo a recuperação de cidades e territórios perdidos, sofrendo os cristãos uma pesada derrota em Uclés, corria o ano de 1108 (501 H.) (*Ibidem*, 291).

Com os almorávidas, e devido ao seu fanatismo religioso, termina a tolerância religiosa existente no Andalus desde os tempos da conquista (*Ibidem*, 291). A intolerância teve repercussões no lado cristão, traduzidas no aumento de cruzados que apoiavam os exércitos cristãos, mas também no al-Andalus, manifestadas no *fosso crescente entre a população hispano-muçulmana das cidades e as tribos berberes* (*Ibidem*, 291; Coelho, 2010: 181). O descontentamento latente levou a um novo período de instabilidade, marcado uma vez mais por revoltas.

De todas as sublevações, destacamos a revolta levada a cabo por Ibn Qasī e seus seguidores, os *muridîn*, em 1143/1145 (537/539 H.) as quais precipitaram o fim dos Almorávidas (*Ibidem*, 184). As rebeliões estiveram na origem dos segundos reinos de taifas, mais efêmeros que os anteriores, caracterizados por revoltas internas, traições e, inclusive, alianças com os cristãos (Catarino, 2004: 291).

Tal como tinha acontecido no primeiro período de taifas, também agora a segmentação do al-Andalus e a instabilidade política favoreceu o avanço cristão, descendo a fronteira para a linha do Tejo (*Ibidem*, 291). A oposição dos seus pares levou à deposição de Ibn Qasī que solicita o apoio dos Almóadas em 1145 (539 H.) (Coelho, 2008: 343; *Idem*, 2010: 187).

Em 1116 (509 H.), Ibn Tûmart, um berbere masmûda do Atlas, regressa do Oriente convencido da necessidade de reformar o sunismo e, inspirado por místicos de diferentes correntes, formula uma doutrina particular do sunismo, o unitarismo (Picard, 2000: 82). Apresentava-se como o *mahdi* que conduziria os homens à salvação, criando as condições de um poder absoluto que justificava o título de califa, tomando os seus sucessores o nome de *al-muwahhidûn* (unitaristas) ou Almóadas (*Ibidem*, 82).

Acompanhados de Ibn Qasī, a quem entregam o governo de Silves, os Almóadas chegam ao Andalus em 1146 (540 H.), submetendo as várias taifas entre 1150/1156 (544/550 H.) (Coelho, 2010: 187; Catarino, 2004: 292).

Ambicionando a independência do Gharb, Ibn Qasī alia-se a Afonso Henriques (motivo pelo qual é assassinado em Silves), despoletando uma nova crise a qual favorece o monarca português que conquista, em 1147, Santarém, Sintra, Lisboa, Palmela e Alcácer do Sal (*Idem*, 1997/98: 82). Nesse mesmo ano os Almóadas conquistam Sevilha, reunificando o al-Andalus. Após esta reunificação do cada vez mais reduzido território, os Almóadas estabelecem um sistema defensivo, através da construção de novas fortificações numa tentativa clara de travar os avanços da cristandade e de manter a linha de fronteira no Tejo (*Idem*, 2004: 292-293).

Em 1189 (584 H.) D. Sancho I, com o apoio de uma frota de Cruzados, toma Silves e outras fortificações do Algarve litoral, as quais regressam ao domínio almóada em 1191 (586 H.), sob o comando de Yusuf al-Mansur, herdeiro do vasto e próspero império almóada (*Idem*, 1997/98: 82).

Os almóadas *povoaram o Andaluz com grandiosas construções palatinas e religiosas que dignificaram as cidades mais populosas* (Coelho, 2010: 189). De facto, o domínio almóada constituiu um período de dinamismo económico e construtivo mas também de grande unidade cultural. O seu momento de apogeu está associado à vitória na Batalha de Alarcos em 1195 (591 H.), a qual permitiu contrariar durante alguns anos o avanço cristão, ficando a linha de fronteira fixada no Tejo durante cerca de 40 anos (Macias, 1992: 429).

Apesar da estabilidade com o inimigo a Norte, instalam-se novas crises internas. A 16 de Julho de 1212 (14 de Safar de 609 H.) os muçulmanos foram esmagados pela coligação de governantes cristãos de Castela, Aragão e Navarra na Batalha de Navas de Tolosa (*al-Ukab*) (Picard, 2000: 86).

A morte do califa Abú ‘Abd Allah Muhammad al-Nasir, assassinado no ano seguinte gerou uma longa crise dinástica que culmina com al-Mamûm, após ter aniquilado a concorrência com o apoio de Fernando III de Castela, a decretar o fim do unitarismo e o retorno ao rito sunita tradicional (Picard, 2000: 86).

Por volta de 1230 (627 H.), em plena crise dinástica, e devido ao enfraquecimento do poder central, os governadores locais e as classes tradicionais começam a ressuscitar os antigos Reinos de Taifas, nomeadamente no que restava do Gharb, onde Ibn Mahfuz se torna senhor de Niebla estendendo-se o seu território desde o cabo de S. Vicente até à desembocadura do Guadalquivir (Cruz Hernández, 1996: 175; Gómez Martínez, 2006: 138).

Tal como aconteceu nos anteriores períodos de taifas, os avanços da reconquista cristã fizeram-se sentir com grande intensidade, tendo o renovado ânimo cristão levado à queda do que restava do Gharb em cerca de 40 anos. Após os contributos de D. Paio Peres Correia na conquista do Alentejo e de parte do Algarve, a conquista definitiva do território, entre 1248 e 1250 (645/647 H.), esteve a cargo de D. Afonso III (Mattoso, 1993a: 124). Entre 1227 (623 H.) e 1238 (635 H.), as principais cidades do al-Andalus (Badajoz, Córdoba e Valência) são tomadas pelos cristãos, tendo Sevilha sido submetida em 1248 (645 H.) (Catarino, 2004: 294). O reino nazarí de Granada manteve-se como bastião muçulmano até 1492 (897 H.) (*Ibidem*, 294).

4. Tavira. Das origens ao espaço atlântico.

Para podermos tentar conhecer e compreender a ocupação islâmica de Tavira em toda a sua dimensão, optámos por realizar uma síntese das ocupações anteriores, bem como dos primeiros séculos da ocupação cristã pós-reconquista. Esta opção está relacionada com as marcas que possam ter ficado das ocupações anteriores e que, de alguma forma, tenham condicionado a ocupação islâmica da Colina de Santa Maria, assim como a cidade muçulmana nas suas mais variadas vertentes (urbanística, social, económica, etc.) esteve na origem dos primeiros séculos da Tavira cristã.

É inegável o papel do mar na história de Tavira, *núcleo de feição urbana virado para o mar, ora Mediterrâneo, ora Atlântico, de acordo com os desafios do tempo* (Costa, 2003: 183). Contudo, e apesar da importância da cidade na *articulação dos espaços europeus, quer mediterrâneos quer atlânticos*, ser reconhecida, o seu carácter periférico, (quase) insular, tem sido excessivamente valorizado (*Ibidem*, 184).

De realçar as palavras de Manuela Santos Silva sobre o papel do rio Gilão à época do Foral novo de Tavira, mas que se poderiam aplicar, com as devidas adaptações, a todas as fases de ocupação humana da cidade: (...) *o rio Gilão (...) tem um papel múltiplo – serve de ligação ao mar, de onde vem a maior riqueza e para onde vai o que de mais valor se produz no concelho, fornece ele próprio variedades piscícolas e de marisco muito apreciadas, move engenhos de moagem, rega as hortas – já famosas na Idade Média – e os pomares que permitem a Tavira contrabalançar a aquisição de produtos às naus e caravelas que chegam constantemente ao seu porto vindas de variadas partes* (Silva, 2004: 13).

4.1. O Bronze Final pré-fenício: as origens.

Ainda que no concelho de Tavira existam vestígios referentes ao paleolítico, nomeadamente, os habitats de ar livre do Pinheiro e da Canada (Marques, 1995: 149, 153), a ocupação humana mais antiga do espaço ocupado pela actual Tavira remontará ao Bronze Final. Assim o indicam os trabalhos arqueológicos realizados na designada colina genética, também conhecida por colina de Santa Maria. As razões para a escolha deste local para a fixação de populações humanas podem dever-se à sua localização

junto a um promontório, o que lhe confere protecção contra ventos e tempestades, bem como contra eventuais agressores⁴.

Entre outros achados, foi identificada uma estrutura ígnea formada por quartzo aglutinado por barro, sobre a qual foram encontrados fragmentos de uma pequena taça carenada e de uma taça com ornatos geométricos brunidos (Maia, 2003a: 42).

Deste período, é de realçar, uma estrutura incompleta, interpretada como sendo uma possível cabana, que foi identificada no Palácio da Galeria. Esta hipotética cabana apresentava pavimento em terra batida contendo, ainda, uma estrutura de fogo que, tal como a anterior, era constituída por blocos de quartzo (*Ibidem*, 42). Nesta lareira foi recolhida uma *boca de ampolla de origem indubitavelmente oriental*, bem como fragmentos de ânforas de tipologia fenícia, nomeadamente um “vaso à chardon” e pratos de engobe vermelho, apontando para cronologias entre os séculos VIII e VII a.n.e.

No Parque de Festas, logradouro do Palácio da Galeria, também foi identificado um conjunto de estruturas negativas escavadas na rocha (valas circulares e buracos de poste) e que foram interpretadas como bases de cabanas, defendendo as autoras que as estruturas possam estar associadas a uma área de povoamento do Bronze Final considerando as cerâmicas alisadas a *cepillo* associadas (Simão e Pinto, 2009: 29 – 30).

Sob a actual Pensão Castelo, no sítio conhecido como Netos, foram identificados níveis do século VII a.n.e., nos quais foram recolhidos materiais cerâmicos de uso quotidiano, nomeadamente, painéis de barro pouco depurado (Maia, 2003a: 43).

A responsável pelos trabalhos arqueológicos efectuados quer no Palácio da Galeria, quer em Netos, estabelece que a primeira ocupação da colina genética se situará *entre o Horizonte Médio e o Horizonte Residual da Idade do Bronze Final*, isto é, entre 1000 e 750 a.n.e. (*Idem*, 2008: 59). Para a mesma autora, ainda que mal documentado, o Bronze Final de Tavira, *inscreve-se na tartésside* (*Idem*, 2003a: 45).

4.2. A Idade do Ferro: a consolidação do núcleo urbano de *BAALSA...

Os dados disponíveis para a Idade do Ferro em Tavira são em maior quantidade que os disponíveis para a época precedente. Para isso contribuíram, uma vez mais, trabalhos arqueológicos recentes em diversos locais da colina de Santa Maria, nomeadamente (e no sentido dos ponteiros do relógio), no Palácio da Galeria, no BNU, em Netos, no Palácio dos Corte Real e no Convento da Graça. Tal como acontecia com

⁴ A existência de sapais (águas poucas profundas) reforçam a protecção face a esta última ameaça.

as intervenções que forneceram dados sobre a Idade do Bronze, todos os trabalhos arqueológicos encontram-se relacionados com obras, de carácter público ou privado, no Centro Histórico de Tavira.

Tudo leva a crer que a ocupação da Idade do Ferro de Tavira ter-se-á iniciado no decurso da primeira metade do século VII a.n.e., sendo inegável a sua estreita ligação com a colonização fenícia ocidental (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 125).

A quantidade, e variedade, dos achados identificados até 2003, levaram Ana Margarida Arruda a afirmar que *é possível admitir a possibilidade de situar o núcleo pré-romano de Balsa referido nas fontes clássicas na actual capital do concelho* (Arruda, 2003: 52). De facto, considerando os resultados das diversas intervenções arqueológicas, as questões da localização da Balsa pré-romana são deveras pertinentes, ainda que se admita que *a cidade e o respectivo topónimo se tivessem trasladado, depois do século II a.C., para a Quinta da Torre d'Ares (Ibidem, 52)*.

Esta também parece ser a opinião da investigadora responsável pela maioria das intervenções arqueológicas onde foram identificados níveis da Idade do Ferro. Para Maria Maia, Tavira seria, durante o século VII a.n.e., um *porto-santuário colocado sob a invocação de Baal* (Maia, 2006: 231). Segundo esta investigadora, o povoado de Tavira estaria relacionado com um local de culto a *Baal Hadad, com os seus epítetos Sapôn (do Norte) ou Samên (da tempestade), que terá originado Balsamen em latim (Idem, 2003b: 59)*.

Mas que achados levaram a estas conclusões? Por que razão Maria Maia afirma que *o Alto de Santa Maria foi sede de uma comunidade profundamente orientalizada (Ibidem, 59)?*

No decorrer das obras de recuperação do Palácio da Galeria, na zona do Átrio, a supra-citada investigadora escavou um complexo conjunto de poços, cilíndricos (um dos quais ligava a uma pequena câmara), nos quais foram exumados materiais cerâmicos datados do século VII a.n.e., nomeadamente, *pithos* de quatro asas com pintura policroma, um jarro de “boca de seta”, um queimador de perfumes, entre outros (Ibidem, 66, 68). De realçar que os trabalhos desenvolvidos em 2009 no Parque de Festas levaram à descoberta de estruturas *sub-circulares escavadas na rocha (...), ligadas por uma passagem entaipada (...), cuja morfologia se assemelha às estruturas negativas identificadas no interior do Palácio da Galeria (Simão e Pinto, 2009: 23)*.

Estas estruturas têm sido interpretadas como *Bothroi*⁵ (Maia, 2006: 231) uma vez que durante a segunda metade do século VII a.n.e. os poços foram cheios com artefactos de carácter votivo e restos incinerados de ovicaprídeos e bovídeos (*Idem*, 2003b: 70). O carácter votivo da cultura material exumada leva a autora a defender que estes poços possam ter sido o *embrião de um santuário frequentado por marinheiros* (*Ibidem*, 69).

A tipologia dos monumentos, aliada ao espólio associado⁶, não impossibilita que os mesmos tenham sido utilizados como monumento funerário⁷ (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 125). De realçar, que estas estruturas podem ter tido uma dupla funcionalidade, isto é, e como defende Maria Maia, pode ter ocorrido uma sacralização das sepulturas, transformando-as num local de culto (cfr. *Ibidem*, 125).

Se a funcionalidade dos poços parece ser pouco clara, o mesmo não acontece com a origem dos seus construtores, ou pelo menos dos seus utilizadores, uma vez que estes seriam populações claramente exógenas, seguramente, de origem oriental (*Ibidem*, 125).

Na antiga agência do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em Tavira, futuro Núcleo Museológico Islâmico⁸, foi identificado um local de processamento de salga de diversas espécies marinhas (Maia, 2008: 67). Para esta interpretação contribuiu o achado, *in situ*, de várias ânforas fragmentadas⁹ e um tanque com o fundo em terra batida que poderá ter sido utilizado na maceração da salmoura (*Ibidem*, 66). De realçar a existência de uma cabana em cujo interior havia sido guardada uma rede de pesca em esparto torcido, conservada devido a um incêndio generalizado (que levou ao abandono do complexo), bem como pelo facto de se encontrar no nível freático (*Ibidem*, 60).

Estas estruturas estavam associadas a um molhe de acostagem, turdetano, realizado em *alvenaria conglomerada com barro* e a uma rampa para a retirada dos barcos para terra (*Ibidem*, 60), o que parece confirmar o carácter comercial da área.

Tais achados levaram Maria Maia a afirmar que *entre finais do século V e os alvares do século III a.C., Tavira (*BAALSA...) teve um cais de acostagem construído, participou num movimento comercial e económico conhecido hoje como “Liga do*

⁵ Poços votivos subjacentes a santuários, na maioria ao ar livre que pontuam a expansão fenícia no Mediterrâneo (Maia, 2003b: 69).

⁶ De que podemos destacar, ainda, fragmentos de casca de ovo de avestruz e um pequeno objecto em marfim, interpretado como tampa de uma caixa de unguentos ou cosméticos (*Ibidem*, 68). Destaque para a presença de cerâmica ática, como acontece nos demais sítios de Tavira com níveis da Idade do Ferro (Barros, 2003: 73).

⁷ Facto curioso reside na toponímia antiga do local, talvez fruto da memória colectiva: *a rua que da Misericórdia leva ao palácio da Galeria era das Tumbas* (Vasconcelos, 1999: 271).

⁸ Local onde foi encontrado, na última década do século XX, o famoso “Vaso de Tavira”.

⁹ Algumas exibindo ainda restos do seu conteúdo: atum, cabeças de dourada, ostras e berbigão ainda por abrir (Maia, 2008: 66).

Estreito” e utilizou grandes quantidades de sal (...) para conservar peixes, mariscos, bivalves (...) (Ibidem, 60).

Foi também neste local, em estratos mais recentes, que se exumou o maior conjunto de fragmentos de cerâmica ática de Tavira. A variedade dos fragmentos permitiu estabelecer um período comercial dividido em três fases distintas (Barros, 2003: 73). Para Pedro Barros, as cerâmicas áticas exumadas atestam que Tavira foi um dos centros de articulação do território, inserindo-se numa complexa teia de mercados, *consensualmente designada por circuito do estreito (2007: 337)*. Por outro lado, estes materiais revelam o poder de compra que esta região detinha, o qual corresponderia a *uma efectiva detenção de valores/recursos para troca, sejam eles mineiros (...) agropecuários ou recursos ligados ao mar-pesca, produção de conservas de peixe e sal (Idem, 2003: 75)*, o que se coaduna com os resultados encontrados em estratos mais antigos (Maia, 2008: 60).

O achado mais monumental da Idade do Ferro encontrado em Tavira é, sem dúvida, a muralha com casamatas e passadiços identificada em Netos (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 121). Esta imponente estrutura defensiva, de filiação fenícia (Maia, 2008: 60), possui uma espessura máxima de 9,5 metros e apresenta paralelos em La Fonteta e no Castillo de Doña Blanca, tendo-lhe sido atribuída uma cronologia de finais do século VII a.n.e. (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 121). Segundo Maria Maia, a estrutura defensiva apresenta dois momentos construtivos (Maia, 2003b: 62) sendo que, em meados do século V a.n.e., *deixa de ser funcional, tendo muitos dos materiais com esta cronologia (...) sido lançados (...) para o exterior (Idem, 2008: 60)*.

Os trabalhos arqueológicos realizados no Terreiro do Parginho possibilitaram a identificação de uma estrutura com características análogas à muralha de Netos. Segundo a responsável dos trabalhos arqueológicos, *num período contemporâneo ou posterior aos séculos VIII-VI a.C. assiste-se à construção de uma estrutura, aparentemente, de grandes dimensões que poderá estar relacionada com um troço da muralha da Idade do Ferro já identificada noutros locais como por exemplo na Rua D. Paio Peres Correia e a Rua da Liberdade (Mateus, 2010: 55)*.

Após a identificação do troço de 13 metros da muralha fenícia em Netos, a edilidade tavirense decidiu a musealização da mesma, através da constituição do Núcleo Museológico Fenício. Para o efeito, foram realizadas escavações nos terrenos do antigo Solar dos Corte-Real, no lado oposto da rua, tendo sido executado um túnel de acesso entre os dois terrenos.

Nesta intervenção foi identificada uma plataforma de adobes (com espólio com funções votivas e/ou funerárias associado) (*Idem*, 2006); parte de um edifício dos finais do século VII a.n.e. (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 122), bem como áreas ligadas à metalurgia (*Ibidem*, 122; Maia, 2003b: 66).

No que respeita à cultura material, neste local foram exumados moldes de fundição e pequenos lingotes de metal, um fragmento de algaravis (utensílio ligado ao processamento do ferro) (*Ibidem*, 66), fragmentos de cerâmica ática (Barros, 2003: 73) e um fragmento de cerâmica cinzenta, de produção local, que na face interior apresenta caligrafia miúda e cuidada e, na face externa, uma caligrafia que, utilizando caracteres de maiores dimensões, se apresenta mais rápida e sumária (Maia, 2003b: 70).

Este fragmento atesta que, em meados do século VII a.n.e., existiam na actual Tavira indivíduos que escreviam com o alfabeto e língua fenícios e outros que os leriam e compreenderiam (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 122).

No decurso das obras de adaptação do antigo Convento de Nossa Senhora da Graça, durante a abertura de uma vala para a colocação de infra-estruturas no exterior do convento, foi identificada uma necrópole de incineração. A presença de urnas de tipo Cruz del Negro indicia a *existência de uma necrópole de tipo «tartéssico»* (*Ibidem*, 2008: 121). A sepultura n.º 1, uma simples depressão escavada no sedimento onde foi colocada a urna contendo ossos e cinzas, difere da sepultura n.º 2, onde a urna foi depositada numa cavidade escavada na rocha, e da sepultura n.º 3 em que os restos cremados foram depositados, sem urna, numa cavidade escavada na rocha (*Ibidem*, 128).

No que respeita à cronologia da necrópole, enquanto se aguardam os resultados das datações absolutas realizadas ao conteúdo das urnas, e considerando o escasso espólio associado, a mesma terá de ser baseada na morfologia das urnas, a qual aponta para a segunda metade/finais do século VII a.n.e. (*Ibidem*, 130).

Face aos dados ora apresentados, parece ser inquestionável que em Tavira, durante o período cronológico em apreço, existiram populações exógenas, de origem oriental, facto confirmado, não apenas pelos materiais arqueológicos exumados¹⁰, como também pela estrutura defensiva identificada em Netos, como ainda pela necrópole fenícia escavada no Convento da Graça, na qual estariam os mesmos indivíduos que construíram (e/ou se sepultaram) os monumentos do Palácio da Galeria (*Ibidem*, 133, 134) e do Parque de Festas.

¹⁰ De que se destaca o fragmento com grafito exumado no antigo Solar dos Corte-Real.

4.3. Da Tavira fenícia ao Serro do Cavaco e a Balsa.

Como já mencionámos, a “colina genética” é ocupada, pelo menos, até aos inícios do século terceiro a.n.e. (Maia, 2008: 60). Os trabalhos arqueológicos realizados no centro histórico revelaram, até ao momento, a existência de um hiato na estratigrafia, que corresponde a um abandono de cerca de 14 séculos, desde a ocupação turdetana até à ocupação islâmica (Corvo, 2008: 20).

Por que motivo terá a colina de Santa Maria sido abandonada? Para onde se deslocaram as populações aí existentes?

A ter sido abandonada, as razões desse abandono dificilmente serão estabelecidas com exactidão. As causas poderão estar relacionadas com questões de instabilidade e/ou ataques exteriores¹¹ à cidade, mas poderão existir outros motivos, relacionados com o domínio do sagrado¹² (irrecuperáveis), com questões de insalubridade do sítio ou com uma qualquer doença que tenha atacado as populações aí residentes.

Por outro lado, não deve ser posta de lado a hipótese de **BAALSA...* não ter sido totalmente abandonada, tendo ficado alguma população em áreas onde ainda não se realizaram escavações arqueológicas. Se assim for, pode admitir-se uma coexistência do núcleo original com o Serro do Cavaco, sendo este um local dependente do primeiro (Fabião, 2003: 80).

O Serro do Cavaco é uma pequena elevação junto ao Séqua¹³, a montante de Tavira. Neste local foram recolhidos, à superfície, materiais de época romana republicana, nomeadamente, ânforas vinárias itálicas (século II e I a.n.e.), cerâmicas *campanienses* e *paredes finas* itálicas (*Ibidem*, 78).

Até ao momento, apenas foram realizadas prospecções arqueológicas neste sítio em vias de classificação, o que dificulta as conclusões e interpretações sobre o local. Ainda assim, Carlos Fabião avança com algumas propostas. O autor propõe a hipótese de se tratar de um povoado autóctone, pré-romano, *que convive com os primórdios do processo de conquista destas paragens, pelas águias de Roma* (*Ibidem*, 79). Por outro lado, não se pode descartar a hipótese da utilização do Serro do Cavaco ser decorrente do processo de conquista podendo, desta forma, o local *ter desempenhado alguma função específica de ordem estratégica ou militar* (*Ibidem*, 79).

¹¹ Não será de excluir a hipótese do incêndio generalizado identificado no complexo do BNU poder estar relacionado com um ataque a esse local.

¹² Renúncia de um local associado ao culto de Baal por “ordem” da divindade ou por abandono do culto.

¹³ O rio Séqua, junto a Tavira, adquire o nome de Rio Gilão.

Um facto, porém, parece ser indiscutível: a importância do sítio nas ligações entre o interior e o litoral, bem como a duração relativamente longa da ocupação, factos atestados pelo volume e qualidade dos materiais importados (*Ibidem*, 80). Ainda assim, e face às suas dimensões reduzidas, o Serro do Cavaco não constituiria um lugar central (*Ibidem*, 80). Esse papel talvez fosse desempenhado pela Colina de Santa Maria, que, quer *pela sua implantação litoral*, quer *pela sua antiquíssima fundação*, seria *ainda o principal núcleo regional na época em que aqui chegaram os exércitos de Roma* (*Ibidem*, 80).

Independentemente do seu papel (local central ou local secundário), da data da sua fundação (antes ou aquando da chegada dos exércitos romanos) e da sua função (habitat indígena com funções comerciais e/ou defensivas ou ponto de instalação de uma guarnição militar romana), o certo é que o Serro do Cavaco *não sobreviveu aos novos tempos* nem à *nova geografia política e económica* da região (*Ibidem*, 80).

Durante a primeira metade do século II a.n.e. ocorre a transferência da população para a área correspondente à actual Quinta da Torre d'Ares (Luz de Tavira), sendo o Serro do Cavaco definitivamente abandonado no decurso do século I a.n.e. (*Ibidem*, 79). Esta transferência do povoado poderá estar relacionada com as condições de acessibilidade do local, bem como com a existência de água no subsolo e com a fertilidade dos solos (Mantas, 2003: 87).

Deve-se a Sebastião Phillipes Estácio da Veiga a localização da conhecida cidade romana de Balsa¹⁴, que até então era identificada com Tavira. A urbe ocuparia uma vasta área, hoje correspondente às Quintas da Torre d'Ares, do Arroio e das Antas (*Ibidem*, 85). Porém, e apesar da importância reconhecida da cidade dos balsenses, os dados disponíveis pecam por escassos.

Sabemos que à cidade tinha sido reconhecido o estatuto de *Respublica*¹⁵ (Maciel, 2003: 105), estendendo-se os seus limites urbanos desde o sector portuário (junto à Ribeira da Luz) até Ribeira das Antas (Mantas, 2003: 87). A norte, a cidade encontrava-se delimitada pela necrópole, a cerca de 300 metros da actual casa da Quinta da Torre d'Ares, pelo que se estima que a cidade ocupasse cerca de 24 hectares (*Ibidem*, 88), os

¹⁴ (...) *naquellas paragens, distantes uns seis kilometros da cidade de Tavira, hoje cultivadas e povoadas de arvoredos, existiram os famigerados balsenses* (Veiga, 1866: 13).

¹⁵ O facto de Balsa ser uma *Respublica* encontra-se atestado pela existência de uma epígrafe com o seguinte texto: ONVM_R_P_BALS. O texto epigráfico, segundo Encarnação, deverá ser interpretado da seguinte forma: R(es) P(ublica) BALS(ensium), aludindo à “República dos Balsenses”, ou seja, *ao conjunto dos cidadãos de Balsa* (Encarnação, 2003: 99).

quais seriam habitados por *algo como seis mil habitantes*, o que corresponderia, no século I *aos parva oppida algarvios* (*Ibidem*, 88).

Sobre estes habitantes, sabemos que pertenceriam à Tribo Quirina (Encarnação, 2003: 97) e, graças à epigrafia conhecemos algumas das famílias que habitariam a cidade, nomeadamente, os Tito Rútílio e os Tito Mânlio (*Ibidem*, 100).

As gentes de Balsa reflectiriam os contactos ancestrais com o Mediterrâneo (agora integrado no Império Romano) sobretudo com as regiões vizinhas da Bética e do Norte de África, mas também com a Itália e o Oriente (Mantas, 2003: 91). Este facto encontra-se atestado pela antroponímia¹⁶, mas também pelos materiais arqueológicos exumados.

Destes podemos destacar as cerâmicas provenientes de vários locais do Império, nomeadamente, cerâmicas de *paredes finas*, *terra sigillata* itálica, sudgálica e hispânica, mas também os tipos clara C e D, bem como a *sigillata* foceense, luzente e paleocristã (Viegas, 2006: 115).

A cidade de Balsa não importou apenas cerâmicas de luxo, tendo sido, também, importada cerâmica comum (de diversos locais) e ânforas vinárias (Dressel 2-4), para transporte de azeite (Dressel 20 e 23) e para preparados de peixe (Dressel 7-10 e Almagro 51 a-b e Almagro 51c) (Fabião, 1994: 17), todas elas provenientes da Bética. De realçar a presença de um exemplar de ânfora vinária de origem oriental (Agora M-54) (*Ibidem*, 23), de produções anfóricas africanas (*Ibidem*, 22) e de origem local/regional (Almagro 50 e Almagro 51c), algumas delas ostentando marcas¹⁷ (*Ibidem*, 24).

A cidade cunhou moeda, o que atesta a sua importância e o seu dinamismo económico, bem como as principais actividades económicas da cidade, já que nos numismas cunhados em Balsa figuram atuns, navios e a legenda BALS (Gomes e Gomes, 1981/83: 163), bem como uma árvore, à guisa de mastro, que poderá estar relacionada com o culto a Baal (Maia, 2008: 231).

Infelizmente, os dados relativos à cidade, quer do ponto de vista urbanístico, quer do ponto de vista das infra-estruturas que possuía, são mais escassos que os dados epigráficos e os dados sobre a cultura material. Sabemos, contudo, que a cidade disporia de um circo (na actual Quinta das Antas), o qual é citado em duas epígrafes¹⁸ (Mantas,

¹⁶ Segundo Mantas, a antroponímia indígena é residual, o que para o autor é um claro indício de profunda romanização (Mantas, 2003: 91).

¹⁷ AEMHEL; OLYNT e LEV.GEN (Fabião, 1994: 24).

¹⁸ Gaio Licínio Bádio e Lúcio Cassio Celer terão oferecido, cada um, cem pés do pódio do circo (Encarnação, 2003: 89).

2003: 89), e um conjunto de cetárias, identificado no decurso dos trabalhos arqueológicos dirigidos por Manuel e Maria Maia em 1977 (Viegas, 2006: 7).

Com base no estudo das cerâmicas, sobretudo das importações de *terra sigillata*, Catarina Viegas defende um abandono efectivo da cidade nos finais do século VI ou inícios do século VII após um progressivo declínio a partir do Baixo Império (*Ibidem*, 117). Esta ideia é reforçada por Justino Maciel, quando afirma que *Balsa não teve continuidade urbanística* uma vez que a sua *ocupação não é posterior ao século VIII d.C.* (2003: 105).

Para além da enorme riqueza de Balsa, impossível de descrever em tão poucas linhas, a presença romana no actual concelho de Tavira, encontra-se atestada nas *villae* do Paul e de S. Domingos da Asseca (Marques, 1995: 133, 137) e em alguns troços de via romana, como a Calçada do Ribeiro do Lagar (Santa Catarina da Fonte do Bispo).

A ponte velha de Tavira, que a população (e a tradição) apelida de romana, não é originária deste período. Manuel Maia, após análise do seu estilo, e sabendo que esta ponte já existiria à época da conquista cristã, defende que a edificação é *de construção islâmica, muito possivelmente, almóada* (2006a: 42) sendo que em época romana se passava a vau o Séqua junto à estação rodoviária (*Ibidem*, 42). Para João Pedro Bernardes o que actualmente se pode observar na construção corresponderá a “campanhas de obras” mais recentes, uma vez que os três arcos mais antigos da ponte *devem ser posteriores à tal ponte do século XIII de que fala a Crónica da Conquista do Algarve* (2006: 17).

Os vestígios mais importantes da designada Antiguidade Tardia no concelho, foram identificados em locais afastados da área da actual cidade, o que vem reforçar a hipótese da colina de Santa Maria se encontrar abandonada neste período. Destes vestígios podemos destacar as cerâmicas, sobretudo *sigillatas*¹⁹, lucernas paleocristãs e vidros, datados dos séculos IV-V, identificados em Balsa e na necrópole da Torre d’Ares (Maciel, 2003: 112, 113).

Para além destes objectos (quer integrantes do quotidiano dos balsenses, quer espólio deixado com os seus mortos²⁰) destacamos uma ara encontrada na Fazenda do Trindade, relativamente próximo de Balsa. O campo epigráfico foi redigido em grego e, quer o texto, quer a decoração, reportam a um contexto cristão ou cristianizado, ainda que o suporte seja, indubitavelmente, romano-pagão (*Ibidem*, 108). Para Maciel,

¹⁹ *Cerâmica sigillata clara C (séculos III-IV), clara D e cinzenta paleocristã (séculos III-VI), luzente (séculos III-IV), hispânica Drag. 37ª (séculos IV-V) e late roman C (século V)* (Maciel, 2003: 113).

²⁰ O espólio funerário reflectirá os usos quotidianos dos balsenses.

podemos estar perante *personagens cristãs recém-chegadas a um lugar “pagão”* (*Ibidem*, 108).

4.4. O regresso à colina de Santa Maria.

Alguns autores têm abordado as questões relacionadas com a “migração” da população de Balsa para Tavira²¹, a qual terá decorrido desde o início do século V até ao século VIII, altura em que a colina de Santa Maria já se encontraria reocupada e *Balsa*, definitivamente, abandonada. Porém, esta suposição carece de fundamento, sendo por este motivo fundamental que se prossigam os trabalhos arqueológicos no Centro Histórico de Tavira (*Ibidem*, 119).

As razões que levaram ao abandono da “Balsa Romana” (Luz de Tavira) permanecem tão enigmáticas como as que levaram ao abandono da “Balsa Fenícia” (colina de Santa Maria). Justino Maciel aponta como (possível) causa para este abandono, a existência de alterações profundas na orla costeira²² (*Ibidem*, 106), o que terá resultado na progressiva diminuição da funcionalidade do porto de Balsa (*Ibidem*, 119), não sendo de descartar a possibilidade da cidade ter *sofrido ocupação e destruições por parte dos bárbaros* (*Ibidem*, 106).

Mas por que razão ocorreu a transferência de população para a actual Tavira e não para outros locais (como *Ossonoba* e *Baesuris*)? Por que razão não foi fundada uma nova cidade em local mais protegido? Para Maciel, a transferência para Tavira é plausível pelo facto de neste local existirem vestígios de ocupação de época romana, nomeadamente uma necrópole identificada no Rossio da Atalaia (*Ibidem*, 119).

A existência desta necrópole, porém, não representa uma ocupação romana de cariz urbano da actual Tavira, uma vez que não foram identificados quaisquer vestígios desta época na colina de Santa Maria, facto já mencionado por Teixeira de Aragão no seu relatório sobre a necrópole mencionada (1868: 7). Até ao momento foram detectados, apenas, achados isolados, nomeadamente, alguns numismas, fragmentos de

²¹ *A colina de Tavira deve ter recebido parte dos habitantes de Balsa, impondo-se novamente na paisagem pela sua posição defensiva, encontrando-se já reocupada no século VIII* (Mantas, 2003: 93); (...) *abandono progressivo desta cidade a partir do século V (...) não repugna que tenha sido na época da ocupação bizantina que se tenha procurado um local relativamente próximo, também com acesso por barcos e com outras condições de defesa e fortificação que Balsa não tinha. Tal solução na época bizantina explicaria também a importância de Tavira na época árabe* (...) (Maciel, 2003: 119).

²² Ciclo dinâmico das ilhas barreira que formam a Ria Formosa (Corvo, 2008: 31).

tegulae e de *dolia*, que não constituem, por si só, prova inequívoca de uma ocupação efectiva. Inclusivamente o Busto-retrato feminino, de meados do século II (Nogales Basarrate, 2003: 263), que se julga ter aparecido junto ao actual Convento da Graça, não atesta essa ocupação, já que pode ter sido trazido de Balsa após o abandono da cidade. Desta forma, a necrópole da Atalaia poderá estar associada a uma *villa* ou a um pequeno casal agrícola, com uma ocupação longa, atestada pelos rituais de enterramento identificados: incineração e inumação (Aragão, 1968: 14). Para Aragão, a necrópole poderá corresponder a *um cemiterio commum de algum povo balsense, pobre, pela qualidade dos objectos encontrados (Ibidem, 15)* o que reforça a possibilidade de se tratar do espaço sepulcral de um casal agrícola.

Face aos argumentos apresentados, e até que a arqueologia demonstre uma ocupação urbana da colina de Santa Maria, é provável que a ocupação em época romana da actual Tavira tenha correspondido, apenas, a algumas *villae* que, tal como as *villae* do Paul e de S. Domingos da Asseca, deveriam integrar uma intrincada rede de explorações agrícolas de abastecimento à cidade.

4.5. *Tabîra*, a “escondida”: a ocupação islâmica.

Uma vez que a ocupação islâmica da cidade irá ser aprofundada no capítulo seguinte, limitar-nos-emos a realizar breve síntese para que não se produza um hiato nesta sinopse da história da colina de Santa Maria.

Ainda que os autores que têm estudado as ocupações romanas e tardo antigas do concelho indiquem como provável uma transferência de Balsa para a colina de Santa Maria entre os séculos V-VIII (Mantas, 2003: 93; Maciel, 2003: 119), a verdade é que este facto está longe de ser aceite sem discussão, até porque os dados das intervenções arqueológicas realizadas em Tavira não comprovam esta hipótese.

O vestígio mais antigo da presença islâmica na actual Tavira encontrava-se depositado na igreja de S. Paulo. Trata-se de um capitel com decoração vegetalista, (Covaneiro e Cavaco, 2003: 299), constituída por folhas de acanto muito esquematizadas e que se enquadram, tal como dois capitéis de Silves e um capitel do Palácio de Cadaval em Évora, nas produções dos finais do século X (Cressier, 2005: 179). A proveniência deste capitel é desconhecida, o que impossibilita que se tirem grandes ilações sobre a sua presença/existência em Tavira.

No que concerne as fontes escritas, as primeiras referências a Tavira datam do século XII (Cavaco e Covaneiro, 2009: 431), sendo que o geógrafo al-Idrîsî a menciona

como *alcaria* (Domingues, 2003: 342; Khawli, 2003: 132). Este facto parece comprovar que o capitel califal de S. Paulo seja proveniente de outro local, uma vez que uma simples *alcaria* não teria um edifício que possuísse um capitel com as suas características.

Mas que se conhece da ocupação islâmica da colina de Santa Maria? A ocupação islâmica de Tavira parece ter-se iniciado por volta do século XI, na face virada a Sul-Sudeste da colina genética (Cavaco e Covaneiro, 2009: 441), a mesma que foi ocupada por **BAALSA*, sendo o assentamento urbano vocacionado para as actividades artesanais e comerciais (Tahiri, 2003: 150).

Com a chegada do século XII, o aumento populacional e o crescimento económico deverá ter levado a que a *qarya* (alcaria) *Tabîra* fosse dotada de muralhas que protegessem não apenas os seus habitantes, como também os seus interesses económicos (Cavaco e Covaneiro, 2009: 441), surgindo, assim, o *hisn* mencionado por Ibn Sâhib as-Salâ (Domingues, 2003: 342-343).

Os avanços da cristandade originaram a chegada de novos habitantes em fuga das áreas recém-conquistadas. No período almóada, *Tabîra* atinge o estatuto de *madîna* (cidade) e afirma-se como capital de um distrito, superando a antiga capital, Faro (Khawli, 2003: 131; Tahiri, 2003: 151).

Este aumento populacional gerou a construção de dois novos bairros, na face Noroeste da colina: um na área extramuros (Bela Fria – Ermida de S. Roque) e outro intramuros (Convento da Graça) (Cavaco e Covaneiro, 2009: 442). Devido à proximidade destes dois arrabaldes, poderá tratar-se de um único bairro que posteriormente foi seccionado pela (re)construção da muralha (*Ibidem*, 442).

O crescimento urbano e a importância da cidade estão também atestados pela presença de dois '*ulamā*' (ulemas – sábios) em Tavira em época almóada, contrastando com a ausência destes homens que detinham o conhecimento nos períodos anteriores (Mazzoli-Guintard, 2000: 129 – 130).

Do ponto de vista arquitectónico, sobreviveram até aos nossos dias o castelo e alguns panos de muralha, bem como quatro torres, de planta quadrangular, edificadas em época almóada (Maia, 2005: 16). De realçar que a muralha foi *completamente refeita e ampliada no Período Medieval Cristão, tendo a taipa sido maioritariamente substituída ou envolta por paramentos de silharia e fortes cubelos de pedra* (Magalhães, 2008: 2004).

A antiga mesquita localizava-se junto ao castelo. As razões da escolha deste local de implantação estiveram, certamente, ligadas ao lençol freático existente sob a actual

Igreja (Covaneiro e Cavaco, 2003: 165) mas, sobretudo, ao facto de se tratar do ponto mais alto da cidade, o que permitiria uma função tripla do minarete: chamamento dos fiéis às orações diárias (religiosa); protecção da costa (atalaia) e orientação dos navios que entravam na barra (farol) (Khawli, 2003: 138).

Da antiga mesquita nada chegou aos nossos dias, ainda seja possível que a “Torre do Relógio” da actual igreja de Santa Maria do Castelo correspondesse ao antigo minarete da mesquita. Carla Fernandes, analisando uma gravura do século XVII, alerta para o facto da fachada da igreja ser *flanqueada por duas grandes torres* (2000: 36), não se sabendo por este motivo se a actual “Torre do Relógio” seria a torre que reaproveitou o antigo minarete.

O facto é que seria útil a realização de escavações arqueológicas no interior e no exterior do templo, bem como proceder-se às picagens das paredes, a fim de se conhecer mais aprofundadamente a planta da antiga mesquita e de se aferir se o actual templo reutilizou, na parte ou no todo, a estrutura anterior.

Do ponto de vista das estruturas habitacionais e do espólio arqueológico associado, os dados disponíveis têm aumentado nos últimos anos, tendo sido identificados vestígios no Palácio da Galeria, no BNU, na Pensão Castelo, no Solar dos Corte-Reais, no Parque de Festas, no Convento da Graça e na Bela Fria.

Dos vários sítios intervencionados foram exumados diversos objectos, testemunhos da importância da cidade. De todos os artefactos, o mais importante é, inquestionavelmente, o “Vaso de Tavira”. Trata-se de um vaso com decoração plástica, representando diversos animais, músicos, guerreiros e um casal (Maia, 2004: 144-145), datável dos finais do século XI / inícios do século XII (Torres, 2004: 4).

4.6. Moçárabes em Tavira.

Duas epígrafes atestam a presença e importância de comunidades moçárabes (Torres e Macias, 1998: 214), no actual concelho de Tavira, pelo menos até ao século X. A primeira, trata-se da inscrição funerária do jovem Adúlteo, que faleceu a 11 de Janeiro de 729 (110 H):

Adúlteo, clérigo, viveu durante dez anos. Descansou em paz no terceiro dia dos idos de Janeiro, era de 767 (Maciel, 2003: 124).

A segunda epígrafe foi encontrada junto à Fonte Salgada. Trata-se da inscrição funerária do bispo Julianus que faleceu a 21 de Março de 991:

Aquí repousa o corpo do bispo Juliano, que faleceu a doze das calendas de Abril da era de vinte e nove anos após o milénio. Peço-te, leitor, que não deixes de rezar por ele e assim tenhas Cristo Senhor como protector (Ibidem, 124).

A presença de diversos elementos de *sus sp.* em pelo menos dois contextos de época almóada escavados em Tavira (Parque de Festas e Bela Fria) (Covaneiro e Cavaco, no prelo 3) poderá estar relacionada com a presença de famílias moçárabes²³, já que o porco, doméstico ou selvagem, se encontrava entre os alimentos considerados proibidos (*harām*) (Masud, 1994: 92-97).

4.7. Do crescente à cruz – os primeiros anos de ocupação cristã.

Durante o processo de conquista do Algarve pela Ordem de Santiago, segundo a Crónica da Conquista do Algarve, foram estabelecidas tréguas entre os moradores de Tavira e os espatários. Durante esse período o Comendador-mor da Ordem de Santiago e outros cavaleiros decidem ir caçar com aves às Antas. Para o efeito, atravessam Tavira como se já fosse sua, o que muito desagradou os “mouros”. Estes vão ao encalço dos primeiros que acabam por perecer às mãos dos seus perseguidores.

Avisado, o Mestre D. Paio Peres Correia parte com os seus para as Antas. Ao ver os seus companheiros mortos, o Mestre persegue os culpados pela morte dos cavaleiros, causando grande mortandade dentro e fora dos muros.

Tavira é conquistada, aparentemente, sem oferecer grande resistência, o que não deixa de surpreender, sobretudo se considerarmos que os almóadas necessitaram de três cercos para a submeterem, após o que reforçaram os sistemas defensivos da urbe. A data deste acontecimento não reúne consenso entre os investigadores que se dedicam a esta temática. Porém, a que parece reunir maior acordo é o dia 11 de Junho de 1242.

Provavelmente para “recompensar” a Ordem dos serviços prestados, Tavira foi doada por D. Sancho II à Ordem de Santiago no dia 9 de Janeiro de 1244, tendo o Mestre D. Paio Peres Correia renunciado a ela a 7 de Janeiro de 1272 (López Fernández, 2003: 171), no âmbito do Tratado de Badajoz (Costa: 2003: 185). As razões desta renúncia estão ligadas a um litígio existente entre a Ordem de Santiago e o monarca Afonso III, o qual foi resolvido por ditame judicial, com o intercâmbio de terras possuídas pelas duas partes do “conflito” (López Fernández, 2003: 180). Tavira fica, então, na posse do monarca, mas o direito de padroado é pertença da Ordem de

²³ Como é destacado por Miguel Cruz Hernández: *los musulmanes y judíos no comían carne de cerdo, pero sí los mozárabes* (1996: 228).

Santiago, ainda que a Igreja de Santiago continue nas mãos do Bispo de Silves, na sequência de uma doação régia (Costa, 2003: 185).

Data de 12 de Julho de 1266 o Foral outorgado por Afonso III a Tavira. Este documento assume-se como imprescindível para o estudo da história medieval (quer da ocupação cristã, como também da ocupação muçulmana) da urbe, uma vez que nos fornece dados importantes sobre as principais actividades económicas desenvolvidas na vila, como o cultivo de hortas, a pesca da baleia e a produção de sal (Vasconcelos, 1999: 31).

Nos finais do século XIII o aglomerado urbano ocuparia uma área com cerca de cinco hectares muralhados, sendo constituído ainda pela mouraria. A sectorização religiosa desterrou a comunidade muçulmana para um arrabalde periférico, fora de muros, ainda que em simultâneo tenha instalado a judiaria, sob a protecção dos muros, no lugar onde hoje se situa o Convento da Graça (Santana, 2005: 27).

Para além dos espaços habitacionais, Tavira possuía ainda armazéns ribeirinhos e tercenas (*Ibidem*, 27), infra-estruturas indispensáveis às lides do mar, as quais representavam um peso significativo na economia da cidade. No que respeita a pesca, a captura das baleias mencionada no foral afonsino não era a única a ter importância na economia local. O atum²⁴ (pescado com almadrava), o espadarte, o golfinho, a toninha, bem como os mariscos (Costa, 2003: 188), sobretudo as ostras (Serrão, 2001: 24) eram pescados nas águas de Tavira. O resultado da faina não se destinava apenas ao consumo local, mas também ao comércio, possibilitado pela salga (Costa, 2003: 188).

O número de barcos existentes em Tavira neste período²⁵ é bem representativo da importância que a pesca detinha. Na época de D. Dinis está documentada a existência de 96 marinheiros em Tavira (*Ibidem*, 189). A riqueza piscícola das águas ao largo de Tavira foi alvo de cobiça por outros pescadores, tendo os marítimos de Tavira a “concorrência” dos pescadores da Pederneira, autorizados a esse usufruto em 1351 (Lopes, 2008: 76).

Mas Tavira não era apenas rica em pescado, era-o também em frutos secos e figos, como aliás o eram, à época, todas povoações litorais do Algarve. Tavira sofreu sempre da carestia de cereais, sobretudo de trigo, o qual era cultivado em toda parte, inclusive nos terrenos desfavoráveis e até nas hortas (Oliveira e Mattoso, 1997: 16). Foi

²⁴ A importância do atum (...) decorria (...) do seu aproveitamento integral, desde os olhos ao esqueleto, que servia como combustível (Oliveira e Mattoso, 1997: 19). As suas ovas secas eram apreciadas pelos flamengos enquanto a carne em salga o era por lisboetas, italianos, catalães e ingleses (*Ibidem*, 19).

²⁵ Tavira tinha os seus próprios setenta barcos, e muitos navios de navegação no mar alto (Costa, 2003: 189).

esta carência que levou à abertura da economia algarvia ao exterior, sendo a vizinha Andaluzia um dos maiores fornecedores de trigo aos algarvios (*Ibidem*, 16). Tavira estava dotada de um porto marítimo com alguma actividade comercial (Oliveira, no prelo), tendo a importância e o volume desse comércio levado à criação da primeira alfândega do Algarve (Serrão, 2001: 26).

Esta facilidade na importação de cereais (e de outros produtos) fez com que os algarvios nunca tenham conhecido o *panorama típico das grandes crises de subsistência* (Oliveira e Mattoso, 1997: 16). Porém, as importações de trigo não chegavam apenas por mar. Em 1352 há notícias de que existiriam almocreves no termo de Tavira a *abastecerem-se de baleias dadas à costa em troca do cereal* (Lopes, 2008: 76).

Ainda assim, a maioria das viagens e das trocas comerciais seria efectuada por via marítima²⁶, sobretudo se considerarmos a dificuldade dos acessos terrestres, feitos por caminhos de mau piso, quase intransitáveis no Inverno (Oliveira, 2006: 32) já que se transformavam em lamaçais com as chuvas e que as ribeiras eram passadas a vau, quando o caudal assim o permitia (*Ibidem*, 34). A este facto juntava-se a insegurança nos caminhos, o que levou Oliveira a afirmar que alguns dos almocreves que transitavam nestas estradas sabiam manejar as espadas tão bem quanto as moedas (*Ibidem*, 34). Seriam, pois, os pastores e seus rebanhos quem mais utilizaria estes caminhos, quer em busca de pastagens, quer para deslocar-se à Feira de Ourique (*Ibidem*, 35).

Para além das actividades ligadas ao mar e ao comércio, bem como as actividades agrícolas e pecuárias, Tavira também se dedicava à saboaria, sendo famoso o seu sabão preto, o qual rivalizava com os demais produzidos no Algarve (Serrão, 2001: 28).

Deste período, destaca-se a Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo (século XIII-XIV) – de cuja arquitectura gótica apenas restou o pórtico principal, *com quatro arquivoltas em arco quebrado e respectivos capiteis vegetalistas* bem como as duas capelas colaterais da cabeceira (Santana, 2005: 28) – o convento mendicante dos franciscanos (finais do século XIII ou dos inícios do século XIV) – de onde se destaca a actual sacristia, ostentando *abóbada sextapartida por nervuras partindo de um único fecho, assentes em capiteis com decoração vegetalista* (*Ibidem*, 29) – e, um pouco por

²⁶ O uso dos canais da ria não deverá, neste contexto, ser desvalorizado (Oliveira, 2006: 32). Por outro lado, *com a participação do Algarve nas rotas mediterrânicas desde finais do século XIV, e, sobretudo, com as conquistas em África e as navegações atlânticas, tornou-se mais visível a importância das ligações marítimas na economia da região* (*Ibidem*, 37).

todo o centro histórico, vestígios medievais dispersos, *que se traduzem nas cantarias de portas definidas por arcos quebrados (Ibidem, 29).*

A economia ascendente da vila contribuiu para que Tavira fosse cobiçada e alvo de ataques por parte de piratas de corsários. *O perigo já não vinha, como no tempo dos mouros, das terras cristãs (...) mas do mar e dos ataques da pirataria norte-africana, e, depois, dos corsários franceses e ingleses (Oliveira e Mattoso, 1997: 23).* Estes ataques ameaçavam bens e pessoas, levando os monarcas a realizar obras no castelo e nas muralhas (Costa, 2003: 186). Segundo Paula Costa, D. Fernando terá mandado demolir as casas que se encostavam à muralha, *para o Castelo ficar mais “desabafado” (Ibidem, 187),* não apenas devido aos ataques do corso mas, sobretudo, devido à ameaça castelhana.

Em 1370 as rondas e vigias estavam a cargo dos vizinhos de Tavira, inclusive os judeus que também eram obrigados a amassar a cal, o pão e o biscoito, bem como a carregar o trigo, e material para os navios, tudo a expensas suas²⁷ (*Ibidem, 191*). D. Fernando reage às queixas feitas pelos judeus, isentando-os das tarefas no caso de existirem cristãos que as pudessem executar, caso contrário, seriam compensados pelo tesouro régio. A excepção a esta isenção aplicava-se à preparação do biscoito²⁸ e à participação nas rondas e vigias que, tal como os cristãos, eram obrigados a cumprir (*Ibidem, 191*) o que atesta o clima de insegurança que se vivia e a importância da “vida do mar”.

Os ataques da pirataria e do corso não seriam apenas perpetrados por “estrangeiros”. Não deveriam *ser raros os barcos e as tripulações algarvias envolvidas nessas acções, em regra muito lucrativas (Oliveira, 2006: 36).* Surpreendentemente, existiu um corsário régio em Tavira, na segunda metade do século XIV (*Ibidem, 36*) de seu nome Afonso Gameiro²⁹, a quem D. Afonso IV dá o foro de umas casas em Tavira sob condição de que *as “profeite e as more” (Serrão, 2001: 26).*

²⁷ Este encargo apenas era efectivo quando havia que preparar frotas ou no receio de ataques dos mouros à costa (Serrão, 2001: 27).

²⁸ O biscoito constituía um elemento fundamental na alimentação dos embarcados (Macieira e Manteigas, 2008: 41).

²⁹ Afonso IV, em carta de 15 de Agosto de 1332, refere-se-lhe como “meu corsário” (Serrão, 2001: 26).

4.8. Do zénite ao ocaso – ascensão e queda daquela que foi a mais importante cidade do Algarve.

Os ataques à costa de Tavira aumentaram, à medida que a vila e o seu termo iam ganhando e consolidando importância, colocando em risco as almadras³⁰ e a pesca em geral, o comércio, mas também as pessoas, as quais eram levadas para serem reduzidas à condição de escravas (Coutinho, 2006: 47), ou para serem trocadas por bons resgates (Oliveira e Mattoso, 1997: 24).

Para minimizar o “factor surpresa”, foi constituída uma rede de atalaias, como a Torre d’Ares³¹, que não vigiavam as saídas para o mar, mas sim os baixios que permitiam o trânsito entre as ilhas barreiras e a terra firme na maré baixa (*Ibidem*, 24). Para além da rede de atalaias e fortes³², era utilizada a técnica dos fumos de dia e do fogo durante a noite (Coutinho, 2006: 50) para se dar o rebate de «*mouros na costa!*» (Oliveira e Mattoso, 1997: 24).

Este aumento da insegurança costeira foi também causado por alterações político-religiosas no Magreb. A acção dos marabutos, ligados a uma *Zawya*, incitava à *jihād* contra os interesses económicos dos cristãos no Norte de África e no Sul da Península, tendo estes efeitos devastadores no litoral algarvio (Coutinho, 2006: 47).

Apesar dos ataques da pirataria, a cidade continua a florescer. A extracção do sal fazia-se nos 1360 talhões existentes em Tavira e noutros 96 localizados em frente a Santa Ana (Lopes, 2008: 79). Para além do sal, outros recursos marinhos eram explorados, como o pescado e o marisco que também abundava na ria (*Ibidem*, 80)

Nos anos setenta do século XVI o marisco estava isento de imposto se fosse vendido a Castela, tal como os polvos, enxarrocós, lulas e chocós (desde que apanhados a partir de bicheiros, fiska ou à mão) (*Ibidem*, 79). Apesar da riqueza e diversidade de espécies, a partir de 1571 as atenções dos pescadores e mariscadores de Tavira estiveram voltadas para a apanha da ostra. Segundo Frei João de S. José o número de ostras que deu à costa de Tavira foi tão elevado que os pescadores diziam que fazia o

³⁰ Apesar da insegurança, o comércio do atum processava-se a bom ritmo, em especial para o estrangeiro – Castela, Itália e Norte de África (Lopes, 2008: 79).

³¹ Em Tavira existia, ainda, a Atalaia da Abóbora (Cabanas), as Atalaias Grande e Pequena (Tavira), a Torre Nuno Pereira (Tavira) e a Atalaia dos Três Irmãos (Barril) (Coutinho, 2006: 50). De todas elas, apenas a da Torre d’Ares chegou aos nossos dias.

³² No termo de Tavira foram construídos dois, um na Ilha das Lebres [ilhota insalubre, junto à foz do Gilão, à distancia de um tiro de canhão da barra (Corvo, 2008: 31)], o Forte de Santo António (ou do Rato) e o Forte de S. João, em Cabanas. A entrada do rio era ainda protegida por uma *construção pouco sólida, dita de “torrões”* (o Torrão do Lastro) a qual era dotada de artilharia para guarda do rio (Magalhães, 2003: 216).

vulto de uma grande serra (cfr. *Ibidem*, 80). A abundância de ostras durou um ano até desaparecerem sob as areias trazidas pelo mar numa tempestade (*Ibidem*, 80). Considerando a riqueza e diversidade proporcionada pelo mar, é fácil perceber que este se assumisse como *insubstituível enquanto fonte de rendimento* para os cofres régios (*Ibidem*, 80).

Para além da exportação de frutas secas (figos, passas de uvas e amêndoas), de vinho, azeite, sal (Magalhães, 2003: 216) e da importação do tão necessário cereal e de outros bens de “primeira necessidade”³³, em Tavira comerciavam-se outros bens, nomeadamente os escravos (Macieira e Manteigas, 2008: 44), bem como objectos ditos de luxo, nomeadamente, as faianças provenientes de Espanha e de Itália, a azulejaria dita hispano-mourisca sevilhana³⁴, a louça dita “malegueira”, bem como produções cerâmicas de Manises, Paterna, Granada³⁵ e Sevilha (Curvelo e Pais, 2008: 98, 100; Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2010). Destaque ainda para as importações cerâmicas italianas (Montelupo, Faenza, Pesaro, Veneza, entre outros locais produtores) e a porcelana chinesa, materiais que têm pontuado as diversas escavações arqueológicas realizadas na cidade (Curvelo e Pais, 2008: 101, 104; Covaneiro e Cavaco, 2010: 643, 644; Covaneiro e Cavaco, no prelo).

A ligação às praças portuguesas no Magreb era feita através do Algarve, sobretudo, por Tavira (Magalhães, 2003: 213), porto chave no reabastecimento das praças africanas (Pereira, 2008: 90), onde inverniavam as reais galés que vigiavam a costa e donde saíam as operações de corso e contra-corso (Magalhães, 2003: 213; Pereira, 2008: 90). Não será, por isso, motivo de surpresa que as operações de socorro às ditas praças se organizassem, também, a partir de Tavira³⁶ (Magalhães, 2003: 213; Pereira, 2008: 90).

A expansão para o Norte de África terá sido o maior impulsionador da economia tavirense e do conseqüente aumento populacional. Em 1535 o Termo de Tavira contava

³³ Produtos como os panos finos de lã e o metal não chegariam aos portos algarvios na quantidade (e qualidade) desejável, já que estes eram portos de “fim de linha” e os navios flamengos, ingleses ou franceses preferiam descarregar a sua carga nos portos da Andaluzia onde pagavam menos impostos e conseguiam melhores preços pelas suas mercadorias (Silva, 2004: 22).

³⁴ Destaque para um pavimento em “alicatado”, identificado no Convento da Graça, e que tanto quanto sabemos, até ao momento, é o único pavimento de “alicatados” identificado em Portugal na sequência de trabalhos arqueológicos (Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2010: 117).

³⁵ Evidencia-se jarra de quatro asas, decorada com pintura azul e reflexos metálicos, com *alafias* (motivos epigráficos simbolizando o “bem estar”) e *atauriques* (motivos vegetalistas) (*Ibidem*, 116 – 118).

³⁶ Em 1508, achando-se D. Manuel em Évora, é informado do cerco do rei de Fez a Arzila, carecendo a praça portuguesa do apoio da coroa. O monarca português parte para Tavira onde reúne cerca de 25.000 homens, vindos de vários locais do país. Contudo, Arzila é liberta do cerco, ficando a empresa mauritana sem efeito (Serrão, 2001: 44, 46).

com 2045 fogos, dos quais 1567³⁷ eram na cidade, surgindo a cidade como o *mais numeroso centro populacional do Algarve*³⁸ (Serrão, 2001: 47). Mas não apenas do Algarve. Tavira era, também, uma das *principais cidades portuguesas em representação política, o mais importante porto (...) e a terceira cidade costeira, após Lisboa e o Porto* (Cruz, 2006: 23). Talvez devido ao volume demográfico, quer da vila, quer do seu termo, em Tavira viviam cinco médicos nos primeiros vinte anos do século XVI (Serrão, 2001: 41).

A 1 de Junho 1504 D. Manuel outorga à vila de Tavira um novo Foral, revogando o foral de 1266, o qual foi analisado e tomado em consideração na redacção do novo Regimento do Concelho (Silva, 2004: 7). A criação dos forais novos adveio da necessidade de registar com clareza tributos não especificados nos forais velhos, corrigindo os erros e lacunas existentes nesses documentos (*Ibidem*, 10).

Grande parte dos itens mencionados no Foral Novo respeitam a produtos marítimos, como o pescado, a sardinha, os polvos e “enxarroquos”, o marisco, as marinhas e o sal, e, como não podia deixar de ser, um item consignado às baleias (*Ibidem*, 20). Tal como acontecia no Foral de 1266, também no Foral de 1504 o rei reserva para si alguns direitos, nomeadamente, o da utilização dos açougues e das fangas (celeiros públicos)³⁹, sobre o “Gado do Vento” (gado tresmalhado), sobre o sal, os moinhos e afins, bem como os direitos sobre os fornos de cozer pão localizados nas povoações (*Ibidem*, 24).

Pouco mais de uma década e meia depois, a 16 de Março de 1520, o mesmo monarca concede a Tavira o estatuto de cidade. Para Serrão, o apreço do monarca pela vila, originado pelo apoio constante às praças africanas, está na base da atribuição desta e de outras benesses dadas por D. Manuel a Tavira e aos tavirenses⁴⁰ (2001: 46).

O desenvolvimento económico da cidade traduziu-se, também, na arquitectura. A urbe em clara expansão, extravasa em definitivo o perímetro amuralhado, atingindo a outra margem. Nem a ponte escapou ao ímpeto construtivo do século XVI⁴¹ (Santana, 2005: 30).

³⁷ Só para termo comparativo, apresentamos os dados de Lagos, 1310 fogos (1763 no termo) e de Faro, 813 fogos e 1445 no termo (*Ibidem*, 47).

³⁸ Serrão estima que a cidade tivesse cerca de 6268 habitantes e o termo 8180 habitantes, contra os 5240 habitantes de Lagos (7052 no termo) ou os 3492 habitantes de Faro (5780 no termo) (*Ibidem*, 47).

³⁹ Estas infra-estruturas, tal como os mercados dos vegetais e restantes actividades comerciais e marítimas localizavam-se na Praça da Ribeira (Macieira e Manteigas, 2008: 38).

⁴⁰ Na carta régia foram destacados os *serviços prestados pelos moradores de Tavira nas “guerras antigas” contra Castela e “em todos os outros serviços e socorros das partes de África dos nossos lugares della e guerra contra os mouros* (Serrão, 2001: 47).

⁴¹ Sabemos hoje que existiam construções sobre a ponte (Santana, 2005: 30).

Do ponto de vista da arquitectura religiosa, destaca-se o pórtico da Igreja do Antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido por Convento das Bernardas (iniciado em 1509); as capelas laterais da Igreja do Hospital do Espírito Santo e da Igreja de Santa Maria do Castelo (*Ibidem*, 32); a Igreja da Misericórdia (1541-1551) e o arco triunfal da Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo, ambos da autoria do Mestre André Pilarte (*Ibidem*, 34).

No que respeita à arquitectura civil, destaque para a *loggia* do Palácio da Galeria, para a janela proto-renascentista do Edifício Irene Rolo ou para a janela de sacada do Edifício André Pilarte (*Ibidem*, 35).

A partir de finais do século XVI, a cidade entrou em declínio e sofre uma quebra demográfica (Magalhães, 2006: 13)⁴², devido a uma infeliz combinação de factores, que nem o aumento do comércio com o Brasil conseguiu inverter (Serrão, 2001: 58). Por um lado factores naturais, como o assoreamento do rio⁴³ (impedindo a entrada de navios de maior calado⁴⁴) e a deslocação da barra para oriente⁴⁵. Por outro, factores políticos como o abandono das praças magrebina (Magalhães, 2006: 13) e a perda da independência de Portugal face a Castela. Finalmente, factores económicos como a perda da posição de liderança no conjunto dos portos algarvios exportadores de fruta (*Ibidem*, 13) ou a procura dos portos castelhanos, como Sevilha.

Apesar dos primeiros sinais de declínio da cidade e da ruralização da população, continuaram a ser construídos edifícios religiosos, dos quais se destaca o Convento da Graça e a sua arquitectura chã (Santana, 2004: 37), o qual foi palco de uma heresia que terminou num auto de fé, a 10 de Maio de 1562, na Ribeira de Lisboa (Mendes, 2006: 61).

A chegada constante de pessoas com culturas distintas e portadoras de influências que marcaram a paisagem da cidade através, sobretudo, da arquitectura religiosa, não se traduziu na abertura de mentalidades dos tavirenses. A maior prova dessa falta de abertura às novas ideologias é o caso de Frei Valentim da Luz. Frei Valentim da Luz, prior do Convento da Graça, esteve em Itália em 1551 antes de lhe ser atribuído o

⁴² Segundo Marco Lopes, Frei João de S. José descreve, na década de setenta da centúria de quinhentos, uma cidade com menos população, *sem o charme da alta sociedade e pouco zelosa na conservação da sua imagem urbana* (2008: 80).

⁴³ Devido ao aumento das culturas no interior (Magalhães, 2003: 216), agravado pela desmatação para a construção naval que D. João III tenta combater em 1562 (Macieira e Manteigas, 2008: 41) e pelos moinhos de maré junto ao leito do rio (Magalhães, 2003: 216).

⁴⁴ Nas cortes de Torres Vedras de 1441 este problema já havia sido mencionado, sendo referida a perda de uma nau boiante, que se tinha dirigido para carregar fruta, na barra de Tavira (Costa, 2003: 195).

⁴⁵ Antes da sua “mudança” definitiva para oriente, as constantes deslocações da restinga, *tapando e abrindo novas passagens* dificultavam a entrada na barra (Magalhães, 2003: 216).

priorado do convento taviense. Quando regressou ao Reino vinha *contaminado do vírus do inconformismo ideológico que aliciava as mentes esclarecidas para empreender uma reforma dentro da igreja (Ibidem, 59).*

As ideias heréticas do frade⁴⁶ não foram bem recebidas pela sociedade tradicionalista de Tavira, tendo as mesmas sido denunciadas pela viúva Maria de Meneses à Inquisição, a 15 de Junho de 1560 (*Ibidem, 60*). O processo inquisitorial arrastou-se durante dois anos, terminando num auto de fé. Com o frade agostinho, nas palavras de Rosa Mendes, *pereceu também qualquer hipótese de implantar em Tavira e no “reino do Algarve”, na época do Renascimento europeu, a semente da renovação; porque renovação religiosa e renovação cultural eram solidárias; mais: eram indissociáveis; e o programa de um humanismo cristão de inspiração erasmista, que as envolvia no mesmo amplexo, ardeu na fogueira que consumiu Frei Valentim, cristão sincero que morreu mártir pelas suas convicções (Ibidem, 61).*

⁴⁶ De que se destacam, *o apreço pelo proscrito Erasmo; (...) o repúdio pela superstição santeira (...); a caridade que postulava repartir pelos pobres as esmolas com que uma devoção desvirtuada concorria para o fausto das igrejas [parecia mal ao frade que se mandassem fazer igrejas e não se desse aos pobres, já que em Tavira havia muitas necessidades e fome (Mendes, 2006: 61)]; a Escritura “em linguagem” (...) para alargar o acesso à mensagem bíblica [assim como a Missa se havia de dizer na própria linguagem de cada um (Ibidem, 61)]; a rejeição da proverbial hipocrisia eclesiástica, que fechava complacentes olhos à mancebia descarada de tantos clérigos vivendo portas adentro com barregãs e ranchos de filhos; a necessidade de promover a elevação cultural e a depuração dos clérigos (...); (...) a crítica à proliferação parasitária das congregações religiosas (...) negando a sua primazia sobre o comum dos crentes; e como se não bastasse, o ataque à escolástica verborraica (muitas palavras, nenhum sentido), enredada em ininteligíveis arengas e intermináveis disputas que só “nos tiram a fé, esperança e caridade”... (Ibidem, 60).*

5. Tavira Islâmica.

Longe vão os tempos em que os dados sobre a ocupação islâmica da cidade de Tavira se limitavam às poucas fontes históricas, quer árabes quer cristãs, e às muralhas da cidade. De facto, os últimos quinze anos vieram alterar esta situação, tendo sido bastante profícuos no fornecimento de informações sobre a presença islâmica em Tavira.

Para este incremento da informação contribuíram diversos factores. Em primeiro lugar, podemos destacar a realização de inúmeras escavações arqueológicas no centro histórico da cidade de Tavira, trabalhos que tiveram na sua origem obras públicas ou privadas e que se encontram relacionados com a ampliação, adaptação ou construção de edifícios, bem como a requalificação de espaços urbanos.

Por outro lado, a realização no Museu Nacional de Arqueologia da exposição “Tavira. Território e Poder”. Esta exposição foi acompanhada da edição de um volumoso catálogo, tendo para o efeito sido reunido um conjunto de especialistas nos diversos períodos cronológicos e áreas de estudo, trazendo novos dados e recuperando outros (como a conferência proferida pelo arabista Garcia Domingues na Câmara Municipal de Tavira a 16 de Janeiro de 1968).

Por último, destacamos a publicação de vários artigos de diversos autores, sobretudo em actas de congressos e jornadas, bem como a tese de mestrado de Luís Campos Paulo intitulada “Tavira Islâmica. A Cidade e o Território”, na qual se encontra o mais exaustivo estudo feito sobre as muralhas da cidade (Paulo, 2006).

5.1. O topónimo de Tavira.

Considerando a nossa formação em arqueologia e não em toponímia e/ou etimologia, não pretendemos aprofundar a temática do topónimo de Tavira. Ainda assim, e tendo em consideração a relevância do assunto, consideramos ser necessária uma passagem (ainda que superficial) pelas questões da toponímia.

O nome e a origem do topónimo da cidade têm sido amplamente discutidos, tendo levado José Garcia Domingues a defender que as origens da povoação de Tavira e o nome de Tavira levantam problemas *quase insolúveis* (2003: 342). Segundo este autor, a forma mais remota do topónimo será *Tabîra* podendo denunciar uma origem berbere ou estar relacionado ou com *o termo árabe “tabar” (hacha) ou com o termo tâbur pl. Tawâbîr (batalhão)*. O autor salienta o facto de na Crónica da Conquista do Algarve a palavra Tavira aparecer grafada como *Tavilla*, situação que o levou a enunciar duas

questões: *Tratar-se-á de alguma forma latina ou romance que houvesse sido adaptada ao árabe e depois ressuscitada? Ou não será antes uma interpretação portuguesa de um termo árabe?* (*Ibidem*, 342).

Abdallah Khawli assume como plausível uma origem árabe do topónimo *Tabîra*, afirmando que pode derivar do verbo árabe *tabara* (esconder). Para este autor, o facto de o topónimo poder significar “escondida” pode ter por base a localização geográfica da cidade: localizada *nas primeiras serranias da serra do Algarve e resguardada do mar pela ilha que lhe fica defronte* (2003: 132). Posição semelhante parece ter Tahiri que cita o linguista Ibn al-A‘rabi: *quando decían un hombre /Tabara/ se alude a un hombre que se refugia*. Assim, para o autor a palavra *Tabîra* em voz árabe clássica aludiria ao lugar em que se costuma refugiar, o que coincide com a função e localização geográfica de Tavira, *susceptible de garantizar un refugio seguro para los armadores* (2003: 148).

Uma consulta ao *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado informa-nos que *as mais antigas notícias deste topónimo aparecem em textos árabicos, sob a forma de Tabirâ em Edrici, Iacute e Himiari*. O autor crê tratar-se de um nome pré-muçulmano, descartando a hipótese de estar relacionado com o topónimo pré-romano Talabriga. Outra suposição apresentada por este autor é a de que Tavira será um nome *pré-celta modificado pelos Mouros* (2003: sv “Tavira”).

5.2. As fontes escritas.

As fontes históricas disponíveis para Tavira neste período, quer árabes, quer cristãs, são escassas. Por outro lado, as fontes árabes são-nos inacessíveis já que os nossos “rudimentos” do árabe não passam disso mesmo, sendo de pouca (ou mesmo nenhuma) valia para a leitura de documentos. Também os nossos parcos conhecimentos paleográficos não permitem uma visita profícua aos arquivos. Assim, optámos por aceder, quer às fontes cristãs, quer às fontes árabes, através de algumas publicações actuais.

Apesar de todas estas limitações, foi-nos possível coligir alguma informação sobre Tavira nas fontes, sobretudo através da consulta de alguns autores que se dedicaram a esta temática ao longo dos anos.

Salienta-se o *valioso trabalho dedicado nos anos sessenta do século passado a Tavira na época árabe* realizado por Garcia Domingues, facto também reconhecido por

Ahmed Tahiri que afirma tratar-se *do mais exaustivo ensaio histórico redigido até ao momento* (2003:147).

5.2.1 *As fontes árabes – obras geográficas.*

Apesar da sua indiscutível importância na reconstrução da História do Gharb al-Andalus, a geografia árabe é pouco conhecida em Portugal, inclusivamente a que descreve a Península Ibérica *e principalmente, as descrições árabes do espaço hoje português* (Rei, 2005: 1). Este desconhecimento pode dever-se ao facto de, ao longo das últimas três décadas, para *além de algumas traduções parciais e pontuais*, realizadas por David Lopes e Garcia Domingues, apenas se dispor do *inserido na antologia Portugal na Espanha Árabe, organizada por António Borges Coelho (Ibidem, 1)*.

Porém, o caso de Tavira é diferente. Existe um desinteresse inquietante da maioria das obras geográficas. Os seus autores silenciaram-se por não disporem de dados suficientes na hora de redigirem as suas obras (Tahiri, 2003: 150), facto que se poderá dever à pequena dimensão de Tavira em época anterior ao domínio almóada.

Garcia Domingues e Abdallah Khawli afirmam que as referências mais antigas a Tavira são do século XII, sendo que a primeira de todas pode ser encontrada na obra *O contentamento do ambicioso na descoberta dos horizontes*, que o célebre al-Idrîcî terminou em 547/48 H. (1154 d.C.) (Domingues, 2003: 342; Khawli, 2003: 132). No decurso do século XII, Tavira não seria mais que um pequeno aglomerado populacional, sendo mencionada como alcaria (*qarya*) por al-Idrîcî e como povoação (*balda*) por Iaqût, enquanto Ibn Çâhib al-Çalâ refere o *hisn Tabîra* (Domingues, 2003: 342-343).

Nos inícios do século XII, Tavira estaria integrada no território de *Qastâlla* (Cacela), sendo mencionada no *Roteiro a partir de Saltes*:

Cacela é uma fortaleza construída à beira-mar. Está bem povoada e há nela muitas hortas e campos de figueiras.

Dali a Tavira, nas proximidades do mar, 14 milhas.

De Tavira a Santa Maria do Garbe, 12 milhas (Coelho, 2008: 51-52).

O facto de al-Idrîcî descrever apenas Cacela pode denunciar uma posição de “subserviência” de *Tabîra* em relação a *Qastâlla*. Segundo Cristina Garcia, Garcia Domingues definiu *Qastâlla* como um território formado por uma série de pequenos castelos (Cfr. Garcia, 2011: 195), daí derivando o topónimo de *castella*, plural de *castellum* (Ibidem, 195), podendo o *hisn* de *Tabîra* integrar esse mesmo território.

É apenas no século XIII que Tavira ganha outro estatuto: o de cidade (*mādira*). Os autores citados por Garcia Domingues e Abdallah Khawli⁴⁷ referem-se à Tavira do século XIII como tratando-se de uma *mādira* (Domingues, 2003: 343; Khawli, 2003: 132). De realçar, porém, que Khawli afirma que é nos primeiros anos do século XIII que o *geógrafo oriental Iâqût al-Hamawî designa Tavira como uma povoação (balda) do al-Andalus* (2003: 132-133).

Estas diferenças na categorização do povoamento que ocorrem nas diferentes obras, dos diferentes autores ao longo dos tempos, podem estar relacionadas com diversas questões. Para Bazzana, Cressier e Guichard *es difícil precisar más el significado exacto de estos términos que deben variar según las épocas, los autores y la naturaleza incluso de los textos donde aparecen* (Cfr. Mazzoli-Guintard, 2000: 19). Por outro lado, topónimos designados alternadamente por *mādira* e *hisn* são frequentemente lugares que apresentam topografia escarpada e morfologia defensiva, como é o caso de Mértola (*Ibidem*, 39), pelo que devemos entender estes dois termos não como antagónicos, mas como termos cujo significado, em parte, coincide (*Ibidem*, 26), sendo ainda de referir que *el denominativo “hisn”, o sea fortaleza, prevalece en las fuentes de la época [século XII] como calificativo, tanto en lo que se refiere a Tavira como a Cacela, por ser las dos perfectamente fortificadas para hacer frente a las vicisitudes de la época* (Tahiri, 2003: 152).

De realçar ainda que nem sempre os geógrafos transmitem testemunhos directos. Muito embora na obra de al-Idrîsî existam indícios de que este geógrafo de facto visitou as regiões que descreve, indícios materializados em expressões como “*constatamos e vimos*” ou “*vimos com os nossos próprios olhos*” (*Idem*, 2011: 48), outros geógrafos, como é o caso de Ibn Hawqal, para além das constatações feitas no terreno, *aproveitaram frequentemente os dados recolhidos por via de questionários apresentados “aos viajantes de cada um dos países”* (*Ibidem*, 49). Por outro lado, por vezes os geógrafos baseiam-se em obras anteriores, tornando-se difícil saber a que época se referem os seus relatos (Mazzoli-Guintard, 2000: 357). Por todos estes aspectos, devemos ter em consideração que *las descripciones no pueden suministrar un conocimiento real del lugar* (*Ibidem*, 64).

Ainda assim, é possível verificar, tal como Khawli defende, que estes testemunhos denunciam a evolução de Tavira: a *pequena aldeia* integrada no *território de Cacela*, evolui, *a partir da segunda metade do século XII*, para uma *povoação amuralhada*, um

⁴⁷ Garcia Domingues menciona Abd al-Wāhid Al-Marrācuxî e Ibn Saïd Al-Maghribî e Khwali refere Abd al-Wāhid Al-Marrācuxî.

hisn, defendendo o território de que depende. Com o domínio almóada, Tavira alcança *o estatuto de cidade e de lugar central de uma província* correspondente ao actual Sotavento Algarvio (2003: 133), estando este crescimento urbano perfeitamente atestado pelos dados arqueológicos (Cavaco e Covaneiro, 2009: 442).

No Dicionário Geográfico *Mu‘jam al-buldân* de Abû Abd Allah Yâqût ibn Abd Allah al-Hamawî, datado do século XIII, Tavira é mencionada na descrição do al-Andalus:

Al-Andalus [...] estende-se do limite da Galiza até à kura de Santarém, [daí] até Lisboa [e] até Jabal al-Ghûr e demais cidades que vão até Gibraltar [...].

O segundo lado [...] [segue, depois da foz do Guadalquivir] para a ilha de Saltes, o rio Guadiana, Tavira, Santa Maria, Silves e daqui gira em direcção a Lisboa e Santarém, regressando depois ao Cabo de S. Vicente, em frente a Silves, podendo o mar ser cortado entre Silves e o Cabo de S. Vicente, por uma distância de cinquenta milhas (Rei, 2005: 5).

5.2.2 *As fontes árabes – outros documentos.*

Para o processo de (re)construção da história de Tavira em época islâmica, o investigador pode contar, não apenas com as obras dos geógrafos, mas também com outras obras e documentos.

Garcia Domingues refere a presença de efectivos de Tavira, em 1134 (528 H.), ao lado do emir Tâxfin Ibn Alî em Jérez como *o mais remoto acontecimento histórico* de Tavira presente nas fontes, e que se encontra mencionado no *Nazm al-Jûman* (2003: 343). Porém, parece-nos pouco provável que uma “simples” alcaria enviasse tropas em apoio do emir. Esta hipótese é confirmada por Khawli que afirma que a *notícia de Nazm al-Jummâm de Ibn al-Qattân menciona, em vez de Tavira, a cidade de Évora* (2003: 133). Tratou-se, pois, de um erro de leitura, muito frequente entre os estudiosos de textos antigos.

Em meados do século XII, com a decadência do primeiro Império Africano, o Almorávida, o al-Andalus vive um novo período de instabilidade. Na génese da rebelião encontramos Ibn Qasî que, em 1144 (538 H), se revolta contra o poder dos Almorávidas, despoletando o segundo período de Taifas. O Gharb passa, à semelhança do que aconteceu nas primeiras Taifas, a ser liderado por chefes locais, dos quais destacamos Ibn Qasî em Mértola e depois em Silves e Ísâ Ibn Maimûn em Faro. Tavira

ficou nas mãos de Âmir Ibn Mahîb (*Ibidem*, 134) que julgamos ser o *Amel ibne Moribe, Senhor de Tavira* referido na obra *Portugal na Espanha Árabe* (Coelho, 2008: 350).

Este senhor de Tavira pertencia a um importante ramo familiar radicado no Algarve, os Banû Mahîb, cujos membros também governaram *madînat al-'Ulyā* (Loulé) e se distinguiam pelo elevado poder económico condizente com a sua estirpe social (Khawli, 2003: 134). Em 1151 (545 H) Ibn Mahîb na qualidade de *raîs* (chefe) de Tavira *foi convocado, juntamente com outros líderes do Gharb, para prestar homenagem ao soberano almóada em Salé, renunciando, assim, aos seus territórios* (*Ibidem*, 134). Apesar deste acto de submissão, Tavira mantém a sua independência, mas sob a liderança do berbere Omar Ibn Abî Tût Walqût (*Ibidem*, 134). Omar foi assassinado em 1152 (546 H), facto que não facilitou o domínio almóada da cidade, *cujos habitantes⁴⁸, pela sua persistente desobediência dificultaram a completa pacificação e integração da região ocidental do al-Andalus no recém-criado império do Ocidente muçulmano* (*Ibidem*, 134).

Garcia Domingues, baseado em textos de Ibn Çâhib al-Çalâ, Ibn Idarî e Ibn Khaldûn, afirma que o ano de 1151 (545 H) foi muito importante para a história do Algarve. Este foi o ano da morte de Ibn Qasî de Silves e o ano da revolta de Ibn al-Wuhaibî de Tavira contra o poder dos almóadas (2003: 344).

Em meados do século XII, Alî al-Wahîbî desempenhou um papel importante na história de Tavira e do Gharb al-Andalus. Alî al-Wahîbî (ou al-Wuhaibî) descendia de uma importante família local que se julgava (e pretendia) ser de origem árabe (Khawli, 2003: 134).

Foi graças ao poder económico e ao prestígio social da sua família que, em 1154 (548 H), Alî al-Wahîbî se destaca na liderança de um grupo de revoltosos no ataque a Niebla (dominada pelos almóadas), a pedido das elites locais (*Ibidem*, 134). A resposta almóada não se fez esperar e *depois da sua fuga de Niebla, al-Wahîbî estabelece-se em Tavira onde acende o fogo da revolta aliando-se a Ibn Arrîque, o senhor de Coimbra, que lhe concede a paz sobre as suas possessões* (*Ibidem*, 134).

Poucos anos mais tarde, em 1157 (552 H), Abû Iaqûb Iûsuf é nomeado governador de Sevilha (*Ibidem*, 134):

No ano de 551 [1156] os xeques de Sevilha vieram pedir a Abde Almunine que lhes desse um dos seus filhos como governador. Cide Abû Iacube, que ele designou para desempenhar esse cargo, começou a sua carreira submetendo Aluabi, chefe que

⁴⁸ *Tavira ofrecía refugio a un amalgama de gente rebelde, piratas y pueblerinos insumisos que no se contenían en imponer su voluntad en la zona* (Tahiri, 2003: 152).

se mantinha independente em Tavira. O vizir Abú Jáfar tomou parte nesta expedição (Coelho, 2008: 351).

Por intermédio de Garcia Domingues, que cita Ibn Idarí, sabemos mais dados sobre o assédio dos almóadas, comandados por Abû Iaqûb Iûsuf, a Tavira:

Quando o Sayyid Iûsuf chegou a Sevilha começou por ir atacar Tavira onde estava sublevado Alí al-Wuhaibí. Sitiou-a por terra e por mar. Cercaram Tavira onde se encontrava revoltado Alí al-Wuhaibí e mantiveram-se em frente dela durante dois meses, desde o princípio do ano de 552 (Fevereiro de 1157) (2003: 345).

Os almóadas voltaram a atacar Tavira nesse mesmo ano e, uma vez mais, não conquistaram a cidade:

Na verdade, o Príncipe dos Crentes, filho do príncipe dos Crentes, que Alá se satisfaça dele, no tempo do seu forte governo em Sevilha, caíra duas vezes sobre ela (Tavira) mas resistira na sua rebeldia (Ibidem, 346).

Ainda que Tavira não tenha sido conquistada, al-Wahíbî abandona-a ficando a liderança do território nas mãos de Abdalá Ibn Ubaidalá (Khawli, 2003: 134-135). Tavira continuou independente, controlando, inclusivamente as vias marítimas. O incómodo causado por Tavira levou a uma nova investida por parte dos almóadas com o intuito de a conquistar, dispondo, para o efeito, de *importantes efectivos militares, terrestres e marítimos (Ibidem, 135).*

Salienta-se o papel de *Qastâlla* no teatro de operações que levou à submissão de *Tabîra* ao poder dos Almóadas, tendo sido o centro das operações militares do exército do Califa almóada Yusuf I, que durante dois meses assaltou Tavira por terra enquanto uma esquadra bloqueava a fuga por mar (Garcia, 2011: 195):

Neste ano os almóadas apertaram o cerco ao castelo de Tavira contra o traidor nele sublevado, Abdalá ibne Ubaide Alá, estreitando-o fortemente por terra e por mar. Estabeleceram-se no castelo de Cacela com o seu numeroso exército, atacando [Tavira] dia e noite, obtendo a toda a hora vantagens sobre os seus inimigos com a sua decisão de suprimir os seus danos e evitar os males que tinham causado desde o princípio do ano 546 [começa a 20 de Abril de 1151] até aos finais do ano de 563 [acaba em 17 de Outubro de 1167], por se reunirem no seu interior meliantes de toda a espécie, aventureiros e ladrões que perturbavam e se rebelavam e faziam dano aos muçulmanos por terra e por mar em todas as regiões. E era uma preocupação para as gentes do outro lado do Estreito e do Andaluz o saque dos bens dos viajantes e dos comerciantes em terras e mares.

O emir Almumine sitiou [Tavira] duas vezes nos dias do seu emirado em Sevilha, mas resistiu-lhe e defendeu-se com os seus malvados até que a rendeu Deus

no seu califado, por sua boa fortuna, no final do mês de Dulcada [acaba em 4 de Setembro de 1168] do ano que historiamos (Coelho, 2008: 352).

Dois anos depois, em 1169 (564 H), é nomeado um governador almóada para Tavira, Abû Alî al-Hasan, nada menos que irmão do *emir dos crentes*, o qual, para além do *hisn de Tavira* era também *governador pelo poder excelso de Santa Maria (Faro) e al-Alyâ (Loulé), no ocidente do al-Andalus* (Khawli, 2003: 135). A escolha de Abû Alî al-Hasan para governador de Tavira tinha um objectivo concreto, o que revela os receios do emir ante a possibilidade de nova revolta:

O emir dos crentes filho do emir dos crentes tinha escolhido e designado este famoso hafiz [governador] para governar este hisn, depois da sua rebelião e guerra, pela confiança que tinha nele e por causa da sua vigilância, cuidado e firmeza em manter a ordem (Ibidem, 135).

Sob o domínio dos almóadas *Tabîra* adquire, como já dissemos, o estatuto de cidade. O seu crescimento extravasa inclusivamente os limites das muralhas, sendo conhecido, pelo menos, um arrabalde na zona da Bela Fria. É possível que este crescimento se deva, entre outros factores, à chegada de populações em fuga, vindas do norte, devido aos avanços da cristandade, se bem que não haja provas que confirmem esta hipótese.

A decadência do califado almóada inicia-se em 1212 (608 H) com a derrota na Batalha de Navas de Tolosa. A vitória dos cristãos trouxe novo fôlego à conquista do cada vez mais diminuto al-Andalus. Para proteger a cidade de Silves, e segundo a *Crónica da Conquista do Algarve*, os mouros terão proposto a troca dos recém-conquistados Alvor e Torre de Estômbar pela fortaleza de Cacela⁴⁹ (Garcia, 2011: 199), troca que fragilizou a posição de Tavira, sendo a cidade tomada pela Ordem de Santiago, aparentemente, com pouca resistência (Khawli, 2003: 135).

Do ponto de vista das fontes árabes, pouco se sabe sobre o período que medeia entre a conquista de Tavira pelos almóadas e a conquista da cidade pelos espatários liderados por D. Paio Peres Correia. Segundo Khawli tudo o que se sabe *resume-se à informação genérica da entrega de diversas localidades do Algarve a Afonso X por Ibn Mahfûz, rei de Niebla (Ibidem, 136), entrega essa que será posterior à conquista de Tavira.*

⁴⁹ Uma vez que as conquistas de Alvor e de Estômbar não estão datadas, não é possível saber se se serão anteriores à conquista de Tavira.

5.2.3 As fontes cristãs – A Crónica da Conquista do Algarve e o Foral de Tavira de 1266.

A *Coroniqua de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos mouros* fornece alguns dados sobre a economia da cidade de Tavira na primeira metade do século XIII, nomeadamente algumas das produções agrícolas locais/regionais. São mencionados os cereais, provavelmente trigo, e a *necessidade, vital, de apanhar o figo*⁵⁰ até S. Miguel (Magalhães, 1987: 128):

Passando esto os moros de tavra e dos otros luguares ao rededor ouveraõ seo acordo e diceraõ entre si nos somos já acerca do mes de Julho em que avemos apanhar nossos pains e mais vençe chegando o tempo do pellacill [colheita] e pois que asi fomos maltratados do mestre façamos com elle tregoa athe saõ miguel de setembro [dia 29] que vem e apanharemos entã nossas novidades e depois garrearemos com elles athe que os deitemos fora da terra (Agostinho, 1792: 88-89).

Para além da produção de figo e de cereais, a cidade dispunha ainda de outros recursos económicos, os quais se encontram mencionados no Foral de 1266:

E reservo para mim e meus sucessores todos os fornos de pão e todas as salinas cheias ou por encher em Tavila e seu termo (...). Item reservo para mim e meus sucessores que os visinhos de Tavila que levarem vinho de Tavila ou do seu termo para onde o quizerem paguem por cada tonel de vinho comprado meio morabitino (...). Item reservo para mim e meus sucessores (...) o celeiro da Affeição, e a horta que foi de Abenfabilla, e por outro lado a horta que o Bispo⁵¹ tem, e todas as figueiras e vinhas (...) e azenhas da ponte, e todos os moinhos da Aceca (...). Item reservo para mim e meus sucessores todos os açougues e fanegas e baleias de Tavilla e a baleação (...) (Vasconcelos, 1999: 31).

Podemos verificar que para além dos cereais, vinha e figueira, Tavira explorava os recursos naturais da região: salinas, azenhas e moinhos de água, sendo ainda realizada a pesca da baleia⁵².

Facto curioso é a omissão da existência de tercenas (*dār al-sinā'a*) em Tavira na documentação escrita da época, em especial no Foral de Tavira de 1266. A presença de estaleiros é mencionada nas fontes árabes para numerosas cidades portuárias islâmicas

⁵⁰ O figo era um alimento importante da produção regional (Magalhães, 1987: 128).

⁵¹ Afonso X de Castela e sua mulher D. Violante, a 8 de Abril de 1261, fizeram uma doação ao Bispo de Silves, D. Garcia, *em que entre outras concessões, lhe cedeu duas cavalarias em Tavira, e uma orte, umas casas e uma azenha (...) e um moinho (...)* (Vasconcelos, 1999: 27).

⁵² Manuel Maia coloca duas hipóteses: *os grandes cetáceos eram pescados para a utilização da carne e da gordura ou para a recolha do âmbar cinzento (...) utilizado como fixador de perfumes* (Maia, 2008: 74).

(Mazzoli-Guintard, 2000: 111), e, ainda que Tavira reúna óptimas condições para a construção naval (nas margens da desembocadura do Gilão) e possuísse matéria-prima (nas matas que se estendiam pelo litoral) para a realização dessa actividade (Maia, 2008: 74), as fontes e a arqueologia até ao momento não comprovaram essa importante actividade para uma população conhecida pela pirataria (Coelho, 2008: 352)⁵³, sem esquecer que a pesca, a baleação e o comércio marítimo também teriam um peso importante na economia da cidade.

Por último, outro dado importante que podemos retirar do Foral de Tavira de 1266 e da Crónica da Conquista do Algarve, é o nome do último governador de Tavira:

Item reservo para mim e meus sucessores as casas que foram de Abenfabilla (...) e a horta que foi de Abenfabilla (...) (Vasconcelos, 1999: 31);

(...) e não consta se o abem Fabilla moro senhor deste lugar foi em esta batalha e morreo em ella ou se ficou no luguar e o que se fez delle (Agostinho, 1792: 91).

Porém, e ainda que o nome de Ibn Fabila⁵⁴ seja referido em três documentos distintos, Garcia Domingues parece duvidar da sua existência: *Lembremos Ibn Mahîb, Ibn al-Wuhaibî e Favila, se acaso este último nome corresponde a algo real* (2003: 355).

5.2.4 O dealbar da Tavira Cristã segundo a Crónica da Conquista do Algarve.

Durante as tréguas estabelecidas entre os mouros de Tavira e os espatários, o Comendador-mor da Ordem de Santiago e outros cavaleiros decidem ir caçar com aves às Antas, a três léguas de Cacela. O Mestre, D. Paio Peres Correia, desaprova:

(...) não me parece que he bem que vades llá porque os mouros são muy cizos asi das terras como das molheres e se vos lla virem podervos ha aquecer allgum dano porque na sanha são gente sem freo (Agostinho, 1792: 89).

Como estão em tréguas, o Comendador desvaloriza as preocupações do Mestre e parte com cinco cavaleiros em direcção às Antas. Passam pela ponte e pela praça da vila e, chegando às Antas, começam a caçar, despreocupadamente.

(...) quando os moros que estavaõ folgando a porta da villa os viraõ passar daquella guisa maravilhaõse munto e murmuravaõ huns com otros dizendo que nenhum homem nascido podia sofrer as couzas e soberbas que estes Chrisptaons

⁵³ Ainda que Borges Coelho inclua Tavira no rol das cidades com construção naval (Coelho, 2010: 193).

⁵⁴ Veríssimo Serrão refere-se-lhe como *Almansor ou Ben-Afan, senhor de Silves* (2001: 21).

fazem que saõ taõ grandes e em taõ pouca conta nos tem que asi passaraõ por aqui e foraõ pella praça como se a villa fora já sua e loguo fizeraõ sua falla que se fosse a elles e os matassem a onde quer que os achassem (Ibidem, 89).

O desfecho da contenda é conhecido: o Comendador e os cinco cavaleiros da Ordem de Santiago sucumbem às mãos dos mouros de Tavira, assim como o mercador Garcia Rodrigues, que por ali passava e foi em seu auxílio.

Avisado, o D. Paio Peres Correia parte com os seus para as Antas. Ao ver os cavaleiros mortos o Mestre

(...) começou com os Mouros muj crua peleja e morreo alj tanta gente delles que ainda oje em dia ahj jaz ossada delles e des que os vençeo e desbaratou seguios pello alcanço (...) e os Mouros que estauaõ dentro da villa quando o mestre pôe ella passou (...) e muj apressa cerraraõ asportas (...) e quando os viraõ assj vir fugindo naõ lhes ousaraõ de abrir as portas por onde sairaõ pa os acolher dentro e abriraõlhe hua porta pequena escusa que ora esta escontra a Mouraria⁵⁵ (...) (Crónica de Cinco Reis de Portugal, 1945: 210).

Tavira é conquistada sem oferecer grande resistência. Esta aparente facilidade na tomada da cidade não deixa de ser surpreendente, considerando que foram precisos três cercos para que, cerca de 75 anos antes, os almóadas a tomassem.

Após a tomada da cidade, o Mestre volta às Antas com o propósito de trazer para Tavira os corpos dos sete que aí haviam tombado: D. Pero Paes Comendador-mor, Mem do Valle, Damião Vaz, Álvaro Garcia, Estevão Vaz, Vallerio de Ossa e o mercador Garcia Rodrigues.

(...) e fizeraõ na mesquita major igreja de Sta Maria e mandou o mestre fazer hu moimento de pedra em que pos sete escudos com as vieiras de Santiago e allj os foraõ soterrar todos seis e o mercador com eles (...) cujos corpos despois foraõ auidos em grande reuerença e deuação e como martires q espargiraõ o seu sangue por honra da fee de Jesu xpo (Ibidem, 211).

5.2.5 Em torno da data da conquista de Tavira.

A data da tomada cristã de Tavira é controversa, tendo sido amplamente debatida por diversos autores. A *Crónica de Cinco Reis de Portugal* e a *Crónica da Conquista do Algarve* indicam datas distintas para a conquista da cidade, existindo uma discrepância de trinta e quatro anos:

⁵⁵ Segundo Vasconcelos *o postigo que aquelas mouras abriam, existiu no local ainda hoje chamado Largo das Portas do Postigo* (Vasconcelos, 1999: 21).

(...) e foi esta batalha feita, e os Mouros mortos e tauilla ganhada [aos] noue dias de julho da era de mil duzentos e oito anos (Ibidem, 211).

(...) foi esta batalha e os moros mortos e Tavira ganhada aos moros aos onse dias de junho por dia de saõ Barnabé na era de mil e duzentos e quarenta e dois annos (Agostinho, 1792: 91).

Mas não apenas nas fontes existem divergências. Os diversos estudiosos que se têm debruçado sobre esta temática defendem posições distintas para a data da conquista. António Castro Henriques considera que a conquista de Tavira terá ocorrido em 1239 – uma vez que *em Maio de 1240, os termos de Tavira estão definidos relativamente aos de Cacela* (2006: 71).

O ano de 1242 é o que reúne mais consenso entre os investigadores, sendo esta a posição de Romero de Magalhães (1987: 128) e de António Rei, que afirma que Tavira terá sido conquistada em 1242 e doada aos Espatários em 1244 (2003: 35).

Na opinião de José Mattoso, Tavira e Paderne talvez tenham sido tomadas em 1242. O investigador defende que, caso esta data esteja correcta a sua conquista não poderá ser atribuída a D. Paio Peres Correia que *se encontrava* em Castela (...) desde o fim do ano de 1241 (1993a: 124). Joaquim Veríssimo Serrão, tal como os anteriores, e baseado na Crónica da Conquista do Algarve, afirma que Tavira foi tomada *em 11 de Junho de 1242, dia do orago S. Barnabé* (2001, 21).

Manuel López Fernández apresenta uma hipótese distinta das demais: Tavira foi reconquistada pelos freires de Santiago a 11 de Junho de 1249 (2003: 179), depois de a cidade ter sido perdida após 1244 (*Ibidem*, 172). Esta hipótese encontra-se baseada na suspeita de que a *Crónica da Conquista do Algarve oculta una excisión temporal* que só é possível de verificar contrastando-a com detalhes presentes em outros documentos (*Ibidem*, 172). Por outro lado, o autor justifica o facto de Afonso III não querer confirmar a doação de Tavira à Ordem de Santiago feita por D. Sancho II com a perda de Tavira após essa mesma doação (*Ibidem*, 179), renitência que poderá estar relacionada mais com a importância da cidade do que com uma eventual (re)conquista muçulmana de Tavira.

A possibilidade de a conquista ter ocorrido a 11 de Junho, dia de S. Barnabé, é bastante coerente se tivermos em consideração os dados apresentados por Romero de Magalhães. Segundo o autor, na *Corografia do Reino do Algarve (1577)* de Frei João de S. José, é mencionada a realização, em Tavira, de *solene procissão (...) em memória deste beneficio* (1987: 129). Para este autor *S. Barnabé não é Santo de especial devoção*

para que propositadamente lhe fosse concedida honra de festa solene (Ibidem, 129) pelo que aceita a data de 11 de Junho como bastante provável.

Vasconcelos (citando, possivelmente, o volume IV do Santuário Mariano de Frei Agostinho de Santa Maria) também nos informa da data da conquista e da existência da citada procissão solene:

Tomada a cidade e purificada a mesquita principal em Matriz de Tavira com os ritos e cerimoniais de Igreja Romana e consagrada a Maria Santissima, se erigiu n'ela um altar à parte da Epístola, dedicado ao Apóstolo S. Barnabé, por ser recuperada aquela praça em o seu dia (1999: 229).

No dia do Apóstolo S. Barnabé se guardava em tôda esta cidade e se lhe fazia festa com missa e procissão solene, em memoria de que no seu dia se tomou Tavira aos mouros (Ibidem, 230).

5.3. Debatendo algumas hipóteses sobre a Tavira Islâmica.

Ao longo dos anos, com o avanço da investigação, foram sendo elaboradas hipóteses de trabalho, propostas e teorias sobre Tavira na época islâmica. Utilizando alguns dados conhecidos, pretendemos refutar algumas destas hipóteses.

5.3.1 As mesquitas de Tavira.

Em diversas publicações de índole variada tem sido mencionada a existência de duas mesquitas em Tavira: uma sob a actual Igreja de Santa Maria do Castelo e outra sob a vizinha Igreja de Santiago (Figura 3).

A obra genérica de Álvaro Duarte de Almeida e Duarte Belo, *Portugal Património*, é um desses exemplos: *a fortificação desta cidade circundava uma área onde se erguiam a alcáçova, duas mesquitas (a tradição afirma que as actuais igrejas de Santa Maria do Castelo e de Santiago estão construídas em locais que eram anteriormente ocupados, respectivamente, pela Mesquita Maior e pela Mesquita Menor) (2008: 346).*

Nas *Notícias Históricas de Tavira* de Damião de Vasconcelos, no capítulo dedicado às Igrejas da cidade diz-se: *a Igreja paroquial de Santiago foi a antiga mesquita menor dos mouros, e a seguir à conquista cristã filial de Santa Maria (1999: 240).*

Luís Fraga da Silva apresenta a evolução urbana da Tavira islâmica, na qual também se encontram localizadas as duas mesquitas (s.d.: 2).

Como sabemos, a mesquita é um dos pólos agregadores da cidade muçulmana, sendo um espaço essencial da sociabilidade urbana (Mazzoli-Guintard, 2000: 105). De facto, *em todas as cidades haveria pelo menos uma mesquita aljama (...) capaz de receber toda a comunidade muçulmana* (Torres e Macias, 1998: 33). Trata-se de um espaço aberto e multifuncional: local de culto, mas também um *local de convívio e de resolução dos problemas da comunidade integrando a praça do mercado* sacralizando esta última função (*Ibidem*, 33).

A mesquita aljama é ainda a sede do tribunal, onde o cadí distribui a justiça (Mazzoli-Guintard, 2000: 128), e o espaço dos debates públicos onde se podem, inclusivamente, realizar negócios. Isso encolerizava alguns fiéis, como era o caso de Ibn ‘Abdun que dizia que *las mezquitas son las residencias de Allāh [...] por lo tanto no se deben hacer en ella reuniones sobre impuestos, procesos o cualquiera otro asunto mundano* (*Ibidem*, 129).

Ainda que Tavira esteja em clara expansão, evoluindo da *balda* almorávida à *madinā* almoáda em poucos anos, o perímetro amuralhado da cidade tem pouco mais de quatro hectares (Torres e Macias, 1998: 213), cidade bastante modesta se comparada com Lisboa (cerca de trinta hectares), Coimbra e Badajoz (cerca de dez hectares) ou mesmo com Santarém, Mértola, Faro, Silves, entre outras, todas com uma área intramuros de seis ou sete hectares (*Ibidem*, 31-32).

A aceitação da existência de duas mesquitas em Tavira não é linear, ainda que a Crónica da Conquista do Algarve e a Crónica de Cinco Reis de Portugal (1945: 211) mencionem a mesquita maior, o que poderá fazer supor a existência de uma mesquita menor. Mas quais as razões que nos levam a duvidar da existência destas duas mesquitas?

Em primeiro lugar, a dúvida coloca-se: seria a população de Tavira numerosa o suficiente para “justificar” a existência de duas mesquitas? Luís Campos Paulo, citando Rosa Varela Gomes, afirma que a mesquita era utilizada pelos habitantes do núcleo urbano, para além da população peri-urbana e por peregrinos (2006: 121). Ainda assim, mesmo se considerarmos o arrabalde descoberto em 2006 na Bela Fria, a cidade não teria os dois a três mil habitantes estimados para as cidades com seis ou sete hectares (Torres e Macias, 1998: 32). Segundo Torres Balbás, cada hectare albergaria 348

habitantes (Cfr. Mazzoli-Guintard, 2000: 88), sendo que os quatro hectares de área amuralhada de Tavira alojariam 1392 pessoas⁵⁶.

A questão populacional poderá ser de somenos importância se tivermos em consideração as palavras de Carla Fernandes, baseada em conversa informal tida com a Dr.^a Maria Maia: *a existência de duas mesquitas devia-se menos à grande concentração populacional, como à partida poderíamos pensar, mas, pelo contrário, seria a fraca densidade populacional de Tavira que justificou que se construísse uma mesquita menor para o culto quotidiano, sendo a mesquita maior frequentada apenas durante o calendário festivo* (2000: 22).

O argumento apresentado por esta autora afigura-se-nos pouco credível: se por um lado, as várias “funções” da mesquita podem deitar por terra tal argumento, por outro, Luís Campos Paulo afirma que tal *aspecto não tem paralelo no mundo muçulmano* (2006: 121).

Mas existem outros argumentos. A construção de um edifício público, seja ele religioso ou não, tem encargos elevados e caso não seja custeado por um mecenas sê-lo-á através dos impostos/tributos cobrados à população do território. Ora se o número de habitantes é reduzido, reduzidos serão os impostos cobrados. É ainda necessário não esquecer o contexto histórico do período em causa: numa época conturbada, com a cristandade à espreita, poderia a cidade dar-se ao luxo de construir uma mesquita menor, deixando a aljama para os dias festivos? Parece-nos pouco provável. Julgamos que os recursos da cidade foram, em época almóada, canalizados para o reforço das muralhas, reforço esse que se encontra atestado.

De salientar ainda que, segundo M. de Epalza, a presença de duas mesquitas é um sinal do crescimento da cidade, sendo que a distância entre a mesquita aljama e os bairros é importante *puesto que se autoriza el sermón en una segunda mezquita* (Cfr. Mazzoli-Guintard, 2000: 124). Ora, essa regra não se aplica no caso de Tavira devido à posição central da mesquita aljama no perímetro amuralhado da cidade.

Outro dos argumentos que nos levam a questionar a existência de duas mesquitas em Tavira prende-se com a total descaracterização dos edifícios actuais. Por razões várias, e também devido aos terramotos do século XVIII⁵⁷, qualquer um dos dois

⁵⁶ Ainda que o método de estimativa demográfica de Torres Balbás seja discutível, o número parece aceitável se considerarmos que Serrão, com base nos 1567 fogos existentes em Tavira em 1535, estima que a cidade tivesse cerca de 6268 habitantes (Serrão, 2001: 47).

⁵⁷ Vasconcelos informa-nos que *o primitivo templo, (de Santiago), também caiu, talvez por um grande abalo de terra* (1999: 241) e que *o terramoto de 1 de novembro de 1755 apenas lhe deixou intacta [à igreja de Santa Maria] a capela-mór e as laterais da dita capela* (Ibidem, 232).

templos cristãos foi alvo de diversas campanhas de obras. As fontes cristãs fazem supor a adaptação da mesquita a igreja de Santa Maria⁵⁸, como aconteceu em outros locais, nomeadamente em Mértola (Macias e Torres, 2002: 17)⁵⁹.

Porém, Luís Campos Paulo afirma que a *Igreja de Santa Maria de Tavira apresenta uma orientação canónica, com a capela-mor virada a nascente e entrada a poente, sugerindo que este templo terá sido construído de raiz subsistindo apenas, da primitiva mesquita, o minarete* (2006: 120). Contudo, o mesmo autor afirma que caso a actual Torre do Relógio tivesse feito parte da mesquita, esta *dispunha-se apenas parcialmente sob a actual igreja matriz* (*Ibidem*, 120). De realçar que a morfologia e dimensões desta torre⁶⁰ reforçam a ideia de ela poder ter sido o minarete da antiga mesquita de Tavira.

Finalmente, o argumento que consideramos mais pertinente: a proximidade dos dois monumentos. Acreditando que a cidade tinha população que justificasse a construção de uma mesquita menor e meios para o fazer (ou que tivesse sido paga por um, ou mais, mecenas), porque razão construir uma mesquita tão próxima da outra e não noutra área da cidade, onde o chamamento à oração na mesquita aljama já não se fizesse ouvir? Se era uma questão de local preferencial, porque razão não se ampliou a mesquita que já existia ao invés de construir uma outra mesmo em frente?

Considerando todas estas razões, partilhamos a opinião de Luís Paulo quando afirma que *em Tavira apenas existiu uma mesquita a qual foi progressivamente ampliada à medida que o aglomerado, também ele, aumentava de área e população* (2006: 121).

Mas ao aceitarmos a hipótese de Tavira apenas ser dotada de uma mesquita, como justificar que Vasconcelos (e a tradição oral) mencione que *a Igreja paroquial de Santiago foi a antiga mesquita menor dos mouros* (1999: 240)? Julgamos ser possível que o espaço fosse ocupado por uma *zāwiya* (oratório)⁶¹, podendo os cristãos ter interpretado o edifício religioso como a mesquita menor da cidade.

⁵⁸ (...) e fizeram na mesquita major igreja de S^{ta} Maria (*Crónica de Cinco Reis de Portugal*, 1945: 211).

⁵⁹ Também Mazzoli-Guintard refere que em geral, nas cidades reconquistadas, a catedral instala-se na antiga mesquita aljama, e que *la sede de la catedral se establece en la iglesia de Santa Maria del Castillo* (2000, 140).

⁶⁰ A torre de forma quadrangular, apresenta cerca de cinco metros de largura na base. Segundo Mazzoli-Guintard, os minaretes mais modestos teriam uma largura inferior a três metros (2000: 123).

⁶¹ A *zāwiya* era *una institución mixta de convento, colegio y hospedería gratuita, donde, a semejanza de los monasterios cristianos de la Edad Media, se daba albergue y sustento a pobres y caminantes* (Maíllo Salgado, 1996: sv “zāwiya”).

Talvez a arqueologia [quer através de escavações no actual Largo Abu Otmane, quer através de picagens das paredes da Torre do Relógio (no caso da Igreja de Santa Maria) e das paredes dos dois templos] possa esclarecer a questão da(s) mesquita(s) no Alto de Santa Maria, sendo esta a única maneira de saber se a Igreja de Santiago foi, na sua origem, a mesquita menor de *Madinat Tabira* ou se era uma *zāwiya*. Porém, devido a todas as campanhas arquitectónicas a que os dois edifícios foram submetidos, aliados aos estragos produzidos pelos terremotos, o contributo da arqueologia poderá ser de pouca valia no esclarecimento desta questão.

5.3.2 O Alto de Santa Ana.

Ibn Qasī foi uma figura de enorme importância no Gharb al-Andalus. Esta importância deve-se a factores políticos, militares, religiosos e filosóficos. Originário de *J.Ila*, uma pequena aldeia da região de Silves, Ibn Qasī despoletou a revolta dos *muridines* (noviços) contra o poder decadente dos Almorávidas, iniciando o segundo período de taifas, em meados do século XII. Ibn Qasī foi senhor de Mértola e em parte responsável pela chegada dos Almóadas ao al-Andalus, já que lhes solicitou apoio na luta contra os seus inimigos⁶².

A localização precisa da *Qarya J.Ila* onde Ibn Qasī terá fundado um *ribāt* é desconhecida. Nos últimos anos alguns autores têm defendido diversos locais para a localização da alcaria natal de Ibn Qasī, um dos quais aponta para as margens do Gilão, junto a Tavira (Khawli, 2001: 37). A hipótese de Khawli está na base da proposta avançada por Luís Fraga da Silva de que a Alcaria Gilla se situaria no Alto de Santa Ana em Tavira (sd: 2) (Figura 4), hipótese que tentaremos refutar.

5.3.2.1 Breve relato da vida de Ibn Qasī.

Abû al-Kâsim Ahmad Ibn Qasī foi uma figura de destaque na história do al-Andalus (Alves, 1999a: 43). Este descendente de uma família *muwallad* (moçárabe) distinguiu-se como literato e como chefe religioso e sufi, tendo dado origem ao movimento dos *muridîn* de que foi *imam* e *mahdi*.

⁶² Em 1147, D. Afonso Henriques e os cruzados tomavam Lisboa ao mesmo tempo que as tropas de Barraz, general almóada, entram na Península em apoio a Ibne Cáci, destronado senhor de Mértola (Domingues, 1997a: 172).

Julga-se que terá passado em Silves grande parte da sua juventude, estudando os teólogos muçulmanos⁶³ (Macias, 1992: 427; Macias, 1999a: 79-80). Após ter terminado os estudos, terá desempenhado um cargo no fisco (*musrif*) ao serviço dos Almorávidas (Khawli, 2001: 37) até que, *escutando um qualquer apelo interior*, abandona as suas funções e vende o seu património, distribuindo o ganho pelos pobres (Alves, 1999b: 88). Inicia-se uma nova fase na vida do silvense que, renunciando a tudo (carreira, conforto e família), se torna *asceta errante, sem eira nem beira, à procura de Deus, nos caminhos da pobreza e da solidão* (*Ibidem*, 88).

Terá sido nesta época que Ibn Qasī se recolhe ao *ribāt* da sua aldeia, acompanhado de um grupo de discípulos, os *muridun*, a quem ensina o sufismo, preparando, em simultâneo, a revolta contra os Almorávidas⁶⁴ (Khawli, 2001: 37).

O mestre sufi volta as suas atenções para o território de *Martula* (Mértola), tendo-se refugiado na *qarya* de *al-Gawza*⁶⁵ antes de a conquistar (*Ibidem*, 2001: 30, 37). Ibn Qasī, auto-proclamado mádi, instala-se na alcáçova no dia 1 de Rabi do ano de 539 (1 de Setembro de 1144) (Coelho, 2008: 342), apoiado por chefes locais e por gente simples (*Idem*, 2001: 14).

Segundo Borges Coelho, pouco tempo depois da ocupação de Mértola alguns dos seus partidários opuseram-se-lhe, o que levou Ibn Qasī a recorrer a Abde Almumine, senhor dos Almóadas, em Rabi II do ano de 540 (Setembro de 1145) (*Idem*, 2008: 343). O sufi regressa ao al-Andalus acompanhado do exército dos Almóadas. Os almóadas conquistam Algeciras, Jerez, Niebla, Mértola e Silves, tendo o califa confiado o governo desta última a Ibn Qasī (Mattoso, 2001: 86).

Contudo, o sufi revolta-se contra os africanos. Com o avanço das tropas cristãs, muitos dos chefes de taifas coligaram-se e dirigiram-se, em 1150 (544 H), a Salé prestando vassalagem ao califa Abd al-Mumin (*Ibidem*, 86). Entre os membros da comitiva não se encontrava Ibn Qasī que preferiu uma aliança com *o senhor de Coimbra, o rei cristão conhecido como Ibne Arrique* (Coelho, 2008: 343).

Como penhor da aliança com o cristão, Ibn Qasī recebeu um cavalo, um escudo e uma lança (*Idem*, 2005: 23). Os habitantes de Silves, temendo as sequelas de tão vil

⁶³ Referindo-se à fase pré-ascética de Ibn Qasī, Borges Coelho afirma que *durante a mocidade* [Ibn Qasī] *só pensou nos prazeres do mundo* (1999: 69).

⁶⁴ *Ibn Qasī, vendo o destino trágico de outros mestres sufis, como Ibn al-'Arif, Ibn Barrajan ou al-Mayurqî, mortos deportados ou exilados, empunha na sua pregação o estandarte da revolta e prega o surgimento de um homem interior, ancorado na revelação corânica, instrumento de uma nova ordem exterior de natureza espiritual que passava pela supressão da iniquidade dos senhores do al-Andalus* (Alves, 1999b: 89).

⁶⁵ Alcaria dos Javazes.

aliança, assassinaram Ibn Qasī no *Qâsr ax-Xarajib* (Palácio das Varandas) (*Ibidem*, 23; *Idem*, 2008: 344) por volta dos meses de Agosto ou Setembro de 1151⁶⁶ (Mattoso, 2001: 86). Os conspiradores ter-se-ão passeado perante a multidão com a cabeça do sufi espetada na lança oferecida por Afonso Henriques (Mattoso, 2001: 86), clamando: “*Eis aqui o mádi dos cristãos*” (Coelho, 2008: 344).

5.3.2.2 *O ribāt ou os ribāts de Ibn Qasī?*

Antes de aprofundar a questão do(s) *ribāt*(s) de Ibn Qasī, julgamos ser conveniente explicar o que é um *ribāt* e qual a diferença entre *ribāt* e *zawiya*. *Ribāt*, no início da Hégira designava o local onde *se preparava o combate* (em português *rebate*) (Farinha, 2007: 27). O termo evoluiu, tornando-se num dos mais utilizados no sentido militar, *servindo para designar os combatentes ou mujahidun*, “*aqueles que fazem o jihad*” ou os *murabitun*, *aqueles que fazem o ribat sobre a fronteira* (*Ibidem*, 27). O mesmo autor termina afirmando que *ribāt* é também símbolo de piedade, já que as abluções, a frequência das mesquitas e a oração *seriam o verdadeiro ribat* (*Ibidem*, 28).

No que concerne à diferença entre *ribāt* e *zawiya*, segundo Christophe Picard, *ribāt* é o local *où l'on se prépare à la guerre saint (jihad)*, sendo *zawiya* o local *où l'on se retire avec ses semblables*⁶⁷ (2001: 206).

Terá sido a partir do governo de Muhammad I (852-886) que se constroem torres de atalaia (para vigiar a linha de costa) e novas fortificações (por vezes de carácter religioso-militar), os *ribāt* (Catarino, 2001: 31). Este reforço da defesa do litoral terá sido motivado pelos ataques normandos (*Ibidem*, 41), tendo certamente tido *uma função de alerta ou rebate (ribat)* (*Ibidem*, 35).

Parece ser inequívoca a fundação de um *ribāt* por Ibn Qasī na região do Algarve. Também é consentâneo que essa fundação ocorreu antes da conquista de Mértola pelos *muridines*. O local de fundação e o número de *ribāts* onde o mestre sufi esteve presente não reúnem consenso entre os autores que têm abordado a temática⁶⁸.

⁶⁶ Jumada I do ano de 546 (Coelho, 2008: 344).

⁶⁷ Estes termos não devem ser confundidos com o termo *khanqah*, que é o local *où l'on offre le couvert aux voyageurs* (Picard, 2001: 206).

⁶⁸ Esta diversidade de opiniões foi abordada em 2002 por António Rei, onde o autor apresenta uma síntese de algumas das posições publicadas ao longo dos anos, desde as defendidas por David Lopes e C.F. Seybold na edição de 1903 do *Archeologo Português*, até 2000, data do Simpósio Internacional sobre Castelos no qual Christophe Picard distingue o *ribat d'al-Rayhana* e o *ribat d'al-Jilla edifié par Ibn Qasí* (Picard, 2001: 203).

Confrontem-se, entre outras, as opiniões de Macias, Picard, Catarino, Khawli, Gomes e Rei:

Picard afirma que a dificuldade em identificar a localização dos edifícios religiosos citados nas fontes árabes prende-se com o facto dos trabalhos arqueológicos realizados, e em curso, não permitirem uma identificação *sans ambiguïté, a un tel édifice. En effet, les ribats cites par les textes, tel le ribat d'al-Rayhana sur le litoral occidental d'Algarve, ou celui d'al-Jilla édifié par Ibn Qasî, n'ont pas été identifiés sur le terrain* (2001: 203). O autor distingue estes dois *ribats* não apenas pela sua designação, como também, pela função que teriam: *si on peut considérer que le ribat d'al-Rayhana a une utilité pour la surveillance côtière, au nord du cap Saint-Vincent, la fondation d'Ibn Qasî dans son village, n'a aucune connexion avec la guerre contre les chrétiens* (*Ibidem*, 209).

No que respeita ao *ribât d'al-Rayhana*, parece inquestionável, independentemente de quem foi o seu fundador⁶⁹ e, conseqüentemente, da data da sua fundação, tratar-se das estruturas escavadas na Arrifana por Mário e Rosa Varela Gomes.

Relativamente ao *ribât d'al-Jilla*, que a maioria dos autores afirma ter sido fundado por Ibn Qasî, a sua identificação/localização pode estar a ser dificultada pelo facto de se desconhecer *a vocalização da primeira consoante da palavra J.lla, pelo que a leitura tanto pode ser "jalla" como "jilla" ou "julla"* (Rei, 2002: 10). Também Mário Varela Gomes atesta as várias possibilidades de leitura ao afirmar que Ibn Qasî terá nascido *em Gila, Jilla ou Jalle* (2007: 41).

Esta variedade de leituras dificulta a tentativa de identificação do lugar do *ribât* através da análise da toponímia, tendo levado Khawli e Silva a defender o topónimo *Gilla/Jilla* e a situar a alcaria nas margens do Gilão (Khawli, 2001: 37), ou mais concretamente no Alto de Santa Ana (Silva, s.d.: 2), e Rei a defender o topónimo *Julla*, e a situar o *ribât de Ibn Qasî* no *pequeno povoado chamado Julia, junto a Alte, no actual concelho de Loulé* (2002: 11).

– Recolheu-se com os seus discípulos, os *muridines* (noviços), para uma *râbita* (mosteiro fortificado) que mandou construir nos arredores de Silves (Macias, 1992: 427; *Idem*, 1999a: 79-80);

– (...) *celui [ribat] qui fut fondé par Ibn Qasî, à Qarya Jilla, pour abriter ses adeptes: "il édifie, nous dit al-Hatib, un ribat dans un village important dans le district de Silves. La se réunirent ses partisans (muridun) qui furent pour al-Andalus une source de malheurs"* (Picard, 2001: 205);

– *Ibne Qacî constrói uma râbita (mosteiro fortificado) provavelmente em Arrifana* (Catarino, 1997/1998: 455);

– (...) [Ibn Qasî] *vende os seus bens e refugia-se numa râbita (...) da sua aldeia, (...) a pequena aldeia de Gilla, que podemos localizar nas margens do rio Gilão, próximo de Tavira* (Khawli, 2001: 37);

– *De volta à sua terra natal, Ibn Qasî abraça decididamente o sufismo (...) funda, possivelmente em 1130, o convento, ou ribat, da Arrifana* (Gomes, 2007: 41; Gomes, 2007b: 10);

– *Ibn Qasî construiu a sua azóia/arrábida no povoado de Julia, a cerca de trinta quilómetros de Silves, em zona do interior e retirada dos principais meios urbanos de então* (Rei, 2002: 11-12).

⁶⁹ António Rei afirma que a fundação do *ribat* da Arrifana se deve ao místico Abû Muhammad 'Abd Allâh ibn Sa'îd ibn Lubhâj al-Ummawî al-Shantajiyâlî, no ano de 433/1041 (2002: 8).

Parece pouco provável que Ibn Qasī tenha sido o fundador de dois *ribāts*, até porque, aparentemente, estes teriam funções distintas (defensiva/ofensiva na Arrifana, mística em *J.Ila*⁷⁰).

Finalmente, e no que respeita à associação de Ibn Qasī ao *ribāt d'al-Rayhana*, importa fazer notar que, segundo António Rei, Abreu Fiagier foi o primeiro a distinguir a Azóia/Arrábida de Ibn Qasī do *ribāt* da Arrifana⁷¹. Esta associação à Arrifana pode dever-se ao facto das fontes mencionarem que Ibn al-Mundhir, também ele ligado ao movimento dos *muridîn*, se ter retirado *para junto da orla marítima, no forte/eremitério (râbita) de Rayhâna* (Rei, 2002: 8). Porém, António Rei defende que o retiro de Ibn al-Mundhir no *ribāt* da Arrifana é anterior, ao que tudo indica, à adesão deste asceta ao movimento dos *Muridîn* (*Ibidem*, 11).

5.3.2.3 O Alto de Santa Ana e a Alcaria Jilla.

Luís Fraga da Silva, na sua reconstrução da Tavira Islâmica, coloca a hipótese da futura alcáçova ter sido inicialmente uma torre ou castelo isolado, construído para proteger os povoados rurais da laguna dos ataques dos piratas normandos. Entre os povoados destaca-se a alcaria Jilla, provavelmente situada no actual monte de Sant'Ana, na margem esquerda do Gilão (s.d.:2).

Para o mesmo autor, durante as segundas taifas, a alcaria Jilla, transformada num *ribat*, é o foco inicial da sedição de Ibn Qassî (1144-1151), natural deste lugar, contra o poder almorávida (*ibidem*, 2). Já em época almóada, a área de Sant'Ana seria um dos arrabaldes da cidade posteriormente identificados no período português (*ibidem*, 2).

Existem nesta hipótese de trabalho algumas questões que julgamos poderem ser refutadas. Em primeiro lugar, a existência de um arrabalde de época islâmica no Alto de Santa Ana. Desde a Idade Média que a parte oriental da cidade de Tavira é conhecida pelo sugestivo nome de «Além da Ponte», o que se justifica pelo facto da povoação ter

⁷⁰ (...) la construction d'un ribat par Ibn Qasî à Qarya Jilla pour y assembler ses partisans, les muridun, rappelle celle des khanqah/s orientaux que les maîtres soufis faisaient édifier ou qu'ils investissaient pour former leurs disciples et y enseigner la tariqa soufie (Picard, 2001: 209).

⁷¹ “No texto de Alcatibe (...) lê-se o nome desta aldeia «wa 'btanâ râbitat (na) biqaryati Jalh min qurâ Xelba...» - «fundou uma Arrábida na aldeia de Jalhe, da província de Silves...». David Lopes traduz: «foi ele que edificou um mosteiro numa aldeia importante no termo de Silves», aponto em nota que esse mosteiro era o da Arrifana (...) que julga poder localizar na costa algarvia (para os lados de Aljezur?). Mais adiante põe a questão: Neste caso terão sido duas as arrábidas fundadas por Ibne Caci ou durante o seu governo – uma em Jalhe, outra na Arrifana?» (2002: 3).

nascido na parte ocidental do Rio e só mais tarde, mas logo após a Reconquista, se ter estendido para além da Ponte que já existia no tempo do domínio árabe (Anica, 2001: 197).

Os trabalhos arqueológicos realizados no local, da responsabilidade científica de Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco, no âmbito da requalificação urbana do Largo de Santa Ana, não revelaram quaisquer vestígios arqueológicos de época islâmica. As estruturas escavadas, muitas delas assentes sobre a rocha, estão relacionadas com o antigo Quartel-General do Governador do Algarve (século XVIII), tendo sido, também, identificado um cemitério no antigo adro da Ermida de Santa Ana (Cavaco; Covaneiro; Candón Morales, 2006: 97). De facto, o vestígio mais antigo conhecido no Alto de Santa Ana é a Ermida dedicada à mãe de Maria: trata-se de pequeno templo cuja data de fundação é desconhecida⁷² (*Ibidem*, 97).

Face aos resultados da intervenção arqueológica supra mencionada, a hipótese da existência de estruturas anteriores à construção da Ermida no Alto de Santa Ana, sejam elas de carácter rural (*qarya* – aldeia), urbano (*rabad* - arrabalde) ou religioso/militar (*ribāt*) cai por terra.

Por outro lado, a existência de duas alcarias separadas apenas pelo Gilão⁷³ parece pouco provável, até porque se existisse uma alcaria ou *ribāt* tão próximo de Tavira seria mencionado nas fontes, sobretudo nos relatos da conquista de Tavira pelos Almóadas. Senão vejamos: se Ibn Qasī se apodera de Mértola em 539 da Hégira (1144), após ter saído do *ribāt* de *al-Jilla* onde se teria recolhido, e se Tavira é conquistada pelos Almóadas em 563 da Hégira (1168), nos 24 anos que medeiam entre as duas datas a existência do *ribāt* de *al-Jilla*, mesmo que estivesse abandonado, cairia totalmente no esquecimento? E a existir um *ribāt* este não teria contribuído (ou pelo menos as suas estruturas abandonadas) para o assédio ou a defesa da cidade?

Parece-nos, pois, pouco provável que o *ribāt* de *al-Jilla* se localize no Alto de Santa Ana, nem podemos aceitar que *foi a alcaria Gillah que deu o nome ao rio Gilão* (Maia, 2003: 155), até porque *num aforamento de 22 de Maio de 1268, mencionou-se o rio da Asseca, per ubi intrant naves ad Taviram* (Oliveira, no prelo).

Por outro lado, para aceitarmos a hipótese avançada por Luís Fraga da Silva teríamos que aceitar que a alcaria *Jilla* e o *ribāt* de Ibn Qasī foram totalmente arrasados

⁷² Na visitação de 1518 feita por dois delegados do Mestre de Santiago, os mesmos *acharam que a dita Ermida é tão antiga que não há ali memória de quem a edificou* (Anica, 2001: 197-198).

⁷³ É necessário não esquecer que segundo as fontes Tavira, até à chegada dos almóadas, era apenas uma alcaria ou um pequeno *hisn*, apenas evoluindo para cidade quando o segundo Império Africano a conquista.

para a construção da Ermida de Santa Ana e, posteriormente, do Palácio do Governador, e que, por alguma razão misteriosa, absolutamente nenhum vestígio tenha restado, nem nas fontes da época, nem no registo arqueológico.

Assim, caso a alcaria *Jilla* se tenha situado, parafraseando Khawli⁷⁴, *nas margens do rio Gilão, próximo de Tavira* não terá sido no Alto de Santa Ana. Face aos actuais conhecimentos, a localização do *ribāt* de *al-Jilla* fundado por Ibn Qasī continua desconhecida. A maior dificuldade da sua localização reside no facto de não se conhecer o verdadeiro topónimo, o qual pode ser “*jalla*”, “*jilla*” ou “*julla*”. Ainda assim, com base nestas três possibilidades, é possível realizar uma pesquisa direccionada para a toponímia e para a micro-toponímia, sendo que esta pesquisa estaria na base das necessárias escavações/sondagens arqueológicas para a confirmação das diversas hipóteses.

⁷⁴ Não deixa de ser curioso que este autor, num artigo dedicado exclusivamente a Tavira publicado posteriormente aos artigos já citados, não mencione uma única vez a possibilidade da *Qarya Jilla* se localizar perto de Tavira, nem mesmo quando se refere a Ibn Qasī (vide Khawli, 2003).

6. Património arqueológico e arquitectónico islâmico de Tavira.

6.1. As muralhas.

As muralhas da cidade de Tavira, classificadas como Monumento Nacional desde 1939, foram alvo de diversas campanhas de obras de conservação e/ou remodelação, tendo sofrido ainda algumas demolições. Apesar de tudo, actualmente ainda é possível observar os vestígios da antiga fortificação que, teimosamente, marca o urbanismo do centro histórico de Tavira.

A principal função da muralha seria, como é óbvio, a de proteger os seus habitantes dos seus inimigos. Por outro lado, para além do seu aspecto defensivo tradicional, o recinto poderia também tentar dissuadir o inimigo de um eventual ataque (Mazzoli-Guintard, 2000: 84), devendo impedir que os inimigos se aproximem da base dos muros (*Ibidem*, 82). Outra das funções associadas às muralhas seria a protecção que estas estruturas oferecem relativamente à subida das águas em caso de cheia (*Ibidem*, 84), o que no caso concreto de Tavira seria bastante importante impedindo danos materiais na cidade.

As plantas de Leonardo Ferrari (1655) (Figura 5) e Sande Vasconcelos (finais do século XVIII) (Figuras 6 e 7) são bastantes úteis para uma melhor compreensão da fortificação tavirense. A análise destas, aliada aos dados arqueológicos actuais e futuros, bem como a realização de intervenções nos troços de muralha ainda existentes poderá auxiliar na percepção da evolução das muralhas de Tavira.

6.1.1. A primeira muralha de Tavira.

A primeira ocupação humana na colina de Santa Maria, local onde se encontra implantado o castelo, situar-se-á *entre o Horizonte Médio e o Horizonte Residual da Idade do Bronze Final*, isto é, entre 1000 e 750 a.n.e. (Maia, 2008: 59).

Mas será apenas durante a Idade do Ferro que a colina é dotada de muralhas, tendo chegado até nós um troço de treze metros de muralha, com uma espessura máxima de 9,5 metros identificado em Netos (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 121) e que parece ter continuidade no Terreiro do Parguinho (Mateus, 2010: 55). Esta imponente estrutura defensiva de filiação fenícia, com casamatas e passadiços (Maia, 2008: 60), apresenta paralelos em La Fonteta e no Castillo de Doña Blanca, tendo-lhe sido atribuída uma cronologia de finais do século VII a.n.e. (Arruda, Covaneiro e

Cavaco, 2008: 121). Aparentemente, em meados do século V a.n.e. a muralha perde a sua função defensiva (Maia, 2008: 60).

Até ao momento não foi possível precisar a data do abandono da colina de Santa Maria, mas este poderá situar-se na transição entre a II Idade do Ferro e os inícios da romanização. A “colina genética” só voltará a ser ocupada durante o período islâmico.

6.1.2. A fortificação nas fontes escritas.

A primeira vez que a fortificação de Tavira é mencionada nas fontes escritas é no século XII, pela mão de Ibn Sāhib as-Salā que refere o *hisn Tabîra* (Domingues, 2003: 343). Por outro lado, sabemos que, no final das Segundas Taifas, o *hisn* Tabîra causou diversos problemas à nova ordem dominante, o “Califado Almóada”, sendo precisos três cercos, um dos quais por terra e por mar para que Tabîra fosse conquistada. Esta dificuldade na conquista do *hisn* de Tabîra é reveladora não apenas dos problemas causados pelos residentes como, também, da eficácia do sistema defensivo existente.

Sob o domínio almóada, o pequeno *hisn* de Tabîra adquire estatuto de cidade, provavelmente devido ao aumento populacional, que se encontra atestado pela construção do arrabalde da Bela Fria e do bairro do Convento da Graça (Cavaco e Covaneiro, 2009: 442).

Com os almóadas, Tabîra vê aumentado e reforçado o seu perímetro amuralhado (Maia, 2003: 160), o que lhe deveria ter conferido um carácter (ainda) mais inexpugnável. Porém, e a acreditarmos nos relatos da *Coroniqua de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos moros*, a queda de Tabîra às mãos dos freires da Ordem de Santiago ocorreu com espantosa facilidade.

Corria, julga-se, o ano de 1238 quando D. Paio Peres Correia partiu de Aljustrel acompanhado dos seus cavaleiros rumo ao Algarve com a intenção de conquistar uma das fortificações em torno de *Xelb* (Silves) e assim desgastar as defesas desta cidade sem grandes riscos para os cristãos (Henriques, 2006: 65).

Com esse intuito, diz a *Crónica*, é tomada a torre de Estombar e o lugar de Alvor (Agostinho, 1792: 85), sendo trocados pela fortaleza de Cacela⁷⁵ (*Ibidem*, 86). Os motivos desta pretensa troca podem apenas supor-se. Da parte dos cristãos, as razões poderiam estar relacionadas com questões estratégicas, nomeadamente a proximidade de Cacela a outros objectivos militares, como Ayamonte (Magalhães, 1987: 127;

⁷⁵ Uma vez mais se alerta que a data da conquista cristã de Estombar e Alvor não é conhecida, facto que não possibilita verificar a veracidade dos factos relatados pela *Crónica*.

Henriques, 2006: 66). Por outro lado, o *hisn* de Cacela era um lugar forte e bom, melhor que o albacar de Estombar (*Ibidem*, 66).

Do lado dos muçulmanos devem ter pesado factores como a menor vulnerabilidade e dependência de Tabîra em relação aos campos, bem como o facto que qualquer tentativa por parte dos cristãos para chegar a Ocidente teria de passar por esta cidade, que sendo um lugar grande e poderoso de gentes, dificultaria a tarefa (*Ibidem*, 66 – 67), destruindo, no mínimo, o “efeito-surpresa” de tais intenções bélicas.

Na sequência de uma caçada com aves no sítio das Antas, durante umas tréguas estabelecidas entre os dois lados da contenda, o Comendador-mor, seis cavaleiros e um mercador que veio em seu auxílio, são assassinados. Avisado, o Mestre D. Paio Peres Correia parte com os seus para as Antas. Ao ver os seus companheiros mortos, o Mestre persegue os culpados pela morte dos cavaleiros, causando grande mortandade dentro e fora dos muros (Agostinho, 1792: 91).

Tabîra é, pois, conquistada (aparentemente) sem oferecer grande resistência, facto no mínimo surpreendente se considerarmos que os almóadas, cerca de 75 anos antes, necessitaram de três cercos para a submeterem ou os reforços efectuados nos sistemas defensivos da cidade realizados sob a sua governação.

A *Crónica* dá-nos, ainda, a informação da existência de uma “porta escusa” (a Porta do Postigo) em frente à Mouraria, por onde o Mestre entrou quando tomou a cidade (*Ibidem*, 91).

Após a conquista, em 1244, D. Sancho II entrega a vila e o termo de Tavira à Ordem de Santiago como prémio pelo apoio na reconquista (Marques, 1987: 103). Porém, é provável *que a milícia não tenha conservado o senhorio de Tavira após o termo da guerra civil que levou Afonso III ao trono, ou na sequência do acordo de 1253 com Castela sobre o domínio do Algarve* (Oliveira, no prelo), passando o castelo e o termo para as mãos da coroa portuguesa. Até porque, como a sede da Ordem de Santiago se localizava em Uclés, no Reino de Castela, Afonso X *continuava a estender a sua jurisdição sobre o Algarve por via eclesiástica* (Marques, 1987: 107), o que certamente não interessava ao monarca português, considerando a disputa existente sobre o Algarve.

Esta contenda teve início com a conquista do Algarve em 1249, fruto da colaboração entre a monarquia e a Ordem de Santiago, tendo Afonso X reclamado direitos sobre o Algarve (Fonseca, 1999: 115) junto da Santa Sé, dando-se origem a alguns conflitos bélicos entre 1250 e 1251 (Picoito, 2001: 136). Portugal defendia a sua legitimidade pela conquista efectiva do território, Castela contrapunha que a conquista

de Sevilha em 1248 lhe *conferia a prioridade na reconquista dos territórios que integravam o Reino de Sevilha* (Barroca, 2003: 315). Em Janeiro de 1253, o papa *exorta os dois reis a procurarem uma solução pacífica para o conflito* (Mattoso, 1993b: 136). Talvez na sequência deste pedido, Afonso III casa-se com D. Beatriz, filha bastarda de Afonso X, e aceita prestar vassalagem ao monarca castelhano (*Ibidem*, 136-137) a quem deve prestar auxílio militar com cinquenta lanças (Marques, 1987: 108).

Em 1267 o castelo de Tavira integra o rol de castelos algarvios que Afonso X de Castela manda entregar a Afonso III (Cfr. *Ibidem*, 120), terminando, com o acordo de Badajoz, a grave crise diplomática entre os dois reinos. Não deixa de ser curioso que Afonso X entregue o castelo de Tavira a Afonso III e não à Ordem de Santiago. Este episódio talvez se deva ao facto de, ainda que não fosse formalmente o Senhor de Tavira, a verdade é que, desde 1264 que o monarca português exercia poderes soberanos no local (Oliveira, no prelo), o que é compreensível, face à dimensão e importância de Tavira, uma das mais populosas do Algarve. Por outro lado, e à *semelhança do que haviam feito os reis castelhanos na Andaluzia, também os monarcas portugueses preferiam manter as grandes vilas e cidades do Alentejo e do Algarve sob o domínio da Coroa* (*Ibidem*).

Em Janeiro de 1272, uma sentença arbitral entrega em definitivo a vila de Tavira à Coroa portuguesa concluindo o processo judicial que contestava as doações e os termos de Tavira e Cacela (*Ibidem*), renunciando a Ordem militar às doações feitas sobre Tavira, Cacela, Castro Marim e os seus termos (Coutinho, 1997: 45).

Em 1273 é aberta uma nova porta nas muralhas, a Porta da Alfeição, *um dos primeiros actos de soberania de D. Afonso III em relação a Tavira, depois desta povoação ter finalmente regressado à posse da coroa portuguesa* (Barroca, 2003: 315).

A 6 de Novembro de 1458 a Torre do Mar é doada vitaliciamente a Vasco Anes Corte Real, Cavaleiro da Casa Real e armador-mor, para que aí poder fazer casas (Caeiro, 2006: 9).

Corria o ano de 1570 quando os frades agostinhos do Convento de Nossa Senhora da Graça tentaram fechar a Porta da Vila-Fria, a qual dava acesso à horta com o mesmo nome, tentativa gorada pela forte oposição dos munícipes (Anica, 1993: 73).

6.1.3. *Génese e evolução do castelo e das muralhas.*

Considerando que foram necessários três cercos para que os almóadas tomassem Tabâra, temos de admitir a existência de uma robusta estrutura defensiva anterior a este

momento (Maia e Maia, 2002: 69). Esta estrutura corresponderia ao *hisn* aludido por Ibn Sāhib as-Salā (Domingues, 2003: 343). Nesta fase, o castelo não estaria dentro do perímetro amuralhado, constituindo antes como que uma ponta, uma zona avançada, que controlava a barra e o curso inferior e o vau do Gilão. (Maia, 2003: p.156). Ainda que muito descaracterizado em relação à planta original (Paulo, 2006: 75), subsistiram até aos nossos dias alguns vestígios deste *hisn* na face oeste do castelo (Maia, 2003: 156). O pequeno *hisn* foi evoluindo, sendo posteriormente dotado de muralhas⁷⁶.

Vários factores condicionam o estudo da evolução do conjunto defensivo, bem como a atribuição de cronologias aos diferentes panos (Cavaco e Covaneiro, 2009: 436). Por um lado, alguns dos panos e torres encontram-se em terrenos privados, muitos dos quais inacessíveis (*Ibidem*, 436). Por outro lado, existem construções adossadas à muralha estando, por este motivo, muitos panos escondidos no interior de casas.

De realçar, ainda, o facto de a muralha ter sido *completamente refeita e ampliada no Período Medieval Cristão, tendo a taipa sido maioritariamente substituída ou envolta por paramentos de silharia e fortes cubelos de pedra* (Magalhães, 2008: 2004; Torres e Macias, 1998: 213). De salientar, também, as campanhas de obras realizadas pela antiga Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) nos séculos XX e XXI⁷⁷.

Estes factores levaram Luís Campos Paulo a afirmar a impossibilidade, no actual estado de conhecimentos, de *proceder à evolução diacrónica deste equipamento* ainda que se possam identificar as alterações introduzidas e as novas soluções adoptadas ao longo dos diversos períodos históricos, numa tentativa de adaptação e resposta a novas realidades e necessidades (2006: 114).

Terá sido em época almóada que se realizou *o último alargamento da cintura defensiva islâmica de Tavira* (Maia, 2003: 160). Para além deste alargamento, foram ainda realizadas *obras de restauro e reforço das muralhas* (*Ibidem*, 160) sendo deste período *a maior parte das torres ainda hoje existentes* (*Ibidem*, 160).

Este reforço das muralhas produzido em época almóada está, certamente, ligado aos avanços da reconquista, os quais se acentuam após 16 de Julho de 1212 (data da Batalha de Navas de Tolosa), sendo que o poder almóada não consegue retomar a ofensiva (Mazzoli-Guintard, 2000: 287). Para reforçar os panos de muralha e para

⁷⁶ A muralha primitiva, almorávida, terá sido edificada nos finais do século XI/inícios do século XII, tendo sido reestruturada pelos almóadas, que introduziram os principais elementos na transição para o século XIII (Magalhães, 2008: 220).

⁷⁷ Para informação detalhada sobre as campanhas da DGEMN consulte o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2833

compensar os pontos fracos da muralha, como por exemplo as portas, são construídas torres, barbacãs e fossos (*Ibidem*, 82), estando as duas primeiras atestadas em Tavira.

No que concerne as torres sabemos, através de uma planta de Leonardo Ferrari do século XVI incluída no *Atlas del Marqués de Heliche* (Sánchez Rúbio; Testón Núñez e Sánchez Rúbio, 2004: 23), que as muralhas de Tavira estariam dotadas de 22 torres, a que se somam as sete torres do Castelo. Destas destacamos a torre albarrã⁷⁸ octogonal, várias vezes refeita, e que terá, hipoteticamente, utilizado o embasamento de uma construção de época almóada (Macias, 1999b: 131). Esta torre faria parte de um conjunto de quatro torres albarrãs, nomeadamente duas na Bela Fria e uma junto à ponte (a Torre do Mar), hoje desaparecidas, mas que deveriam ser em taipa militar e forradas a pedra (Maia, 2005: 16).

Um novo troço da barbacã de Tavira foi identificado em 2005. Este localiza-se na Rua de Trás dos Muros e foi construído em taipa militar, muito possivelmente em época almóada (Maia, 2006b: 48), tendo sido revestida por alvenaria no século XVI (*Ibidem*, 47). Os taipais foram colocados transversalmente, produzindo 1,8m de espessura por apenas 70cm de comprimento (Figura 8), método que segundo Maia, apresenta paralelos no Castelo de Paderne (*Ibidem*, 48).

Se observarmos atentamente a planta de Tavira de Leonardo Ferrari (Figura 5) podemos verificar que, com excepção da desaparecida *Torre do Mar*, as torres das muralhas de Tavira localizam-se nos panos mais afastados do rio, sendo que o troço de muralha junto ao rio estaria reforçado por uma barbacã (Figura 9).

6.1.4. *As campanhas medievais cristãs e modernas.*

Segundo Natércia Magalhães, o perímetro amuralhado de Tavira rondava os cinco hectares na transição para a Idade Moderna (2008: 220). A mesma investigadora afirma que a muralha terá sido *ampliada no Período Medieval Cristão* durante o qual a taipa foi substituída ou coberta por *paramentos de silharia e fortes cubelos de pedra* (*Ibidem*, 224). Porém, o relato feito por Alexandre Massai em 1621 sobre o estado das muralhas de Tavira contradiz esta posição da autora, o que pode significar que as alterações introduzidas às muralhas serão posteriores ao seu relato:

⁷⁸ As torres albarrãs (do árabe *barrānī* – exterior) são torres desligadas, salientes da muralha e unidas a esta por um passadiço superior em arco de volta perfeita ou através de um pano de muro mais ou menos extenso (Correia, 1998: 199).

(...) *os muros da sobredita cidade a maior parte deles são de taipa de terra e são fabricados ao antigo (Ibidem, 226).*

As principais alterações introduzidas no período medieval/moderno foram a adaptação da alcáçova a castelo e a construção de uma Torre de Menagem em 1292, bem como a abertura de sete novas portas, reestruturando a cerca urbana (*Ibidem, 224*).

Também desta época data a porta da alcáçova, hoje desaparecida, mandada edificar por D. Dinis como atesta a lápide que se encontra no Museu de Faro (Figura 10), cujo teor reproduzimos:

DON DENNIS | PELA GRACIA | DE | DEUS | REY | DE PORTUG | AL | ET DO
ALGARVE | EN ER / A | DE | MIL | E CCC | E XXXI | A / N(n)O(s) | MANDO(u) |
F(a)ZER | O PORTA / L | DA ALCACEVA | DO CASTE / LO | DE TAVIRA | A
PERO | PERIZ | DE / [vora] MOnTE | SEU | ALMUXERII [Sic] | E NOBRE
(Barroca, 2000, 1094) .

A evolução da cidade foi “engolindo” as muralhas, escondendo-as atrás de casas adossadas à construção defensiva, pondo assim em perigo a protecção das gentes (Costa, 2003: 186). Por este motivo, D. Fernando terá mandado demolir as casas que se encostavam à muralha na Rua Nova Grande (Magalhães, 2008: 224), *para o Castelo ficar mais “desabafado”* (Costa, 2003: 187), tendo D. Manuel nobilitado a porta com o seu nome com os símbolos reais e proibido a construção ao longo da Ribeira (Magalhães, 2008: 225).

6.1.5. *O declínio da estrutura defensiva.*

Em meados do século XVI, com a redução do tráfico comercial com o Magrebe, e muito possivelmente devido aos efeitos do sismo de 1531, Tavira viu diminuir os seus rendimentos entrando em acentuado declínio: *um terço da cidade ficou em ruínas, colapso inerente à perda de moradores. O caos urbanístico tornou-se visível no próprio descalabro da conservação da cerca. Contra todas as regras de segurança, construções novas eram-lhe adossadas e outras edificadas pelo exterior, aguçando o apetite predatório do inimigo* (Guerreiro, 2001: 45). De facto, o poder central não dava a atenção necessária às infra-estruturas de defesa algarvias, deixando-as degradadas e mal dotadas de armas e munições, tornando-as inadequadas para responder aos ataques da artilharia, como se pode depreender do relatório de Alexandre Massaii de 1621 (*Ibidem, 51*).

Nesse relatório o arquitecto descreve o estado do castelo e muralhas de Tavira à época:

(...) os muros da sobredita cidade a maior parte deles são de taipa de terra e são fabricados ao antigo e muito danificados e caídos e o castelo que está nos ditos muros a dentro é fabricado de alvenaria e pedra ao mesmo uso dos muros dentro da cidade (...) Querendo-se reconsertar os sobreditos muros (...) nem por isso a cidade ficará em defesa e querendo-se fazer novo cerco e muros e meter dentro deles os arrabaldes e conventos seria necessário cercar grandissimo sitio (...) (Magalhães, 2008: 226).

Daqui se depreende que, na opinião de Massaii, o castelo e a muralha já não seriam de muita valia na protecção da população, já que os *perigos vinham, essencialmente, do mar* e a população residente intra-muros era cerca de um décimo da que vivia no exterior (Coutinho, 2006: 51). A solução seria, pois, mais do que criar refúgio para as populações em caso de perigo, evitar os ataques, detectando-os atempadamente (*Ibidem*, 51). Para o efeito o *Torrão do Lastro*⁷⁹ foi dotado de baterias, dificultando a entrada na barra (*Idem*, 2001: 69) e assim protegendo o porto, a cidade e os seus habitantes.

Após a Restauração, em 1640, foi necessário reforçar as estruturas defensivas algarvias, já que se receava uma *invasão espanhola a cidades e vilas próximas da fronteira (Ibidem, 70)*. Talvez por este motivo, no reinado de D. João IV as muralhas são reforçadas e adaptadas à artilharia sendo, para o efeito, derrubadas as torres ameaçadas, igualando-as com as cortinas e os parapeitos (Magalhães, 2008: 226). Com o fim do conflito com o reino vizinho, o castelo é *definitivamente abandonado e secundarizado, bem como o conjunto de fortalezas e baterias dependentes de Tavira (Ibidem, 226)*.

No “Borrão do Alçado de Tavira” realizado pelo Eng. Sande Vasconcelos em finais do século XVIII (Figura 6), é possível verificar que o castelo, na área da Praça Velha, apresentava derrubes vários e acentuados. O sismo de 1 de Novembro 1755 *agravou o estado das coisas* (Coutinho, 1997: 48) podendo estar na origem dos derrubes registados por Sande Vasconcelos.

O século XIX é marcante para o castelo: *perdida a utilidade defensiva, o espaço serve de cemitério durante praticamente a primeira metade do século*, sobretudo

⁷⁹ O reforço do *Torrão do Lastro*, que nada mais era que uma *plataforma em adobe com peças de artilharia* (Cavaco, 2005: 28), ao invés do Forte do Rato (também conhecido por Forte de Santo António ou Forte da Ilha das Lebres), deve-se à alteração da barra, *devido à natureza do terreno na Ria Formosa, à acção das marés vivas e de terramotos*, tornando a artilharia do forte inoperante (Coutinho, 2001: 69).

aquando da grave epidemia de cólera que se abateu sobre a cidade em 1832, sendo aforado a um particular treze anos depois (Santana, 2008: 25, 26). Em 1834 António Bernardo Pereira do Lago é incumbido por Sá da Bandeira de eleger um novo local para um reduto aquartelado, tendo a escolha recaído sobre a Igreja e Convento do Carmo (Silva, 1997: 201-202). Este facto é ilustrativo do estado de decadência que o castelo tinha chegado.

Em 1854 foi demolida a Porta da Alfeição (Figura 11), bem como a torre que a protegia (Magalhães, 2008: 21). Esta porta tinha uma inscrição comemorativa da sua construção (Figura 12) por ordem de D. Afonso III:

M M^a M CCC M XI M DOMINVS M REX M ALFOⁿsus | PORTugaliae M et M
ALGarBII M V' [quintus] M REX M BONVS M | ET M FORTIS M TAm M In
ARMIS M QuaM M In IVS | TICIA M MANDAVIT M FACERE M ISTAm M |
PORTAM M PETRO M MaRtiNI M SVO M CAS / TELLARIO M M(agister) M
MaRtiNI M NOTAVIT (Barroca, 2003, 314).

Nos finais do século XIX, em 1886, foi demolida a Torre do Mar (Vasconcelos, 1989: 314) que, segundo Luís Campos Paulo, poderá corresponder à couraça⁸⁰ mencionada na Crónica de D. Manuel (2006: 117). A análise do “Borrão do Alçado de Tavira” de Sande de Vasconcelos (Figuras 6 e 13) confirma a hipótese avançada por este investigador.

Em 1938 a autarquia adquire o castelo, onde projecta um miradouro, requalificando o interior da fortaleza, ajardinando o espaço (Santana, 2008: 26). O estado degradado do recinto do Castelo nessa época foi registado por Selésio Padinha (Figura 14). Em 1939, o Castelo e as Muralhas de Tavira foram classificadas como Monumento Nacional e, em 1940, ocorre a primeira intervenção da DGEMN a qual conferiu ao castelo o aspecto actual.

6.1.6. O castelo e as muralhas de Tavira – o estado actual.

Num simples passeio pelas muralhas de Tavira podemos verificar que apenas resta um pano de muralha em taipa, localizado na Rua da Porta do Postigo/Largo da Porta do Postigo e duas torres em taipa na Rua de Trás dos Muros (Maia, 2005: 22-23).

A aparente ausência de mais panos de muralha em taipa pode encontrar justificação nas palavras de Fernando Branco Correia: *apesar de a cerca amuralhada de*

⁸⁰ As “couraças” (do árabe andalusi *qawraja*) corresponderiam a torres ou sistemas defensivos que visam assegurar o aprovisionamento de água, de forma a manter os sitiados sem falta desse precioso líquido (Correia, 1998: 201).

Tavira exhibir ao viajante mais distraído muralhas em alvenaria, é possível verificar que em alguns pontos esses muros escondem, no seu interior, vestígios de uma muralha mais antiga em “taipa militar” (2002: 87).

Devido aos condicionalismos já descritos, os vestígios das muralhas encontram-se reduzidos a alguns cubelos e a um ou outro fragmento de cortina (Macias, 1999b: 129). Da planta original da primeira fortificação, o *hisn*, restam apenas alguns vestígios. De facto, a planta que o castelo apresenta actualmente alterou de forma significativa a planta original, como se pode ver pelo levantamento feito por Sande Vasconcelos (Figura 15) (Paulo, 2006: 75).

Com base nessa planta, sabemos que alcáçova estaria protegida por sete torres, três das quais desaparecidas. Alguns dos panos que ligavam as torres entre si também não chegaram até nós, sendo ainda observáveis vestígios do adarve, agora dotado de escadaria para o piso térreo (*Ibidem*, 76, 78-79).

As torres, com excepção da maior de todas que é oca a partir dos 12.9 metros, são maciças e apresentam forma rectangular, sub-quadrangular e quadrangular, sendo que apenas a torre albarrã apresenta planta poligonal (*Ibidem*, 76-79). Exceptuando esta última que se encontra afastada 6,7 metros, todas elas se encontram, ou encontravam, adossadas à muralha (*Ibidem*, 78). A torre de menores dimensões e planta rectangular serviria para proteger a entrada para o castelo, a qual seria realizada através da medina (Figura 16) (*Ibidem*, 79).

As diversas campanhas de obras efectuadas pela DGEMN no castelo determinaram o aspecto actual da fortificação. Desses trabalhos, destaque para a reconstrução completa do arco de entrada no castelo e a reconstrução completa de muralhas em alvenaria em argamassa hidráulica efectuada em 1940; a demolição de blocos de muralha que se desagregaram, com a derrocada de 1960, junto ao jardim do castelo em 1961; o assentamento de silhares de cantaria em cunhais da torre do castelo efectuado em 1981 (SIPA – Muralhas do Castelo de Tavira).

A muralha que protegia a medina era reforçada por diversas torres, muitas das quais construídas em época almóada (Maia, 2003: 160). Contudo, tal como acontece com o castelo, nem todas chegaram até aos nossos dias.

Na planta do Campo Arqueológico de Tavira (CAT) (Figura 17) encontram-se sinalizadas dezanove torres de construção almóada, exceptuando a torre albarrã do castelo. Luís Campos Paulo, na sua tese de mestrado apenas arrola catorze (2006: 83-89), mencionando o mesmo autor que a distância entre as diferentes torres é, sensivelmente, regular (*Ibidem*, 113). Porém, na Planta de Leonardo Ferrari, datada do

século XVI (Figura 5), é possível contabilizar 24 torres, excluindo (uma vez mais) a torre octogonal do castelo.

Com exceção das cinco torres albarrãs [a torre octogonal do castelo; a já desaparecida Torre do Mar (Figura 18), de planta poligonal ligada ao pano de muralha por arcos de volta perfeita (Paulo, 2006: 88); a torre do Convento da Graça (de que só resta o passadiço) e das torres da Bela Fria (Maia, 2005: 16)], todas as torres eram adossadas à muralha. As torres são maioritariamente de planta quadrangular ou rectangular, sendo que a duas delas conservam vestígios do adarve e uma terceira, junto ao Convento da Graça (Figura 19) apresenta um arco de volta perfeita (Paulo, 2006: 86).

Para além destas torres, subsistem ainda vestígios de outras, em taipa militar e de planta quadrangular: duas ladeando a porta dos Pelames e outra no edifício da antiga agência do BNU (Maia, 2005: 16). A taipa militar também foi utilizada em panos de muralha, nomeadamente no troço localizado na Rua da Porta do Postigo (*Ibidem*, 16).

Para além das torres, chegaram aos nossos dias alguns panos de muralha, nomeadamente, na Rua dos Mouros e junto à Porta do Postigo, na Cerca do Convento da Graça e um pano na Rua Detrás dos Muros, alvo de conservação em 2000.

A muralha perde-se, em seguida, escondida no interior do casario, reaparecendo no interior do antigo BNU (Maia, 2003: 159) e nos terrenos da Pensão Castelo, no lado oposto da Porta de D. Manuel (Almeida e Neves, 2004: 13). Um dos troços encontra-se relativamente bem conservado apesar dos cortes realizados para o alargamento das divisões do edifício da Pensão Castelo (*Ibidem*, 13). Na mesma área, um segundo pano de muralha não teve tanta sorte: a face interna, feita em taipa, já se encontra parcialmente destruída, tendo o aparelho exterior sido inteiramente desmantelado (*Ibidem*, 13). Depois destes troços, a muralha volta a desaparecer para surgir, novamente, em frente ao castelo.

O acesso ao interior da medina era feito pelas quatro portas da muralha (Maia, 2003: 159): a porta de D. Manuel e a do Terreiro da Vila, e outras duas que lhe ficavam opostas, a dos Pelames e a Postigo [por onde D. Paio Peres Correia entrou em Tavira (*Crónica de Cinco Reis de Portugal*, 1945: 210)], definindo assim dois eixos que conferiam à cidade um traçado hipodâmico (Maia, 2003: 159).

Para Luís Campos Paulo, seriam três as portas da muralha em época islâmica: a Porta da Vila, a Porta do Postigo e a Porta da Alfeição (Paulo, 2006: 107), tendo as restantes portas sido abertas durante os séculos XV e XVI (*Ibidem*, 110). Esta proposta não é isenta de controvérsia, a qual tem por base a datação da Porta da Alfeição. Como já foi mencionado, Barroca defende que esta porta foi aberta em 1273 (2003, 314). Para

Paulo, *as obras cristãs efectuadas na Porta do Alfeição, às quais a lápide se refere, terão sido antes de reconstrução de uma preexistente, do que a abertura de uma entrada nova para a cidade* (2006: 110). A análise do topónimo Alfeição poderá ser de alguma valia nesta questão. Alfeição vem do árabe *al-Hasain*, estando ligado aos antropónimos *Hasan* e *Husain*, sendo que *a evolução h > f é regular na passagem do árabe para o romance* (Fernandes, 2001:30). Poderíamos, com base neste dado, afirmar que a porta seria, então, de fundação islâmica e não cristã. Acontece, porém, que o foral de Tavira de 1266 menciona o *celeiro da Alfeçam* (Ventura e Oliveira, 2006: doc. 362), o qual certamente situado intra-muros, seria localizado nesta área, conferindo o nome à porta aberta em época cristã.

Finalmente, e no que concerne o aparelho construtivo, Luís Campos Paulo afirma que este, globalmente, é de taipa⁸¹ constituída por argamassa de cal e terra (*Ibidem*, 92), tendo sido identificados dois tipos: taipa de terra (terra, argila, areia e gravilha) e taipa ou alvenaria de cal (cal, areia, cerâmica, carvão e blocos de pedra), mais robusta e durável (*Ibidem*, 96-97).

Este aparelho construtivo era edificado com recurso a cofragens de duplo côvado (c. 0,72 e 0,85m) similares aos presentes em Cacela, Loulé, Paderne ou Salir (*Ibidem*, 97). Retiradas as cofragens, a taipa era posteriormente revestida por alvenaria coberta de argamassa de cal, a qual consolidava a estrutura (*Ibidem*, 92).

Para os cantos, ou cunhais, bem como para as portas era utilizado outro tipo de solução construtiva, constituída por silhares de pedra unidos por argamassa de cal, como se pode observar no que resta da Porta da Alfeição (*Ibidem*, 96).

6.1.7. O problema das classificações tipológicas.

Manuel Maia classifica alguns troços da muralha como sendo em taipa militar, nomeadamente as torres da Rua de Trás dos Muros (2005: 22-23). Porém, a dimensão das pedras que constituem o aparelho das torres, verdadeiros “pedregulhos”, levam-nos a questionar que os ditos panos e torres se enquadrem nesta tipologia, uma vez que a taipa militar se caracteriza pela riqueza de cal (Correia, 1998: 199) que aglutina elementos pétreos de média dimensão e não os grandes blocos presentes nestas torres.

A impossibilidade de aceder a um número considerável de torres e de panos de muralha, por se encontrarem em terrenos privados e muitas vezes inacessíveis, dificulta

⁸¹ O uso da taipa militar (muito rica em cal) generaliza-se no período almóada (*Ibidem*, 199), época em que as muralhas de Tabîra são ampliadas e reforçadas pela construção de torres (Maia, 2003: 160).

a realização de estudos mais aprofundados sobre os aparelhos construtivos, e a sua consequente atribuição cronológica e tipológica, fundamentais para uma melhor compreensão da evolução do sistema defensivo. Seria ideal a realização de estudos fotogramétricos, de levantamentos de plantas, alçados e cortes, como também a realização de estudos de avaliação de patologias com vista à preservação deste Monumento Nacional.

6.1.8. *Em torno das propostas de evolução do recinto amuralhado.*

As limitações no acesso aos vários panos de muralha e o estado de preservação das muralhas, não impediram que os investigadores da Associação Campo Arqueológico de Tavira (CAT) avançassem com uma proposta de evolução do traçado das muralhas islâmicas desde a génese até à conquista cristã (Figura 17) (Maia, 2003: 157; Silva, sd: 2). Porém, não podemos concordar com algumas das propostas, em especial, a proposta dos traçados almorávida e almóada da muralha.

Na parte mais a norte da hipotética área ocupada em época almorávida, foi escavado no Convento da Graça um bairro almóada, construído *ex-novo* no local: as estruturas assentavam directamente sobre a rocha e o urbanismo foi cuidadosamente planeado, deixando antever a hipótese de o bairro ter sido construído quase em simultâneo (Covaneiro; Cavaco e Lopes, 2008: 57). O urbanismo apresenta paralelos com o bairro da alcáçova de Mértola e com o bairro identificado em Cacula Velha (*Ibidem*, 52). A cultura material, ainda em estudo, também parece apontar para uma ocupação almóada, e não almorávida, do espaço em apreço (*Ibidem*, 56).

Se considerarmos estes dados, dificilmente poderemos aceitar o traçado proposto pelo CAT, uma vez que, face às dimensões e importância de Tavira à época, a presença de um *albacar*⁸² não parece fazer sentido. No entanto, julgamos entender a proposta de trabalho deste grupo de investigadores.

Ao observarmos qualquer planta das muralhas de Tavira (Figura 4), podemos reparar que o traçado é interrompido junto ao Convento da Graça, surgindo nesse local uma espécie de “barriga”. Calculamos que a proposta de traçado para a muralha almorávida se deva a uma tentativa justificar esta “anomalia” no traçado das muralhas tavienses.

⁸² O *albacar* consiste num espaço não construído e rodeado de muralha, tratando-se mais de um recinto complementar e não de uma muralha urbana em parte vazia de construções (Mazzoli-Guintard, 2000: 149 – 150).

Porém, e face aos resultados das diversas escavações arqueológicas realizadas na área intra-muros e, sobretudo, os provenientes da escavação do Convento da Graça, apresentamos uma contra-proposta de interpretação: esta anomalia resulta de um acrescento realizado na muralha, realizado em época almóada, de forma a colocar intra-muros o bairro do Convento da Graça.

A demolição de troços de muralhas e de estruturas urbanas para o alargamento da cintura defensiva encontra-se documentado em Tavira, se considerarmos o bairro do século XII, localizado sob a antiga Agência do Banco Nacional Ultramarino de Tavira (BNU) que *foi destruído para permitir a construção da muralha* que terá servido de *defesa durante os três cercos a que [os almóadas] sujeitaram a cidade de Tavira* (Maia, 2003: 159). Ora se este processo aconteceu em período almorávida/segundas taifas na zona do BNU, porque razão não poderá ter acontecido um processo semelhante, em época almóada, na área do antigo Convento da Graça?

Infelizmente, os trabalhos arqueológicos realizados no Convento da Graça limitaram-se às áreas que seriam afectadas pelas obras de adaptação do mesmo a Pousada da Enatur, pelo que não foi possível verificar a relação das estruturas habitacionais com as estruturas defensivas (muralha), impedindo desta forma a confirmação desta proposta de interpretação da evolução da fortificação.

Por outro lado, para os investigadores do CAT, o perímetro amuralhado que terá oferecido resistência aos almóadas abarcaria toda a vertente da “colina genética” virada ao Gilão, bem como a área do Convento da Graça (Figura 20). Do ponto de vista arqueológico⁸³, as ocupações mais antigas da cidade encontram-se no BNU e zonas limítrofes, bem como no Palácio da Galeria, pelo que o traçado a cinzento (Figura 20) nos parece coerente para essa época, fechando, talvez, em frente à igreja de Santa Maria ou um pouco mais abaixo (pontilhado a vermelho). A existência de um pano de muralha em taipa militar, datado por Manuel Maia como almóada, no Largo das Portas do Postigo, próximo do Convento da Graça, na recta final do acrescento (2005: 23), também reforça a hipótese por nós avançada.

6.1.9. Conclusões.

Face aos actuais conhecimentos, a ocupação islâmica de Tavira, parece ter-se iniciado por volta do século XI, na face virada a Su-sudeste da colina genética. Esta hipótese é também defendida por Tahiri, que afirma que Tabîra pode ter florescido

⁸³ Vide, entre outros, Basílio; Neves e Almeida, 2006; Covaneiro e Cavaco, 2009; Maia, 1999b.

como assentamento urbano, artesanal e comercial durante a época califal e das taifas (2003: 150).

No século XII, o aumento populacional e o crescimento económico, levaram a que a *qaryat Tabîra* mencionada por al-Idrîsî se estendesse para outras áreas da colina e fosse dotada de muralhas, o *hisn* de Ibn Sâhib as-Salâ.

No espaço de três décadas, já no período almóada, *madînat Tabîra* afirma-se como capital de um distrito, superando a antiga capital, Faro (Khawli, 2003: 131; Tahiri, 2003: 151). É nesta época que o perímetro amuralhado é aumentado e reforçado por diversas torres (Maia, 2003: 160), sendo o arrabalde do Convento da Graça abraçado pelas muralhas também nesta época.

O estudo do sistema defensivo tavirense é quase incipiente, muito devido ao facto de grande parte do traçado das muralhas se encontrar em terrenos privados, por vezes com casas adossadas nas duas faces ou, até mesmo, no interior de habitações.

Um levantamento completo dos diversos panos e torres, incluindo a estratigrafia das paredes, permitirá, não apenas o aprofundamento do estudo da muralha e da sua evolução (quer através da análise dos diversos aparelhos, quer através da atribuição de cronologias e tipologias) como também a identificação de patologias e a definição de estratégias para a conservação e valorização do monumento.

6.2. Os dados arqueológicos.

Corria o ano de 1996 quando, na antiga agência do Banco Nacional Ultramarino (BNU), trabalhos arqueológicos dirigidos por Manuel Maia revelaram vestígios de época islâmica em Tavira. Destaque para um bairro suburbano do século XII, que terá sido demolido para a construção de uma muralha interpretada como de época almóada (Maia e Maia, 2002: 69; Maia, 2004: 143), tendo sido posteriormente classificada como almorávida/segundas taifas (Maia, 2003: 159).

Mas a totalidade do bairro não foi destruída, tendo a parte posterior das casas e a zona das latrinas preservada e, voluntariamente, entulhada (Maia, 2004: 143). Estas latrinas integrariam um complexo de canalizações/esgotos que escoariam sob uma rua secundária (Endovélico: Tavira – BNU).

Para além destas estruturas foi identificado um nível de aterro, com inúmero espólio associado, desconhecendo-se se este material seria proveniente de outra área ou se seria procedente *do recheio da parte sacrificada das casas* (Maia, 2004: 143). O espólio arqueológico, datado do século XII, apresenta uma grande variedade formal e

morfológica, sendo constituído por cerâmicas (talhas estampilhadas e vidradas a verde, cântaros pintados a castanho avermelhado, painéis de duas asas vidradas no interior, uma floreira de suspender com decoração fina pintada, um prato decorativo de suspender na parede, candeias entre outras), objectos em osso trabalhado (torres de roca, cossoiros e placas de arqueta) (*Ibidem*, 143; *Idem*, 1999a) e objectos metálicos, dos quais se destaca a presença de pregos com a *cabeça muito larga, absolutamente característicos do século XII* (Maia e Maia, 2003: 222).

Ainda deste contexto foi exumado aquele que é, sem dúvida, o objecto mais relevante, do período islâmico, descoberto até ao momento. Trata-se do denominado Vaso de Tavira, que Cláudio Torres atribuiu uma cronologia de finais do século XI/inícios do século XII (Torres, 2004: 4). A singularidade deste objecto reside na sua decoração plástica aplicada sobre o bordo: 14 figuras, orientadas para o centro da peça, representando animais (um ovídeo, um camelo, um caprídeo, uma tartaruga e um bóvdeo), músicos (tocador de adufe e um tocador de *tam-tam*), um casal e guerreiros (Maia, 2004: 144-145).

Após a conclusão da primeira fase de escavações no BNU, seguiram-se trabalhos na Pensão Castelo, onde foi identificada uma fossa séptica, com materiais arqueológicos datados do século XI (Endovélico: Tavira - Pensão Castelo). Infelizmente, os resultados dos níveis islâmicos desta intervenção ainda não foram publicados, não sendo por este motivo possível avançar com mais dados.

Em 2003, a Pensão Castelo foi, novamente intervencionada, desta vez numa nova área de intervenção e adjacente à intervencionada por Maria Maia. Nesta campanha de escavação foram identificadas estruturas islâmicas, das quais se destacam três muros em alvenaria, argamassados com terra e paralelos entre si, um pavimento em pedra associado a um dos muros e uma estrutura em taipa e duas lixeiras de época almóada (Almeida e Neves, 2004: 27).

Especial destaque para a denominada “Lixeira 2”, datada do século XIII (Basílio, Neves e Almeida, 2006: 113), que *produziu uma alteração profunda na organização urbana daquele sector da cidade islâmica, motivando a destruição de vários muros adossados à muralha que parecem desenhar uma estrutura de carácter habitacional* (*Ibidem*, 107). Esta lixeira continha materiais arqueológicos de natureza diversa, sobretudo cerâmicas, com cronologias atribuíveis aos séculos XII/XIII, estando ainda presentes algumas formas dos séculos IX/X (*Ibidem*, 107-108). No que concerne os usos, estão presentes formas associadas à confecção (painéis, fogareiros, caçoilas com cordões verticais e tampas) e consumo (taças e tigelas com traços a manganês sobre

vidrado melado, jarrinhas com ou sem pintura a branco, garrafas) de alimentos, mas também fragmentos de objectos ligados ao armazenamento e transporte (talhas, cântaros e um cantil com pintura a negro) e contentores de fogo (candeias de câmara aberta) (*Ibidem*, 109-110). Destaque, ainda, para dois fragmentos de poço com decoração em corda seca total, representando motivos epigráficos e vegetalistas (*Ibidem*, 110).

Após os achados de época fenícia identificados na Pensão Castelo (fase 1), a autarquia decidiu instalar o Núcleo Museológico Fenício nos terrenos do antigo Solar dos Côrte-real. Para o efeito foram realizadas escavações arqueológicas no local, dirigidas por Maria Maia, em duas fases distintas. Na primeira, desenvolvida em 1998, foram identificadas diversas paredes islâmicas e um esgoto coberto por grandes lajes, o qual estaria, possivelmente, ligado a uma fossa séptica (1999a: 6,7). Para além das estruturas, foram exumadas inúmeras cerâmicas (cântaros, panelas, um cantil, um pequeno vaso de uma asa e boca trilobada e um fragmento de talha decorada em relevo) (*Ibidem*, 10).

A segunda fase decorreu em 2004, tendo posto a descoberto estruturas habitacionais, as quais integrariam um bairro que, quer pelas características do aparelho construtivo, quer pelo espólio associado, será atribuível ao século XII-XIII (Maia, 2005a: 9). Destaque para paredes, algumas em espinhado (*Ibidem*, 4), uma rua, sob a qual foi construído um esgoto, e dois poços de decantação associados a esta última estrutura.

No Solar dos Côrte-real foi, ainda, identificada uma lixeira, contendo no seu interior muitas conchas de bivalves e ossos. Para além do material faunístico, foi ainda recolhido um fragmento de fogareiro, um gargalo vidrado, uma boca de cântaro com pintura a branco, uma “fusaiola” bitroncocónica (*Ibidem*, 11).

No que ao material arqueológico diz respeito, foi recolhido material enquadrável nas produções cerâmicas do século XII/XIII (fragmentos cerâmicos vidrados a mel, sendo que um deles apresenta desenhos a manganês, tendo sido interpretados pela autora como possível escrita cúfica) (*Ibidem*, 4) e ainda uma faca de ferro e cabo de osso decorado e uma cabeça de roca de osso (*Ibidem*, 9).

Durante as obras de reabilitação do Palácio da Galeria foram realizados trabalhos arqueológicos onde foram recolhidos materiais datados do século XII (Endovélico: Tavira – Palácio da Galeria). Na primeira fase da intervenção realizada no Parque de Festas (logradouro do Palácio da Galeria) foi recolhido espólio revolvido, que se pode datar desde período fenício até à actualidade (Endovélico: Tavira - Parque de Festas). Destaque para materiais islâmicos de finais do século XII ou inícios do século XIII que

colmatavam uma estrutura circular (Maia, 2005b: 4) e para um conjunto de paredes atribuído à última fase da ocupação islâmica de Tavira (*Ibidem*, 6) e que foi interpretado como um edifício de natureza palatina ou pública (*Ibidem*, 7) hipótese que não foi confirmada na segunda fase dos trabalhos realizados no antigo logradouro.

De facto, a segunda fase dos trabalhos no Parque de Festas, apenas revelou a existência de silos com materiais almóadas, bem como uma lixeira, muros e uma possível canalização (Simão e Pinto, 2010: 21, 34, 39, 47, 50).

Entre 2006 e 2008 o Serviço de Arqueologia da autarquia realizou trabalhos arqueológicos na Cerca Conventual do Convento da Graça e numa área limítrofe mas extramuros, a Bela Fria. Os trabalhos realizados no Convento da Graça revelaram a existência de um bairro almóada, tendo sido identificadas treze casas (Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2008: 52-55). O bairro organizava-se em torno de três áreas de circulação pública, cuja largura média ronda o 1,60m e que continham três canalizações públicas, alvo de diversas obras de reparação (*Ibidem*, 55-56). A análise das estruturas e da sua disposição no espaço do bairro permite encontrar paralelos em Cacela Velha ou Mértola (*Ibidem*, 52).

Os materiais arqueológicos exumados não foram alvo de estudo sistemático, estando apenas publicados alguns lotes de cerâmicas provenientes de contextos selados (Cavaco e Covaneiro, 2010). Ainda assim, é possível afirmar que as cerâmicas são enquadráveis nas produções da primeira metade do século XIII, estando presentes as louças de cozinhas (panelas, caçoilas, alguidares, tampas) e de mesa (tigelas, jarrinhas), mas também objectos ligados à iluminação das habitações (candeias de câmara aberta com ou sem pé alto), objectos lúdicos (peças de jogo) e as indispensáveis talhas (Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2008: 56).

Do ponto de vista decorativo, estão presentes diversas técnicas, nomeadamente, a corda seca (total e parcial), a estampilha (talhas), a pintura e a incisão, mas também a digitação (telhas) estando ainda presentes os vidrados (*Ibidem*, 56).

Destaque para dois elementos com uma clara conotação mágica/simbólica: um fragmento de telha com o al-basmaLlah, rodeado de estrelas de seis pontas, lendo-se, apenas, bismi-Llahi Rahmani Ra[him]⁸⁴ e um fragmento de uma possível pia de

⁸⁴ Em nome de Deus o Clemente, o Misericordioso, desconhecendo-se o resto e, por conseguinte o seu sentido propiciatório. Guillermo Rosselló Bordoy, a quem agradecemos esta nova interpretação, numa análise ao fragmento faz uma leitura diferente da que se encontra publicada: afirma que a ordem do al-basmaLlah se encontra trocada, ie, que a inscrição não apresenta bismi-Llahi Rahmani Ra[him], mas sim, bismi-Llahi Rahim Ra[hmani] (Em nome de Deus, o Misericordioso, o Clemente).

abluções⁸⁵ em corda-seca total com a representação da *khamisa*, vulgarmente conhecida por “mão de Fátima”, sendo representada, para além da palma da mão, parte do braço.

Mas não só de cerâmica se constitui o espólio exumado no Convento da Graça. Foram também exumados objectos em osso trabalhado, nomeadamente, contas, cossoiros, placas de arqueta e torres de roca. Destaque para um fragmento de torre de roca com uma evidente representação antropomórfica: através de incisão, posteriormente preenchida com pigmento negro (carvão?) foi realizada uma face humana com sobrancelhas, dois olhos amendoados, nariz e boca. Para este magnífico objecto existem paralelos conhecidos nos Museus de Arqueologia de Silves e de Tetuan (Marrocos), bem como em Córdoba (Ruíz, 2001).

À semelhança do que acontece na Cerca Conventual do Convento da Graça, também na Bela Fria foi identificado um bairro. Este arrabalde de cronologia tardo-almóada, foi construído de raiz no local, em muitos locais directamente sobre a rocha. No que às estruturas diz respeito, foram identificadas casas, ruas, canalizações e um (eventual) tanque, o qual poderá estar relacionado com tarefas não domésticas (Covaneiro e Cavaco, 2009a: 46 – 51). Este arrabalde estender-se-ia até à Ermida de S. Roque, nas imediações da Bela Fria, onde recentes trabalhos arqueológicos puseram a descoberto estruturas arqueológicas, datadas do período almóada através das cerâmicas exumadas, nomeadamente, fragmentos de cântaro com pintura a vermelho (*Idem*, 2010).

Tal como aconteceu com os demais sítios intervencionados em Tavira, no arrabalde da Bela Fria foram exumados objectos relacionados com as tarefas do quotidiano das populações que aí residiram, nomeadamente, objectos em osso (agulhas, cossoiros, torres de roca) ou metal, mas também cerâmicas (*Idem*, 2009a: 51). No que concerne as cerâmicas, as suas características *apontam para produções do século XIII, estando presentes as formas ligadas à confecção de alimentos (panelas, caçoilas) e ao serviço de mesa (tigelas, taças, jarrinhas)* (Cavaco e Covaneiro, 2009b: 441). Pelo seu grau de preservação, destacam-se dois objectos: um cantil em pasta branca e um fogareiro, sendo ainda de realçar e um fragmento de talha com estampilha com *al-mulk* – o poder (*Ibidem*, 441).

No decurso de 2009, foram identificados níveis islâmicos no Terreiro do Parguinho, nomeadamente restos de uma estrutura habitacional de época almóada (Mateus, 2009: 55). Foram exumadas diversas cerâmicas, de que se destaca uma pia de abluções em corda seca total (designada erroneamente de talha), talhas estampilhadas e vidradas a verde e cântaros com pintura a óxido de ferro, para além das demais formas

⁸⁵ Agradecemos a Claire Déléry pela ajuda na identificação formal do fragmento.

(alguidares, talhas, candeias de câmara aberta, caçoilas ditas de *costillas*, etc (*Ibidem*, 46 – 51).

No âmbito da construção da Pousada da Juventude de Tavira foram realizadas, no decurso de 2007, escavações arqueológicas no antigo Orfeão de Tavira. Foi identificado um conjunto de estruturas habitacionais atribuíveis aos séc. XVI-XVII, bem como dois muros com aparelho em espinha, tipicamente islâmico (Assunção, 2007: 39). Para a interpretação destas duas últimas estruturas, o responsável dos trabalhos avançou com duas hipóteses distintas. Por um lado é possível que se tratem de construções almóadas, por outro poderão tratar-se de construções do século XV/XVI, utilizando um tipo de construção tipicamente islâmico.

Para o autor, a segunda hipótese é a mais viável devido ao facto de *na zona destes muros não existirem nenhuns elementos de rotura com as estruturas de aparelho dito “normal” que os rodeiam* e, também, *se atendermos ao facto que após a conquista de Granada em 1492, algumas populações islâmicas fixaram-se em Tavira e construíram as suas habitações extra-muros, utilizando técnicas construtivas tipicamente islâmicas* (*Ibidem*, 39).

Contudo, ao observarmos os materiais exumados e que foram entregues ao Serviço de Arqueologia da Câmara Municipal de Tavira até à sua integração na Pousada da Juventude, podemos aferir a presença de materiais de cronologia almóada o que pode refutar a segunda hipótese avançada pelo arqueólogo, a qual nos parece, à partida, pouco provável. Até porque a proximidade geográfica com o Magreb facilitaria a fuga dos muçulmanos para o outro lado do estreito e não para o Algarve. Por outro lado, no período subsequente à queda do Reino de Granada e da expulsão dos judeus pelos Reis Católicos, Portugal assiste à chegada maciça de Judeus, mas tal não acontece com os muçulmanos (Magalhães, 1993: 526; Costa, 2005: 83). A 5 de Dezembro de 1496 D. Manuel assinou, em Muge, a ordem de expulsão de judeus e mouros, pelo que a ser possível a hipótese avançada por este investigador a ocupação do espaço por estas populações vindas do Reino de Granada foi bastante curta.

7. O arrabalde da Bela Fria.

O rápido aumento populacional nos centros urbanos levou ao aparecimento de novos bairros, uns no interior das muralhas, outros no exterior destas estruturas. Ainda assim, a proximidade da cintura defensiva protegia os habitantes do arrabalde (*rabad*), que, em caso de perigo, se podiam refugiar no seu interior. Estes bairros situavam-se preferencialmente à saída do núcleo urbano, junto aos caminhos mais frequentados, podendo estar rodeados ou não por uma muralha (Gonçalves, 2008: 67; Mazzoli-Guintard, 2000: 214). Apesar da sua localização fora de portas, não devem ser considerados como espaços peri-urbanos, mas sim plenamente urbanos, uma vez que possuem quase todas as funções da medina (Gonçalves, 2008: 67).

O aparecimento de arrabaldes não ocorre em simultâneo em todas as cidades do Gharb, estando a sua existência, e o seu número, apenas relacionado com o aumento populacional e a importância do crescimento urbano (Mazzoli-Guintard, 2000: 214).

Se cidades como Silves e Mértola vêem surgir os seus arrabaldes no século X e XII, respectivamente (Gonçalves, 2009a: 521; Gómez Martínez et alli, 2009: 418), Tavira apenas extravasa os muros no período almóada (Cavaco e Covaneiro, 2009: 442). Tal como acontece com Silves, que em época almóada tem dois arrabaldes, o ocidental e o oriental (Gonçalves, 2008: 69-70), também Tavira possuía dois arrabaldes, o da Bela Fria (Figura 21) e o do Orfeão (Figura 22).

7.1. A escavação arqueológica.

Ao longo dos últimos anos, o Município de Tavira adoptou uma estratégia de requalificação e reabilitação do Centro Histórico, tendo sido desenvolvido um projecto de requalificação da Calçada de Santa Maria e da Rua da Bela Fria que consistia na repavimentação da área, incluindo uma bolsa de estacionamento que se encontrava em terra batida (Covaneiro e Cavaco, 2009: 1) (Figuras 23 e 24).

Face às necessidades da obra, entre Novembro de 2006 e Maio de 2008, a equipa de arqueologia da autarquia realizou escavações arqueológicas na área do Parque de Estacionamento, tendo acompanhado as valas para colocação de infra-estruturas.

Do ponto de vista metodológico, a escavação arqueológica foi realizada pela remoção dos depósitos arqueológicos pela ordem inversa à sua deposição, sendo os depósitos mais recentes e/ou alterados removidos com recurso a meios mais expeditos (picareta, pá e enxada) e os depósitos preservados e/ou sensíveis escavados utilizando

pico, colherim ou pincel tendo o espólio sido recolhido de forma sistemática (Covaneiro e Cavaco, em elaboração).

No decurso dos trabalhos na área do Parque de Estacionamento foi identificado um arrabalde islâmico bem como um torreão da muralha (Figuras 25 e 26). A escavação arqueológica revelou a existência de um nível de abandono que cobria a totalidade das estruturas, as quais foram edificadas em alguns locais sobre níveis de sedimento e noutros sobre a rocha-base, a qual foi escavada sempre que necessário.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos posteriormente na sacristia da Ermida de S. Roque, localizada nas imediações, revelaram a presença de estruturas coevas, as quais poderiam ser parte integrante do arrabalde da Bela Fria (*Idem*, 2010a).

7.2. As estruturas do arrabalde.

As dimensões da área escavada impossibilitaram que se aferisse as dimensões da área ocupada pelo arrabalde, não tendo pelo mesmo motivo sido escavada nenhuma casa na totalidade (Figura 27).

Ainda assim foi possível identificar distintos compartimentos que integrariam as várias casas que constituíam o arrabalde (Figura 28). Algumas destas divisões estavam ligadas entre si pelo que constituiriam parte integrante de uma mesma habitação, como é o caso dos compartimentos A e B, ligados entre si por uma porta.

O compartimento A continha no seu interior uma canalização, restos de dois pavimentos em terra batida e uma área de elevada concentração de cinzas e carvões que poderá ser interpretada como área de fogo. Selando este compartimento encontrava-se um derrube que cobria também um cantil, um fogareiro, uma garrafa, etc. (Figuras 29 e 30). A existência de uma área de fogo, aliada à presença de um fogareiro, poderá indiciar que se trata de uma cozinha.

Do compartimento B apenas chegaram até nós dois dos muros que o definiam bem como dois níveis de pavimento, um em pedra e outro em terra batida. O compartimento C (Figura 31), que continha um pavimento em argamassa de cal, permitia o acesso ao compartimento D através de uma porta, sendo que o pavimento em pedra existente neste último compartimento faz-nos admitir que se trate de um pátio.

Na área destes dois últimos compartimentos foi identificado um muro que apresenta dois momentos construtivos. Num segundo momento foi acrescentado um fragmento de fuste de coluna, o qual assenta numa canalização e numa pedra de soleira, possivelmente reaproveitada, de forma a fechar o espaço.

Os compartimentos E e F estavam selados por um derrube. O compartimento E encontrava-se preenchido por sedimento, com elevada concentração de material arqueológico. Consideramos ser possível que, inicialmente, os compartimentos E e F, fossem uma única realidade, a qual foi dividida posteriormente por um muro que assentava sobre um pavimento comum, em terra batida (Figuras 32 e 33).

Dois muros definem o compartimento G, o qual não foi escavado. Os níveis islâmicos junto ao compartimento H apresentavam-se parcialmente destruídos. Ainda assim foi possível reconhecer uma calçada e uma canalização, interpretados como parte integrante de uma área de circulação pública.

No interior do compartimento I foram identificados dois pavimentos, afectados pela vala de construção de dois muros. O compartimento I daria acesso à rua através de uma porta que se encontra representada por duas pedras de soleira. As reduzidas dimensões do compartimento J, definido apenas por dois muros, não permitem a elaboração de hipóteses interpretativas.

No que concerne os aparelhos construtivos, destaque para um dos muros do compartimento A, o qual é constituído por embasamento em alvenaria de pedra que servia de suporte do muro em taipa, estando revestido a argamassa de cal. Este tipo de aparelho construtivo revestido a reboco de cal e areia está presente no arrabalde ocidental de Silves (Santos e Abranches, 2006: 135-137).

O arrabalde da Bela Fria não era constituído apenas por estruturas de carácter habitacional, integrando também outras estruturas de cariz urbano, como sejam áreas de circulação pública (Figura 34), as quais davam acesso a áreas de uso privado/familiar. Estes níveis de calçada são compostos por pedras, seixos, cerâmica, telha, nódulos de argamassa (etc.) e, regra geral, são compactados e relativamente nivelados.

Contudo, estas áreas de circulação encontram-se muitas vezes rasgadas por infra-estruturas ligadas ao saneamento (canalizações) (Figura 35), às quais estão ligados os esgotos provenientes do interior das casas, como é o caso da canalização dos compartimentos A e B. As canalizações apresentam caneiros definidos por pedras ou escavados na rocha, os quais são cobertos por tampa em pedra (Figura 36). À semelhança do que acontece na Bela Fria, também o arrabalde ocidental de Silves se encontra dotado de sistemas de saneamento e rede viária (*Idem*, 2008: 258).

O abastecimento de água ao arrabalde seria feito através de uma *nā'ūra* (nora), a qual não foi identificada no decurso da escavação, mas que se encontra atestada pela presença elevada de alcatruzes (Figura 37). Foram ainda identificados canos em cerâmica que, possivelmente, estariam associados à nora.

A disposição das estruturas habitacionais em torno das ruas e o complexo sistema de saneamento identificado remetem para um planeamento urbano cuidado em que, tal como no caso do arrabalde ocidental de Silves, *nada ou muito pouco foi deixado ao acaso* (*Ibidem*, 2006: 140).

7.3. A dieta alimentar dos habitantes do arrabalde da Bela Fria.

No arrabalde da Bela Fria foram recolhidos, não apenas artefactos do quotidiano das populações que aí residiram, como também, evidência da sua dieta alimentar, a qual seria variada, aproveitando ao máximo o que o rico ecossistema lhes proporcionava.

No que concerne as espécies selvagens, foram consumidos animais como a lebre (*Lepus sp.*) e o veado (*Cervus elaphus*) (Covaneiro e Cavaco, no prelo 3). Para além das espécies cinegéticas, os habitantes da Bela Fria também consumiram animais domesticados, nomeadamente ovinos e caprinos (*Ovis aries* – ovelha – e *Capra hircus* – cabra) e boi (*Bos taurus*) (*Ibidem*). No que concerne os restos de cavalo (*Equus caballus*), de coelho (*Oryctolagus cuniculus*) e de *Sus* (porco) não foi possível determinar se se trata da variante doméstica ou selvagem (*Ibidem*). De destacar, ainda, a presença de restos de cão (*Canis familiaris*) e de gato (*Felis sp.*), que tal como o *Sus* se encontram entre os animais cujo consumo é considerado *harām* (pecado) (*Ibidem*; Masud, 1994: 95). A reduzida quantidade de restos destes animais não traduz, necessariamente o seu consumo alimentar (Covaneiro e Cavaco, no prelo3).

A dieta dos habitantes do arrabalde era complementada por aves e gastrópodes, bem como pelos recursos disponíveis no estuário do Gilão, na Ria Formosa e no mar: peixe e marisco. Os restos de peixe e de aves não foram alvo de estudo sistemático, pelo que desconhecemos as espécies consumidas. No que concerne a fauna malacológica, foram recolhidos restos de diversas espécies, nomeadamente amêijoia, berbigão, mexilhão e ostra, entre outras (Covaneiro e Cavaco, em elaboração).

7.4. Funcionalidade(s) do arrabalde.

Considerando as características das estruturas escavadas e o crescimento de Tavira, bem como o material arqueológico exumado (vide capítulo 8), consideramos viável a hipótese deste arrabalde corresponder a uma área habitacional que sofreu alterações e adaptações, fruto das necessidades dos seus habitantes.

Porém, esta não seria a sua única funcionalidade. Se considerarmos que os compartimentos E e F seriam inicialmente um único compartimento, possivelmente um tanque (Figuras 32 e 33), o arrabalde da Bela Fria poderá ter tido, também, uma função artesanal. As dimensões deste compartimento único fazem-nos questionar a sua associação a curtumes, ainda que a sua localização num arrabalde e a abundância de água nos levem a suspeitar de tal funcionalidade. De facto, era frequente isolar alguns ofícios por questões de salubridade (Mazzoli-Guintard, 2000: 197), pelo que a instalação de certas actividades, especialmente os curtumes e as tinturarias, nos arrabaldes era frequente, como acontece, por exemplo, em Málaga, Mértola, Múrcia, Saragoça e Silves (Gonçalves, 2008: 195).

A função artesanal do arrabalde da Bela Fria poderá ainda estar atestada pela presença de escórias de ferro e de metal, que atestam o processamento de metais e a produção de vidro no local, bem como pela presença de um fogareiro em cerâmica com defeito de fabrico e sem marcas de utilização, o qual poderá atestar a presença de um oleiro no local.

Por outro lado, a presença de pesos de rede em cerâmica e em chumbo, poderá indicar a morada de pescadores ou o armazenamento de artes da pesca, reforçando uma vez mais um carácter não habitacional deste arrabalde.

7.5. Cronologia do arrabalde.

A cronologia do arrabalde foi obtida de três formas. Por um lado, o urbanismo do arrabalde, com paralelos no Convento da Graça de Tavira (Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2008), Mértola (Macias, 1996) e Silves (Santos e Abranches, 2006), aponta para uma cronologia almóada. Por outro lado, o estudo do material aponta para uma ocupação tardo-almóada do espaço, com continuidade até ao século XIV. As datações de rádio-carbono efectuadas a níveis do arrabalde⁸⁶ confirmam a cronologia obtida através do estudo das cerâmicas e através dos paralelismos do urbanismo deste espaço urbano.

⁸⁶ As datações apresentadas foram realizadas no âmbito de um projecto de António Monge Soares, a quem agradecemos os resultados. **ITN – SAC – 2498** – Madeira Carbonizada (*Ceratonia siliqua*) 820 ± 40 BP. 1 sigma: 1187 – 1199 cal AD; 1206 – 1261 cal AD; 2 sigma: 1058 – 1072 cal AD; 1155 – 1277 cal AD. **ITN – SAC – 2470** – Ossos (colagénio) 880 ± 50BP; 1 sigma: 1048 – 1086 cal AD; 1123 – 1138 cal AD; 1150 – 1217 cal AD; 2 sigma: 1034 – 1252 cal AD. **ITN – SAC – 2472** – Conchas marinhas (*Cerastoderma edule*) 1130 ± 40BP (Fracção interna); SAC – 2472 – Conchas marinhas 1190 ± 35BP (Fracção intermédia).

8. Materiais arqueológicos do arrabalde da Bela Fria.

No arrabalde da Bela Fria foram recolhidos diversos objectos relacionados com o quotidiano das populações que habitaram aquele espaço. Apenas as cerâmicas foram alvo de estudo sistemático para a presente dissertação, pelo que os demais materiais serão apenas arrolados de forma a caracterizar os objectos encontrados no arrabalde.

8.1. Objectos em osso trabalhado.

No que concerne os artefactos em osso, foram exumados diversos objectos relacionados com a fiação/tecelagem, mas também objectos de adorno e objectos lúdicos.

Relativamente aos objectos relacionados com a fiação/tecelagem, estão presentes os cossoiros, as torres de roca (Figura 38) e as agulhas. Os primeiros destinavam-se a ser enfiados nos fusos (Covaneiro e Cavaco, 2009: 713), estando presentes em diversos sítios arqueológicos coevos, nomeadamente em Mértola, o mesmo acontecendo com as torres de roca (Macias, 1996: 88), as quais eram fundamentais no processo de fiação, servindo para produzir o movimento de torção das fibras (Covaneiro e Cavaco, 2009: 712). No que respeita as agulhas, tal como acontece com as torres de roca e alguns dos cossoiros, estas encontram-se profusamente decoradas (Figura 39), apresentando um orifício central destinado a passar o fio.

No que concerne os objectos de adorno, destaque para as plaquinhas de arqueta (que revestiam pequenas caixas ou arquetas) e para as contas feitas com recurso a vértebras de peixe, as quais também serviram de base para a realização de possíveis peças de jogo (objecto lúdico).

Finalmente, foi ainda recolhido um astrágalo de ovicaprino (Figura 40), o qual poderia ter duas funcionalidades distintas. Por um lado, poderia ser utilizado como peça de jogo, uma vez que, entre os jogos de mesa, era praticado o *juego de los huesecillos*, o qual poderia ser jogado com astrágalos (Jara Andújar, 1996: 109). Por outro lado, o astrágalo poderia ter um uso medicinal, uma vez que, na obra de medicina homeopática de Ibn Bajtīsū^c, são mencionadas as propriedades medicinais do astrágalo que, misturado com outras substâncias, servia para eliminar a debilidade da vista ou para purificar a cor do rosto (*Ibidem*, 109).

8.2. Objectos em metal.

Os objectos em metal são, a seguir às cerâmicas, os mais frequentes no arrabalde da Bela Fria. Estão presentes objectos em ferro e ligas de cobre, mas também objectos em chumbo.

Relativamente ao ferro, foram recolhidos pregos e cavilhas, um fragmento de elo de corrente, um cabo de faca e uma fivela, bem como diversos restos de escória. Com excepção de uma pequena placa ornamental (Figura 41), os objectos em chumbo estão relacionados com a actividade piscatória. Trata-se de pesos de rede em chumbo (Figura 42) que consistem numa placa de chumbo rectangular, enrolada possivelmente a quente, de forma a deixar um oco por onde passava o fio da rede. Foram identificados pesos de rede similares em Liétor (Navarro Palazón e Robles Fernandes, 1996: XIX).

As ligas de cobre foram utilizadas na cunhagem das moedas recolhidas na Bela Fria. Infelizmente, o estado de conservação dos numismas não permitiu a leitura da maioria dos exemplares. Contudo, foi possível identificar a presença de três Dinheiros de D. Sancho II (Figura 43). A presença de moeda cristã na Tavira islâmica já havia sido reconhecida no Solar dos Corte Reais (Maia, 1999: 10), sendo que os numismas da Bela Fria vêm reforçar a ideia da existência de trocas comerciais entre os dois mundos que coabitavam o sul do actual território português.

Para além das moedas, foram ainda identificados outros materiais em liga de cobre, nomeadamente, objectos de adorno, como sejam anéis e brincos/pendentes, uma fivela (Figura 44), um botão, uma placa/ornamento e uma ferragem em forma de estrela ou de flor octopétala, a qual apresenta douramento (Figura 45).

Foram também recolhidos várias ferragens e uma cavilha, bem como objectos relacionados com a fiação/tecelagem, como sejam vários alfinetes e diversas pontas de fuso – também identificadas em Mértola (Macias, 1996: 88).

8.3. Outros materiais.

A pedra também serviu de suporte no fabrico de objectos e utensílios, nomeadamente um objecto de adorno e duas mós (Figura 46 e 47). Destaque ainda para a presença de um projectil de funda (Figura 48), com paralelos em Silves (Gomes, 2000: 365). Para além dos objectos em pedra, metal e osso trabalhado, foi ainda recolhida escória de vidro, fragmentos de vidro e um fragmento de pulseira em pasta vítrea.

8.4. As cerâmicas.

De todo o espólio arqueológico recolhido durante a escavação realizada na Bela Fria, a cerâmica é, sem dúvida, o mais numeroso. Este facto deve-se, sobretudo, a dois factores, aparentemente antagónicos. Por um lado, a sua *aparente indestrutibilidade* – a cerâmica é mais resistente que a maioria dos materiais arqueológicos – (Orton, Tyers e Vince, 1997: 47), por outro, a sua fragilidade enquanto objecto, que depois de partido necessita ser substituído, caso a sua reparação não seja possível.

O estudo do material cerâmico pode proporcionar, três tipos de informação: evidência para a datação do sítio arqueológico; evidência relativa ao comércio (relações comerciais) e evidência sobre a funcionalidade (habitacional, artesanal, etc.) e/ou *status* do espaço em estudo (*Ibidem*, 38). A estas informações pode ainda somar-se a evidência relativa à tecnologia detida pelos indivíduos que ocuparam esse espaço, entre outras.

No que respeita a cerâmica islâmica, devem-se a Guillermo Rosselló Bordoy as primeiras sistematizações da cerâmica islâmica e da sua terminologia (Rosselló Bordoy 1978; *Idem*, 1991). No nosso país, o primeiro trabalho a incluir uma listagem de termos esteve a cargo de Cláudio Torres (Torres, 1987), a que se seguiu trabalho conjunto do mesmo autor com Susana Gómez e Manuela Ferreira (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003). Mais recentemente foi criado o Grupo CIGA (Cerâmica islâmica do Gharb al-Andalus) o qual tem por objectivos, *a criação dum corpus da cerâmica islâmica do Gharb al-Andalus e a definição de grupos cerâmicos coerentes dos pontos de vista morfológico, técnico e ornamental*, entre outros (Bugalhão et alli, 2010, 455).

8.4.1. Os fabricos.

Após o estudo da totalidade das cerâmicas exumadas no arrabalde da Bela Fria e após análise dos resultados, foi possível definir a existência de 22 fabricos (Tabela 3). Os fabricos foram estabelecidos, independentemente do tipo de cerâmica (cerâmica comum, cerâmica vidrada e material de construção), tendo por base apenas três factores. Assim, foi considerado o tipo de cozedura (oxidante, redutora e mista) e a cor da pasta no cerne (pastas claras, pastas laranjas/vermelhas e pastas castanhas/cinzentas), bem como o grau de depuração das mesmas (muito depuradas, depuradas e grosseiras). O *Fabrico 22* engloba os 132 fragmentos que não se enquadravam nos restantes fabricos, devido a defeitos de cozedura ou ao estado de preservação dos fragmentos (erosão das superfícies e concreções).

É importante referir, ainda, os critérios utilizados na definição do grau de depuração das pastas. As pastas muito depuradas apresentam elementos não plásticos de dimensão pequena, independentemente da quantidade ou dispersão na pasta e as pastas depuradas apresentam desengordurantes de dimensão pequena e média, não tendo sido considerado o seu número ou distribuição. No que concerne as pastas grosseiras, estas apresentam elementos não plásticos médios e/ou grandes.

Os Fabricos 1 (pastas claras), 2 (pastas laranjas/vermelhas) e 3 (pastas castanhas/cinzentas), apresentam cozedura oxidante e pastas muito depuradas; os Fabricos 4 (pastas claras), 5 (pastas laranjas/vermelhas) e 6 (pastas castanhas/cinzentas), apresentam cozedura oxidante e pastas depuradas e os Fabricos 7 (pastas claras), 8 (pastas laranjas/vermelhas) e 9 (pastas castanhas/cinzentas), apresentam cozedura oxidante e pastas grosseiras.

Os Fabricos 10 (castanhas/cinzentas), 11 (castanhas/cinzentas) e 12 (cinzentas), apresentam cozedura redutora, sendo que o primeiro apresenta pastas muito depuradas, o segundo pastas depuradas e o terceiro pastas grosseiras.

Os fabricos seguintes apresentam cozeduras mistas. Assim, os Fabricos 13 (pastas muito depuradas), 16 (pastas depuradas) e 19 (pastas grosseiras) foram realizados com pastas claras, os Fabricos 14 (pastas muito depuradas), 17 (pastas depuradas) e 20 (pastas grosseiras) foram realizados com pastas laranjas/vermelhas e os Fabricos 15 (pastas muito depuradas), 18 (pastas depuradas) e 21 (pastas grosseiras) foram realizados com pastas castanhas/cinzentas.

Por último o Fabrico 22 apresenta cozeduras irregulares e as pastas verdes, bem como os objectos que não se enquadram nos demais fabricos, não tendo sido considerado o tipo de cozedura, a cor da pasta ou o grau de depuração da mesma.

O *Fabrico 18* é o mais utilizado na produção da cerâmica do arrabalde (Gráfico 1), tendo sido utilizado em 3112 fragmentos, 21 dos quais vidrados, que correspondem a 16% do total da amostra. Com este fabrico foram produzidas formas como caçoilas (23), cântaros (9) e tampas (7), bem como alcatruzes (8), alguidares (7) e panelas (6), entre outros.

O segundo fabrico mais utilizado é o *Fabrico 8*, com um total de 2832 fragmentos, dos quais 132 são vidrados, o que corresponde a 14% do total da amostra. Neste fabrico temos formas como a taça/tigela (19), a caçoila (14) e a panela (13), mas também o alcatruz (12), a tampa (11) e o cântaro (9), entre outras.

O *Fabrico 5* é o terceiro mais frequente, sendo utilizado na elaboração de formas como a taça/tigela (53), o alguidar (30) e o cântaro (15), e ainda o alcatruz (14), a

candeia (11) e a jarrinha (4), entre outros. Este fabrico foi utilizado em 2391 fragmentos, 388 dos quais vidrados, o que corresponde a 12% do total da amostra.

O quarto fabrico mais frequente, utilizado em 11% do total da amostra, a que correspondem 2197 fragmentos, todos em cerâmica comum, é o *Fabrico 21*. Este foi utilizado na produção de panelas (13), caçoilas (3) e cântaros (9), mas também de alcatruzes (4), alguidares (3) e talhas (2), entre outros.

O *Fabrico 9* foi utilizado em 8% da amostra, ou seja, em 1689 fragmentos, dos quais 127 são vidrados. Com este fabrico temos formas como as caçoilas (29), as tigelas (16) e as tampas (13), as talhas (7), as panelas (6) e os alguidares (6), entre outros.

Segue-se o *Fabrico 1*, representado em 1369 fragmentos a que correspondem 7% da amostra, sendo que 206 são vidrados. Este fabrico foi utilizado em cântaros (52), jarrinhas (38) e taças e tigelas (34), estando ainda presente em alguidares (13), tampas (12) e bilhas (3), entre outros.

Entre os fabricos presentes em mais de 1000 fragmentos temos, por último, o *Fabrico 6*, o qual está representado em 1205 fragmentos de cerâmica comum e em 69 fragmentos de cerâmica vidrada, perfazendo um total de 1274, a quem corresponde 6% do total da amostra. Este fabrico foi utilizado em caçoilas (26), taças e tigelas (18) e alguidares (12), como também em panelas (8), tampas (5) e cântaros (3).

Os próximos cinco fabricos estão representados por mais de 500 fragmentos, que correspondem a percentagens entre os 3 e os 4%. Em primeiro lugar temos o *Fabrico 4*, presente em 886 fragmentos (4%), 177 dos quais vidrados, tendo sido utilizado na elaboração de cântaros (221), alguidares (48) e taças e tigelas (18), estando também presente em almofarizes (2) e jarrinhas (2), entre outros.

O *Fabrico 2* é dos que apresenta maior equilíbrio entre o número de peças vidradas e não vidradas: do total de 776 fragmentos, que representam 4% da amostra, 330 são vidrados. Este fabrico está presente em taças e tigelas (104), caçoilas (14) e panelas (8), bem como em bilhas (7), cântaros (6) e jarrinhas (3), entre outros.

O décimo fabrico mais utilizado, representando 3% do total da amostra, é o *Fabrico 17*, com 630 fragmentos em cerâmica comum e um fragmento em cerâmica vidrada. Foi utilizado em alcatruzes (5), caçoilas (4) e panelas (3), estando ainda representado em taças e tigelas (3), tampas (2) e num dos canos, entre outros.

Também representando 3% da amostra, com 609 fragmentos (46 vidrados), o *Fabrico 7* foi utilizado em cântaros (76), alguidares (31) e talhas (5), entre outros.

Do *Fabrico 3* foram recuperados 507 fragmentos, 85 dos quais vidrados, e que correspondem a 3% do total da amostra, tendo sido utilizado em taças e tigelas (22), caçoilas (13) e alguidares (4).

Seis fabricos apresentam usos claramente inferiores, representando 2% ou 1% do total da amostra. Totalizando 2% da amostra temos o *Fabrico 16* (377 fragmentos) e o *Fabrico 11* (330 fragmentos), sendo que o *Fabrico 20*, com 199 fragmentos; o *Fabrico 15*, com 196 fragmentos; o *Fabrico 19*, com 190 fragmentos, e o *Fabrico 22*, com 132 fragmentos, representam, cada um, 1% do total da amostra.

Fabrico 16 foi utilizado em alguidares (13) e cântaros (4); o *Fabrico 11* numa caçoila e numa panela; o *Fabrico 20* está representado em sete caçoilas; o *Fabrico 15* foi usado em oito alcatruzes; o *Fabrico 19* está presente em cinco alguidares; e o *Fabrico 22* em dois cântaros.

Os restantes quatro fabricos são claramente residuais, com totais inferiores a 100 fragmentos. O *Fabrico 12* está presente em 70 fragmentos, três dos quais de caçoila; o *Fabrico 13* encontra-se representado em sete fragmentos de cântaro e em 61 outros fragmentos; 44 fragmentos representam o *Fabrico 14* e num alcatruz das peças individualizadas; e, por último, o *Fabrico 10*, constituído por 34 fragmentos, 17 dos quais vidrados (o que faz deste fabrico o mais equilibrado de todos, no que concerne a percentagem de cerâmica vidrada face à cerâmica comum), tendo sido utilizado em cinco alcatruzes.

Verifica-se, pois, que a cozedura oxidante (61%) é a mais frequente, a que se segue a cozedura mista (35%), sendo que a cozedura redutora é claramente residual (2%). As pastas são maioritariamente depuradas (45%) ou grosseiras (38%), tendo as pastas muito depuradas alguma expressão (15%).

Finalmente, no que respeita a coloração das pastas, verifica-se o predomínio das pastas castanhas e cinzentas (47%), sobre as pastas vermelhas e laranjas (34%) e claras (17%). Estes resultados poderão estar relacionados com a disponibilidade de matéria-prima e com a coloração dos barreiros locais, podendo as pastas castanhas/cinzentas e vermelhas/laranjas ser de origem local e as pastas claras corresponder a importações. Apenas a realização de análises químicas e mineralógicas das cerâmicas do arrabalde poderá verificar esta hipótese de trabalho.

De realçar, ainda, que os diferentes fabricos foram utilizados na elaboração das diferentes formas dos diferentes usos, não existindo um fabrico específico de uma determinada forma. Ainda assim, foi possível verificar que a loiça de mesa foi fabricada com pastas depuradas ou muito depuradas e que os objectos para armazenamento e

transporte foram realizadas com pastas depuradas ou grosseiras, ainda que alguns cântaros apresentem pastas muito depuradas. Apesar de alguns exemplares tenham sido realizados com pastas muito depuradas, a maioria da louça de cozinha apresenta pastas depuradas ou grosseiras.

8.4.2. *As formas, as funções e os usos.*

Como já foi mencionado, as cerâmicas individualizadas foram agrupadas pelas funções aproximadas a que se destinavam, tendo para o efeito utilizado as oito formas funcionais definidas pelo grupo CIGA: Armazenamento e transporte, Louça de Cozinha, Louça de Mesa, Objectos de iluminação, Objectos de uso doméstico, Objectos de uso agrícola e artesanal, Objectos de uso lúdico e ritual e Material de construção (Bugalhão et alli, 2010: 460).

Como seria de esperar, a louça de cozinha e de mesa totalizam cerca de metade da amostra: 44% das cerâmicas individualizadas e 53% dos fragmentos determinados, sendo que os objectos relacionados com o armazenamento e transporte perfazem 27% da amostra. De realçar o elevado número de pedras de jogo presentes no conjunto das cerâmicas individualizadas (55 – 22%), sendo este o objecto individualizado mais frequente, em igual número que a soma das 23 panelas com as 22 caçoilas. A elevada frequência deste objecto no conjunto das cerâmicas individualizadas em relação aos demais é facilmente explicado: a totalidade das pedras de jogo foi individualizada, não acontecendo o mesmo com as restantes formas.

Quando analisamos conjuntamente as formas presentes nas cerâmicas individualizadas e as formas presentes nos fragmentos determinados, este objecto deixa de ser, obviamente, o mais presente. Ainda assim, não deixa de ser expressivo o elevado número de pedras de jogo existentes no arrabalde⁸⁷, facto que contrasta com a inexistência de tabuleiros. Esta ausência tem três interpretações possíveis. Por um lado é possível que os tabuleiros tenham sido levados pelos residentes aquando do abandono do arrabalde, por outro lado, também é possível que os tabuleiros fossem realizados em materiais perecíveis, como a madeira, o que justificaria o facto de não terem chegado até aos nossos dias. Uma terceira hipótese de trabalho é a de que fossem pintados ou marcados no chão, pelo que também não teriam chegado ao presente.

⁸⁷ Vide, por exemplo, o caso de Salir com apenas cinco exemplares contabilizados (Catarino, 1997/1998: 1066-1085).

Os objectos relacionados com o armazenamento e transporte representam 12% do conjunto das cerâmicas individualizadas e 30% dos fragmentos determinados, enquanto os objectos de iluminação correspondem a 3% das cerâmicas individualizadas e a, apenas, 1% dos fragmentos determinados. Destaque para os objectos de uso agrícola e artesanal presentes em ambas as séries (individualizadas e determinadas), nomeadamente, a presença de três exemplares de cano, certamente complementares aos alcatruzes no abastecimento de água ao arrabalde ou aos campos agrícolas circundantes, e de pesos, quer de rede, quer de tear, estes últimos reutilizando fragmentos de cerâmica.

De forma a simplificar a apresentação dos dados e a sua leitura/interpretação, o número de fragmentos e correspondente percentagem no total de cada série será apresentado entre parêntesis, sendo o primeiro valor referente às cerâmicas individualizadas e o segundo relativo aos fragmentos determinados.

De realçar ainda que os fragmentos não individualizados presentes no arrabalde, foram contabilizados pela parte morfológica do objecto a que pertenceram, tendo sido distribuídos pelos diversos fabricos estabelecidos, estando presentes 13809 fragmentos de bojo, 2469 bordos (dois trilobados, nove lobulados, 135 com arranque de asa e 36 com lábio com depressão para tampa), um bico, dez gargalos, oito colos, 150 carenas, 1184 asas, 475 arranques de asa, três pegas centrais, quatro mamilos, 1713 fundos (um em ônfalo), 140 pés anelares e 32 “pés em bolacha”.

8.4.2.1. *Armazenamento e transporte.*

Conforme definido pelo grupo CIGA, nesta forma funcional integram-se objectos como a talha, seu suporte e tampa, o pote, o cântaro, o cantil e a forma indeterminada (*Ibidem*, 460) (Estampa I). Com excepção do suporte e da tampa da talha, estes objectos destinam-se, ao armazenamento de alimentos e/ou líquidos (cântaro, pote, talha), bem como ao transporte de líquidos (cântaro, cantil). Ainda que possuam a mesma funcionalidade, morfológicamente estas formas são distintas, encontrando-se adaptadas às necessidades próprias do seu conteúdo.

Os cântaros, devido à sua dimensão média, destinavam-se ao transporte de água e, eventualmente, ao seu armazenamento (Paulo, 2000: 47; Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127). Trata-se de formas fechadas, com corpo ovóide, boca estreita (para que o líquido não verta) e asas para facilitar o transporte (*Ibidem*, 127). Uma vez que

eram as mulheres que o transportavam cheio de água, as suas dimensões não podiam ser excessivas (*Ibidem*, 127).

A amostra em estudo apresenta 419 cântaros (13 – 5%; 406 – 28%), correspondendo a 25% do total da mesma, sendo que apenas um se apresenta parcialmente vidrado. A sua elevada representação pode estar relacionada com o facto de se tratar de um objecto de uso diário no transporte de água para o interior das casas e talvez mais atreito a acidentes que resultassem na sua fragmentação. Apesar da elevada representação desta forma, não chegou até nós nenhum exemplar completo ou com perfil quase completo (Figura 49).

Do ponto de vista morfológico, os cântaros apresentam morfologias distintas, sobretudo ao nível do lábio e do bordo. Assim, estão presentes os bordos introvertidos (3) e extrovertidos (2), mas também o bordo vertical (1). Os lábios são planos (2), triangulares (2) e apontados (2), sendo que o colo é cilíndrico recto (2) ou troncocónico recto (2), estando ainda presente o colo cilíndrico curvo (1) e o troncocónico invertido recto (1), antecedendo o corpo troncocónico invertido (4). Apenas um exemplar possui base, em ônfalo, sendo que dois deles apresentam arranque de asa vertical.

Do ponto de vista dos fabricos, estão presentes dezasseis dos definidos no presente estudo – *Fabrico 1* (2; 50), *Fabrico 2* (2; 4), *Fabrico 3* (2; 2), *Fabrico 4* (2; 219), *Fabrico 5* (2; 14), *Fabrico 6* (0; 3), *Fabrico 7* (0; 76), *Fabrico 8* (2; 7), *Fabrico 9* (1; 0), *Fabrico 13* (0; 3), *Fabrico 14* (0; 1), *Fabrico 16* (0; 4), *Fabrico 18* (0; 9), *Fabrico 19* (0; 1), *Fabrico 20* (2; 1) *Fabrico 21* (0; 9) e *Fabrico 22* (0; 2). No que concerne o acabamento das superfícies, doze cântaros apresentam engobe/aguada na superfície interna – amarelo (2), castanho (3), rosa (2) e vermelho (5) – sendo que a pasta de um deles foi deixada grosseira. A superfície externa de um dos cântaros apresenta combinação de engobe/aguada de cor amarela com vidrado verde, um outro cântaro apresenta combinação de brunido com espatulado sobre engobe castanho, apresentando os demais apenas engobe/aguada como acabamento da superfície – amarelo (3), castanho (3) e vermelho (5).

Do ponto de vista ornamental, apenas um dos exemplares não apresenta ornamentação. Estão presentes as caneluras (5); os motivos fitomórficos (1) e os geométricos (8) – entre os quais três exemplares com traços verticais digitais, designados por alguns autores de simplificação da “Mão-de-Fátima” (Álvaro Sánchez, 2001: 139) – e motivos indeterminados (2), realizados a pintura a branco (4) e a vermelho (7); e a “rede de rombos” executada por estampilhagem.

O cantil destinava-se a transportar pequenas quantidades de água para beber apresentando, por esse motivo, uma ou mais bocas estreitas (para evitar derramar o precioso líquido) e corpo geralmente lenticular (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127). São sete os exemplares de cantil presentes na amostra em estudo (6; 1), todos eles em cerâmica comum, sendo que apenas um deles apresenta forma completa.

O exemplar completo (CSM151) apresenta bordo extrovertido, lábio com espessamento externo, colo troncocónico recto, corpo lenticular e duas asas verticais. Este cantil fabricado a molde é enquadrável no *Fabrico 2*, tendo as suas superfícies sido cobertas por engobe castanho muito pálido, sobre as quais, no corpo, foi realizada uma incisão circular (Figura 50).

Os restantes cantis são enquadráveis no *Fabrico 1* (1; 0), *Fabrico 2* (3; 0), *Fabrico 5* (0; 1), *Fabrico17* (1; 0) e *Fabrico18* (1; 0). Do ponto de vista morfológico, apresentam bordos extrovertidos (4) ou introvertidos (1), lábios planos (2) ou triangulares (2), sendo que um deles apresenta lábio semicircular. O colo é, maioritariamente, troncocónico invertido curvo (4), estando presente na amostra apenas um cantil de colo troncocónico invertido recto. As superfícies internas destes objectos foram cobertas com engobe/aguada de coloração castanha (1), cinzenta (1), rosa (1) e vermelha (1), sendo que num dos exemplares não foi possível aferir a coloração da superfície. As superfícies externas tiveram o mesmo tipo de acabamento com colorações que variam entre o amarelo (2), o castanho (2) e o cinzento (1).

Ao contrário das formas anteriores, mais vocacionadas para o transporte, o pote é fundamentalmente um objecto relacionado com o armazenamento. Possui uma boca e um colo largos, permitindo desta forma a introdução de uma colher larga ou de uma mão para aceder ao seu conteúdo, sendo que o seu bordo seria coberto por um pano fixo por um cordel (*Ibidem*, 127).

Apenas três exemplares (1; 2) desta forma foram identificados no arrabalde da Bela Fria, todos eles em cerâmica comum (Figura 51). Do ponto de vista dos fabricos, cada um deles apresenta um fabrico distinto – *Fabricos 8, 9 e 22*. O único pote individualizado apresenta bordo extrovertido, lábio triangular, colo cilíndrico e corpo globular. Do ponto de vista ornamental ostenta linha ondulada realizada por incisão sobre engobe/aguada vermelho.

A talha é o recipiente de armazenamento com maior capacidade. Esta forma está associada à conservação de alimentos sólidos (carne seca e salgada, cereais, azeitonas) e líquidos (vinho, água e azeite), estando destinada a permanecer imóvel na dispensa da casa (Paulo, 2000: 47; Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127). Trata-se de uma

forma fechada de grandes dimensões, com corpo ovóide que poderia ter, ou não, asas (*Ibidem*, 127). As talhas mais ornamentadas destinar-se-iam a conter água fresca e estariam nas imediações do pátio, sob um pequeno alpendre (*Ibidem*, 127).

Do arrabalde da Bela Fria foram exumados 36 exemplares de talha, correspondentes a 2% do total da amostra (9 – 4%; 27 – 2%), sendo que apenas oito são vidrados (6; 2). Dos nove exemplares individualizados, apenas dois possuem bordo e colo, sendo os restantes fragmentos de bojo de talha. Um dos exemplares apresenta bordo vertical com lábio quadrangular e colo cilíndrico recto, enquanto o outro exemplar apresenta bordo extrovertido, lábio com inflexão dupla e colo troncocónico invertido curvo. Apenas um exemplar apresenta arranque de asa vertical (Figura 52).

Do ponto de vista dos fabricos, as talhas da Bela Fria enquadram-se no *Fabrico 1* (0; 4), *Fabrico 4* (0; 1), *Fabrico 7* (1; 14), *Fabrico 8* (1; 2), *Fabrico 9* (6; 1), *Fabrico 16* (0; 1), *Fabrico 16* (0; 1), *Fabrico 18* (0; 1), *Fabrico 19* (0; 1) e *Fabrico 21* (1; 1).

No que concerne o acabamento das superfícies, as superfícies internas apresentam engobe/aguada de coloração amarela (2), branca (1), castanha (1), rosa (2) e vermelha (3). Esta homogeneidade no acabamento da superfície interna não tem correspondência na superfície externa, já que existem três soluções distintas na amostra em estudo: engobe/aguada (3), vidrado (4) e combinação das soluções anteriores (2). O engobe/aguada é de coloração amarela (3), branca (1) ou vermelha (1), sendo que os vidrados são verdes.

No que concerne a ornamentação dos objectos em estudo, apenas um exemplar não se apresenta ornamentado. Contudo, este exemplar apresenta uma inscrição no arranque do corpo, feito por incisão com a pasta ainda crua (Figuras 53 e 54). Habitualmente este tipo de inscrições representa uma jaculatória propiciatória ou uma invocação protectora, sendo que o exemplar da Bela Fria apresenta um nome, *Faraj bin allayt* (?) (فرج بن الليث), possivelmente o nome do oleiro.

Os restantes exemplares apresentam-se ornamentados com técnicas e motivos variados, que vão da simples excisão combinada com aplicação plástica (1); combinação de aplicação plástica com estampilha com motivo fitomórfico (1); canelura com estampilha com motivo fitomórfico (1) e a mesma combinação aliando ainda estampilha com motivo geométrico (1); combinação de estampilhas com motivo epigráfico com estampilhas com motivo geométrico (2). Está ainda presente a combinação de estampilhas com dois motivos epigráficos distintos e motivo geométrico (rede de rombos) (1) e a combinação de estampilha representando um cordão da eternidade com estampilha com motivo indeterminado (1).

No que concerne os motivos estampilhados, os fitomórficos presentes consistem em palmetas e os motivos geométricos representam redes de rombos e estrelas de oito pontas entrelaçadas, enquanto os motivos epigráficos presentes representam *al-mulk* (“o poder”) *al-yumn* (“a felicidade”) e *barakat arrahmân* (“bênção do Clemente”).

Para facilitar a impressão da estampilha foi aplicada, excepto no exemplar CSM153, uma capa de argila semilíquida sem elementos não plásticos. Esta camada, cujo objectivo é proporcionar uma superfície lisa e uniforme (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2002: 33; Gómez Martínez, 2006: 525), apresenta espessuras variáveis nos diferentes exemplares da Bela Fria: 1mm (CSM110), 2mm (CSM130, CSM173 e CSM 175), 3mm (CSM269) e 5mm (CSM128).

Destaque para um fragmento de talha das cerâmicas determinadas, pertencente ao saco n.º 1772, que apresenta um negativo de uma fibra têxtil (?) feito com a peça ainda crua (Figura 55).

No conjunto das cerâmicas exumadas na Bela Fria não foi identificado qualquer fragmento de suporte de talha, estando apenas presente um fragmento de tampa de talha (Figura 56). Esta apresenta bordo introvertido e lábio biselado, corpo cilíndrico e base plana integrando-se no *Fabrico 1*. Do ponto de vista do acabamento das superfícies, a tampa de talha apresenta engobe/aguada de coloração amarela na superfície interna e de coloração rosa na externa.

Este tipo de objectos não é muito frequente, uma vez que devido à sua dimensão e peso, não seriam fáceis de manusear, pelo que seriam, possivelmente, substituídas por exemplares em madeira (Gómez Martínez, 2001b: 164). O exemplar desta forma existente em Mértola apresenta motivos estampilhados, estando parcialmente vidrado a verde (*Ibidem*, 164). Contudo, no fragmento do exemplar de Tavira não existem indícios de terem existido as mesmas escolhas para o acabamento ou para a ornamentação desta tampa.

8.4.2.2. Louça de cozinha.

Conforme definido pelo grupo CIGA, nesta forma funcional integram-se objectos como a panela, a caçoila, o alguidar, o almofariz, o fogareiro, o funil e forma indeterminada (Bugalhão et alli, 2010: 460). Com excepção do funil, a amostra em estudo apresenta todas as formas pertencentes a este grupo: alguidar (6 – 2%; 181 – 13%), almofariz (1; 3), caçoila (22 – 9%; 152 – 11%), fogareiro (1; 0) e panela (23 – 9%; 68 – 5%) (Estampas II, III e IV). Dentro de cada forma, com excepção do fogareiro

e do almofariz de que apenas existe um exemplar de cada, assiste-se a uma variedade morfológica (bordos, lábios, colos, etc.), tecnológica (tipo de cozedura, fabrico e de acabamento) e ao nível das dimensões/capacidade das peças.

Os exemplares de louça de cozinha, destinados à preparação de alimentos sobre fogo ou sobre brasas (Gómez Martínez, 2006: 314), são os segundos mais frequentes da amostra em estudo, estando presentes 457 indivíduos que correspondem a 27% do total da amostra (53 – 21%; 404 – 28%). Este facto deve-se, sobretudo, ao facto de serem objectos muito utilizados e, conseqüente, mais facilmente partidos ou danificados pelas condições extremas a que são submetidos (acção do fogo), sendo por este motivo substituídos com maior frequência e consoante as posses do proprietário (Paulo, 2000: 30).

Os objectos enquadráveis na louça de cozinha podem ser formas abertas ou fechadas e caracterizam-se pelo seu tamanho médio ou pequeno, sendo que a sua dimensão ou capacidade seria ajustável à quantidade de comida que se pretendia preparar (Gómez Martínez, 2006: 314)

Dentro das formas mais utilizadas no quotidiano culinário, destaca-se a panela, a qual foi designada por Lafuente como a “estrela dos artefactos de cozinha” (cfr. Paulo, 2000: 30). Trata-se de *formas fechadas, de corpo globular e colo diferenciado, com uma ou duas asas e boca de tamanho médio que podia ser facilmente tapada* (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127)

As panelas seriam utilizadas sobre brasas ou sobre o fogo directo de lareiras, podendo ser utilizadas sobre fogareiros ou ir ao forno. Eram usadas para cozeduras mais demoradas, nomeadamente a confecção de legumes, guisados e caldos. De destacar que Ibn Razīn al-Tuŷībī na sua obra *Fadālat al-jiwān fī tayyibāt al-ta’ām wa-l-alwān* afirma que não se deve cozinhar mais que uma vez numa panela de barro, excepto se se tratar de uma panela vidrada no interior, podendo realizar-se até cinco cozeduras neste tipo de panelas (Marin, 1993: 167). Ainda que reforce esta necessidade de estrear uma panela diariamente (devido à limpeza descuidada dos criados), o *Kitāb al-Tabīj fī l-Magrib wa-l-Andalus* reconhece a dificuldade de colocar esta regra em prática, devendo por isso os criados limpar as panelas todas as noites com água quente e farelo (*Ibidem*, 167).

Das 91 panelas identificadas no arrabalde, 76 são em cerâmica comum e 15 encontram-se vidradas (Figura 57). No que concerne os fabricos, uma vez mais, não existe um tipo específico para este tipo de formas, sendo as panelas da Bela Fria enquadráveis no *Fabrico 1* (0; 1), *Fabrico 2* (1; 7), *Fabrico 3* (0; 3), *Fabrico 5* (3; 10), *Fabrico 6* (0; 8), *Fabrico 8* (5; 8), *Fabrico 9* (0; 7), *Fabrico 11* (0; 1), *Fabrico 12* (1; 0),

Fabrico 15 (2; 4), *Fabrico 16* (0; 1), *Fabrico 17* (1; 2), *Fabrico 18* (2; 4), *Fabrico 20* (4; 1), *Fabrico 21* (2; 11) e *Fabrico 22* (2; 0).

Do ponto de vista morfológico, os bordos das panelas em estudo são maioritariamente extrovertidos (9), estando também presentes os bordos verticais (2) e introvertidos (4). Os lábios apresentam-se em aba (2), arredondados (6), planos (1), quadrangulares (1) e triangulares (5). Os colos assumem, na sua maioria, uma forma troncocónica recta (8), estando também presentes colos bitroncocónicos rectos (1), cilíndricos (5) – nas suas variantes simples (1), recta (2) e curva (2) – e os colos troncocónicos invertidos curvos (3). No que respeita o corpo das panelas da amostra, é sobretudo globular (18), estando ainda presentes panelas de corpo ovóide (2) e de corpo troncocónico invertido (1). Apenas duas panelas possuem base, a qual é, em ambos os casos, convexa. Para facilitar o seu manuseamento, as panelas possuíam duas asas. Contudo, das panelas da amostra apenas sete apresentam duas asas e oito apenas uma asa, sendo que as restantes oito já não as preservam. Com excepção de uma das panelas que apresenta asa de secção oval, todas as asas possuem secção com nervos.

No que concerne a superfície interna, esta foi impermeabilizada com engobe/aguada de coloração amarela (1), castanha (3), cinzenta (2), rosa (1) e vermelha (13), estando uma delas revestida a vidro melado. O engobe/aguada foi também utilizado na superfície externa, estando presentes colorações que vão do amarelo (4) e branco (1), ao castanho (7) e cinzento (4), passando pelo rosa (1) e pelo vermelho (4). Devido a marcas de fogo e cozedura irregular, duas das panelas não possibilitaram a leitura da cor dos engobes/aguadas.

Do ponto de vista da ornamentação as panelas da amostra apresentam uma variedade de soluções e técnicas, que vão das simples caneluras (5), à combinação de caneluras com pintura a branco (1), ou de caneluras com incisão (4) e desta última combinação aliada a aplicações plásticas. Estão ainda presentes panelas com incisão (3) e panelas com incisão e pintura a branco (2), bem como panelas apenas com pintura a branco (5) e uma panela com pintura a preto. No que concerne os motivos da pintura, estão presentes motivos indeterminados, mas também motivos geométricos – traços (10) e círculos (1) e traços digitados verticais (1). Os motivos ornamentais encontram-se no bordo/lábio, no colo ou no corpo da panela, sendo que alguns exemplares apresentam ornamentação em várias partes da peça.

Outro dos objectos pertencentes à louça de cozinha é a caçoila (Figura 58). Esta forma aberta caracteriza-se pelas suas paredes baixas, normalmente verticais, formando um corpo mais largo que alto, de tendência cilíndrica ou troncocónica invertida,

possuindo boca larga com lábio afeiçoado (para permitir o uso de tampa) e base convexa ou plana (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127; Gómez Martínez, 2006: 326).

A caçoila destinava-se a fritar ou a cozinhar alimentos com pouco caldo, sobre lume forte. Tal como as panelas, as caçoilas poderiam ser utilizadas sobre brasas ou fogareiros e até mesmo ir ao forno, sendo que, até ao século XI, esta forma era também utilizada no serviço de mesa.

A partir do século XII algumas caçoilas apresentam vidrado como acabamento, impermeabilizando a peça, protegendo-a contra a deterioração e facilitando a sua limpeza (*Ibidem*, 515; Martins e Ramos, 1992: 96). De realçar que o vidrado auxilia na preservação dos alimentos cozinhados na peça, uma vez que evita a alteração dos mesmos pelo contacto com o barro (Gómez Martínez, 2006: 514).

Com os almôadas são introduzidas as caçoilas ditas de “costillas”. Trata-se de aplicações plásticas longitudinais, paralelas, que para além da função “estética” representam uma inovação tecnológica, já que reforçam a estrutura da caçoila ao mesmo tempo que irradiam o calor. Das 174 caçoilas presentes na amostra em estudo, 134 são em cerâmica comum e quarenta são vidradas, 33 das quais são caçoilas de “costillas”, sendo que apenas um exemplar deste tipo de caçoila não se apresenta vidrado.

As caçoilas da amostra, à semelhança das panelas, apresentam diversos fabricos, como sejam o *Fabrico 2* (1; 13), *Fabrico 3* (0; 13), *Fabrico 5* (0; 16), *Fabrico 6* (1; 25), *Fabrico 8* (6; 3), *Fabrico 9* (0; 29), *Fabrico 11* (0; 1), *Fabrico 12* (0; 3), *Fabrico 14* (0; 1), *Fabrico 15* (2; 6), *Fabrico 16* (0; 1), *Fabrico 17* (0; 4), *Fabrico 18* (2; 21), *Fabrico 20* (7; 1) e *Fabrico 21* (3; 10).

Os bordos das caçoilas são maioritariamente introvertidos (14), mas estão também presentes os bordos extrovertidos (6) e um bordo vertical. No que respeita os lábios, dois são em aba, três são arredondados e um apresenta espessamento duplo, estando ainda presentes lábios com depressão para tampa (6), lábios planos (5), quadrangulares (5) e triangulares (1). As caçoilas de Bela Fria apresentam corpos troncocónicos invertidos (19), carenados (14) – alta marcada (5), alta suave (3), média marcada (3) e média suave (3) –, cilíndricos (1) e em calote esférica. Duas caçoilas apresentam bases planas e outras duas bases são convexas. Três exemplares apresentam uma asa, dois apresentam um arranque de asa vertical e um sexto exemplar duas asas verticais. As asas apresentam secção com nervos (2) ou elíptica (2).

Treze das caçoilas da Bela Fria apresentam como acabamento da superfície interna engobe/aguada, quatro apresentam brunido sobre engobe/aguada e duas

apresentam espatulado sobre engobe/aguada, sendo que as restantes três apresentam-se revestidas a vidro melado. No que concerne a coloração dos engobes/aguadas estão presentes os castanhos (9) e os vermelhos (9), sendo que numa delas não foi possível determinar a coloração do seu acabamento.

No que concerne a superfície externa, assistimos ao predomínio dos engobes/aguadas (18) sobre os vidrados melados (3), sendo que um dos indivíduos apresenta espatulado sobre engobe/aguada e outro apresenta erosão da superfície pelo que não foi possível determinar qual foi o acabamento utilizado. A coloração dos engobes/aguadas varia do castanho (6) e cinzento (3) ao vermelho (7), sendo que em dois dos indivíduos não foi possível determinar a coloração do acabamento.

Tal como acontece com as painéis, também as caçoilas da Bela Fria ostentam ornamentação. Apenas quatro indivíduos apresentam a superfície interna ornamentada, estando presente a pintura (2) e o espatulado formando reticulado (1) e a combinação das duas técnicas (2). Os motivos da pintura branca (2), da pintura vermelha (1) e do espatulado são geométricos, estando dispostos no corpo (3), no lábio (1) ou na base (1).

O número de indivíduos com a superfície externa ornamentada é claramente superior (17). Estão presentes as aplicações plásticas (4) (as chamadas “costillas” que tal como já foi mencionado, para além do carácter ornamental, são claramente funcionais), as caneluras (7) (que também poderão ter um carácter funcional como adiante se verá), a incisão (4), a pintura a branco de traços no lábio (1) e a combinação de caneluras com traços a pintura a branco (1). As técnicas foram aplicadas, sobretudo, no corpo das peças (15), estando ainda presentes no lábio (1) e na carena (1).

O termo *alguidar* corresponde, em termos formais, a um grande recipiente aberto, de corpo troncocónico invertido ou cilíndrico e base plana, onde se preparavam os alimentos antes de serem cozinhados, se amassava o pão ou se realizavam tarefas de higiene doméstica (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 128).

Na amostra em estudo estão presentes 187 indivíduos pertencentes a esta forma (6 – 2%; 181 – 13%), o que corresponde a 11% do total das formas presentes, sendo que apenas 14 exemplares apresentam vidro. Os *alguidares* em estudo apresentam bordo extrovertido (4) ou vertical (1), lábios em aba (1), com espessamento externo (1), planos (1) ou semicirculares (2), corpo troncocónico invertido (5) ou cilíndrico (1) e base plana (5). Pertencem ao *Fabrico 1* (0; 13), *Fabrico 3* (0; 4), *Fabrico 4* (0; 48), *Fabrico 5* (2; 28), *Fabrico 6* (0; 12), *Fabrico 7* (1; 30), *Fabrico 8* (1; 3), *Fabrico 9* (1; 6), *Fabrico 13* (0; 7), *Fabrico 15* (0; 1), *Fabrico 16* (0; 13), *Fabrico 17* (0; 1), *Fabrico 18* (0; 7), *Fabrico 19* (0; 5), *Fabrico 21* (1; 2) e *Fabrico 21* (0; 1).

No que concerne o acabamento das superfícies, a superfície interna de todos os indivíduos foi impermeabilizada com engobe/aguada de coloração amarela (1), castanha (2) ou vermelha (3), sendo que num deles foi realizado brunido sobre engobe/aguada, num segundo exemplar espatulado sobre engobe/aguada e num terceiro a combinação destas duas técnicas sobre engobe/aguada.

As superfícies externas apenas apresentam engobe/aguada de coloração amarela (2), castanha (2), rosa (1) ou vermelha (1), sendo que nas bases de três deles o engobe/aguada foi aplicado sem que a superfície fosse previamente alisada, conferindo-lhe um aspecto grosseiro.

Somente um dos alguidares ostenta pintura a vermelho no interior, realizando motivos geométricos, disposto no corpo e no lábio, os demais apresentam ornamentação na superfície externa (Figura 59). Dois deles ostentam marcas de corda no lábio, sendo que um destes apresenta ainda digitações no corpo realizadas a pintura a vermelho. Apenas um dos alguidares apresenta incisões no corpo e dois deles apresentam pintura a vermelho, desenhando motivos indeterminados no lábio (1) ou motivos geométricos no corpo (1).

O almofariz apresenta forma aberta, tendencialmente cilíndrica. Devido à sua função, as suas paredes são grossas, de forma a resistir aos golpes realizados no seu interior para esmagar os condimentos utilizados na confecção dos alimentos (*Ibidem*, 128). No arrabalde da Bela Fria foram exumados quatro exemplares deste objecto (1; 3), pertencentes ao *Fabrico 4* (0; 2), ao *Fabrico 7* (0;1) e ao *Fabrico 9* (1; 0).

O único exemplar individualizado apresenta base plana no exterior, conferindo-lhe estabilidade, e convexa no interior, de forma a facilitar a tarefa a que se destinava. Do ponto de vista do acabamento, este objecto de paredes muito grossas apresenta engobe/aguada em ambas as superfícies, de coloração castanha.

A última forma pertencente à louça de cozinha presente na Bela Fria é o fogareiro (Figura 60). Este tipo de objectos caracteriza-se por apresentar um corpo superior aberto, a câmara, destinado a conter as brasas, separado do corpo inferior fechado, a fomalha, onde se depositam as cinzas (*Ibidem*, 129-130). Sobre o corpo superior assentavam as caçoilas ou as panelas.

No arrabalde da Bela Fria apenas foi exumado um exemplar desta forma de cozinha. Apresenta câmara com bordo introvertido, lábio triangular e corpo troncocónico invertido, duas asas verticais de secção com depressão longitudinal. A fomalha é constituída por base troncocónica com dois respiradores quadrados e fundo

plano. A grelha foi recortada na base da câmara e é constituída por um orifício circular e dois em forma de crescente.

Este objecto enquadra-se no *Fabrico 6* e apresenta as superfícies revestidas com engobe/aguada de coloração vermelha (interior) e castanha (exterior) e caneluras no corpo da câmara.

No interior da fornalha foram recolhidos dois elementos cerâmicos em forma de crescente, resultantes da abertura dos orifícios da grelha. Este facto, aliado à ausência de marcas de fogo e a uma deformação existente no corpo, pode denunciar a não utilização do objecto.

8.4.2.3. *Louça de mesa.*

A louça de mesa apresenta uma grande diversidade formal, sendo mais cuidada que a louça de cozinha (Paulo, 2000: 36) e, frequentemente, vidrada. A “baixela” islâmica consistia em grandes recipientes, possibilitando que toda a família pudesse comer da mesma tigela. É só a partir do século XI que surgem objectos de uso individual, nomeadamente os copos ou as jarrinhas de duas asas.

Segundo o definido pelo grupo CIGA, nesta forma funcional integram-se formas como a bilha, a garrafa, o jarro, o púcaro, a jarra, o copo, a taça, a tigela, a terrina, o prato e forma indeterminada (Bugalhão et alli, 2010: 460, 461). No arrabalde da Bela Fria estão presentes as bilhas, as jarras e jarrinhas, os copos, taças, tigelas, possíveis garrafas, um bule e uma trípode (Estampa V e VI). Apesar destas duas últimas formas não se encontrarem mencionadas pelo grupo CIGA, são, claramente, objectos do serviço de mesa, ainda que alguns autores incluam a trípode na louça de mesa (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 128). No total, estão presentes 447 indivíduos (60 – 23%; 387 – 27%) enquadráveis nesta forma funcional, correspondentes a 26% do total da amostra.

As bilhas são formas fechadas, de tamanho pequeno ou médio, corpo globular ou piriforme, colo e bordo estreitos, possuindo uma ou duas asas (*Ibidem*, 130), sendo que se destinavam a levar líquidos à mesa.

Foram exumadas 21 bilhas (5 – 2%; 16 – 1%) na Bela Fria, correspondentes a 1% do total das cerâmicas estudadas, e enquadráveis no *Fabrico 1* (1; 1), *Fabrico 2* (3; 4), *Fabrico 3* (0; 3), *Fabrico 5* (1; 2), *Fabrico 8* (0; 4), *Fabrico 9* (0; 1) e *Fabrico 15* (0; 1). De realçar que todos os exemplares se encontram vidrados (Figura 61).

Do ponto de vista morfológico, as bilhas apresentam colo cilíndrico recto (2) ou troncocónico invertido curvo (1), corpo piriforme (1), pé anelar (1) e asa vertical (3), de secção elíptica (2) ou oval (1).

Com excepção de um dos indivíduos, que apresenta a superfície interna com engobe/aguada de coloração indeterminada⁸⁸ e a superfície externa revestida a vidro melado, todas as bilhas apresentam as superfícies cobertas com vidro melado (4) ou verde (1). Apenas um exemplar possui uma incisão no colo.

As garrafas seriam variantes da bilha, apresentando bordo estreito e corpo globular, estando ausentes as asas e os bicos (*Ibidem*, 130). No arrabalde da Bela Fria foram exumados quatro indivíduos que poderão corresponder a este tipo de objectos destinados a levar líquidos à mesa. Estes indivíduos enquadram-se no *Fabrico 1* (0; 1), *Fabrico 4* (1; 0), *Fabrico 5* (0; 1) e *Fabrico 8* (0; 1), sendo que dois exemplares apresentam as superfícies vidradas.

A garrafa individualizada apresenta engobe/aguada, de coloração amarela, em ambas as superfícies e ostenta caneluras no corpo piriforme que termina numa base plana e possui um arranque de asa.

A utilização do copo ocorre a partir do século XI, sendo mais frequente em época almóada. Estes pequenos recipientes destinavam-se ao consumo individual de líquidos e poderiam, ou não, ter asa (*Ibidem*, 130). Na Bela Fria foram exumados três destes objectos, um vidro a melado escuro e dois com engobe/aguada castanho (1) ou vermelho (1), sendo enquadráveis no *Fabrico 3*, *Fabrico 5* e *Fabrico 20* (Figura 62).

Do ponto de vista morfológico, estão presentes os bordos introvertidos (1) e extrovertidos (1), os lábios arredondados (1) e triangulares (1) e os corpos piriformes (1) ou globulares (1), sendo que um deles apresenta uma asa vertical de secção com nervos. Dois deles apresentam caneluras no corpo e um destes alia as caneluras a incisão no corpo.

Tal como os copos, as jarrinhas, quer tivessem uma ou duas asas, eram utilizadas não apenas para o consumo individual de líquidos, mas também para os levar à mesa. Trata-se de objectos fechados, com tamanho médio ou pequeno, corpo com tendência globular, uma ou mais asas e colo e boca relativamente largos (*Ibidem*, 130), facilitando a ingestão de líquidos.

A amostra em estudo inclui 67 exemplares de jarrinhas (19 – 8%; 48 – 3%) (Figura 63), correspondentes a 4% das cerâmicas da Bela Fria, sendo 62 exemplares em

⁸⁸ Devido às dimensões e morfologia do colo não foi possível aferir a coloração do engobe/aguada através do Munsell.

cerâmica comum, cinco exemplares vidrados e um exemplar em “Louça Dourada”. No que concerne os fabricos, estão presentes o *Fabrico 1* (2; 36), *Fabrico 2* (3; 0), *Fabrico 3* (1; 2), *Fabrico 4* (0; 2), *Fabrico 5* (4; 1), *Fabrico 7* (0; 2), *Fabrico 8* (5; 0), *Fabrico 14* (0; 1), *Fabrico 15* (3; 0), *Fabrico 20* (1; 2), *Fabrico 21* (0; 1) e *Fabrico 22* (0; 1).

O engobe/aguada é o acabamento mais utilizado nas jarrinhas da Bela Fria, mas estão presentes dois exemplares que se encontram vidrados a melado, um dos quais é uma jarrinha (?) em louça dourada, e dois que apresentam engobe/aguada na superfície interna e vidrado verde na superfície externa. Do ponto de vista da cor dos engobes aguadas, estão presentes na superfície interna os amarelos (2), os castanhos (2), os rosa (1) e os vermelhos (8), sendo que em dois deles não foi possível definir a sua coloração. Os engobes/aguadas amarelos (4), castanhos (3), rosa (1) e vermelhos (7) foram os escolhidos para impermeabilizar a superfície externa.

Do ponto de vista da ornamentação, o exemplar de Louça Dourada apresenta motivos fitomórficos realizados a molde, dez exemplares apresentam caneluras no colo (2) ou no corpo (7), dois exemplares combinam a presença de caneluras com pintura a branco (motivos geométrico e fitomórfico) e um exemplar combina caneluras com estampilha de motivo geométrico. Um exemplar apresenta traços incisos no lábio e no corpo, um exemplar apresenta pintura a branco (traços) no colo e, por último, um exemplar apresenta pintura a vermelho (traços) no lábio, no colo e no corpo.

Do ponto de vista morfológico, os bordos são extrovertidos (5), introvertidos (3) ou verticais (2) e os lábios são em aba (2), arredondados (6), quadrangulares (1) ou triangulares (1). Os colos são cilíndricos (1), cilíndricos curvos (3), cilíndricos rectos (3), troncocónicos invertidos curvos (3) e troncocónicos invertidos rectos (1) e os corpos são globulares (10), ovóides (2) e piriformes. No que concerne as bases, estas são convexas (1) e planas (2), estando também presentes os pés anelares (3) e os pés em bolacha (3). Cinco exemplares apresentam arranque de asa vertical, três exemplares apresentam uma asa vertical de secção com nervos, dois exemplares apresentam duas asas verticais de secção com nervos e um exemplar apresenta duas asas verticais de secção oval.

Taça é uma palavra de origem árabe e designa pequenas formas mais abertas e menos elevadas que os copos (*Ibidem*, 131). Dos 33 exemplares desta forma (4 – 2%; 29 – 2%), que correspondem a 2% da amostra em estudo, 28 são vidrados.

Morfológicamente, as taças em análise apresentam bordo extrovertido (1), vertical (1) e polilobulado (2), lábio arredondado (3) ou triangular (1), corpo cilíndrico (1) ou troncocónico invertido (3), com carena baixa suave (1) ou alta marcada (3) e pé anelar

(1). Duas taças apresentam engobe/aguada vermelha na superfície interna, sendo que uma delas ostenta ainda espatulado, e duas apresentam a mesma superfície revestida a vidro branco. No que concerne a superfície externa, as taças da Bela Fria apresentam todas engobe/aguada, de coloração castanha (1), cinzenta (1), rosa (1) e vermelha (1), apresentando esta última espatulado. Apenas um exemplar apresenta traços incisivos no corpo.

O principal objecto da louça de mesa era a tigela, sendo por isso considerada por Paulo como a “estrela dos artefactos de mesa”, uma vez que a sua presença era constante e a sua dimensão variada (2000: 36). A tigela é, genericamente, uma forma aberta para apresentar alimentos sólidos (mas também líquidos), com corpo semi-esférico ou cilíndrico e de tamanho variável (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 132). Ainda que estivesse muito presente na mesa da época em apreço, na Bela Fria apenas existem 94 exemplares (19 – 7%; 75 – 5%), correspondentes a 6% da amostra em estudo, sendo que 82 tigelas são vidradas (Figura 64).

As tigelas do arrabalde da Bela Fria enquadram-se no *Fabrico 1* (5; 4), *Fabrico 2* (6; 13), *Fabrico 3* (1; 2), *Fabrico 4* (0; 5), *Fabrico 5* (1; 3), *Fabrico 6* (0; 1), *Fabrico 7* (1; 0), *Fabrico 8* (1; 0), *Fabrico 9* (2; 2), *Fabrico 15* (1; 0), *Fabrico 17* (0; 1) e *Fabrico 21* (1; 1).

Do ponto de vista morfológico, os bordos são extrovertidos (5) e introvertidos (7) e os lábios são em aba (3), arredondados (2), com espessamento externo (1), planos (1), quadrangulares (1), semicirculares (1) e triangulares (3). As tigelas apresentam corpos em calote esférica (4) ou troncocónicos invertidos (8), sendo que as carenas são altas marcadas (5), altas suaves (1), médias marcadas (1) e baixas suaves (1). Um exemplar apresenta base plana e três pé anelar. De realçar que uma das tigelas foi reparada com recurso a “gatos”.

No que concerne o acabamento das superfícies, a superfície interna de quatro tigelas apresenta engobe/aguada de coloração vermelha, uma tigela apresenta brunido sobre engobe/aguada de cor amarela e um exemplar apresenta espatulado sobre engobe/aguada amarela. Os restantes exemplares apresentam vidro melado (5) ou verde (8) como acabamento da superfície interna. As escolhas do oleiro para a superfície externa são similares às utilizadas na superfície interna. Assim, seis exemplares apresentam engobe/aguada castanha (1) ou vermelho (5) e um exemplar apresenta brunido sobre engobe/aguada vermelho. Os restantes apresentam vidro melado (6) ou verde (6).

Onze tigelas apresentam ornamentação na superfície interna. Destas, duas apresentam estampilhas com motivo fitomórfico (1) e geométrico (1), duas combinam motivos geométricos estampilhados com motivos geométricos incisos, uma ostenta traços a pintura a branco, duas exibem traços a pintura a vermelho e quatro apresentam pintura a manganês, realizando motivos geométricos, fitomórficos e indeterminados, três delas conjugando vários motivos.

São sete os exemplares que ostentam ornamentação na superfície interna, três consistem em caneluras no corpo, dois apresentam aplicações plásticas no lábio (uma das quais consiste num pequeno mamilo), um apresenta traços realizados a pintura vermelha e um possui motivo fitomórfico inciso no corpo.

Segundo o grupo CIGA, as taças e as tigela são ambas formas abertas, de corpo semi-esférico, apenas diferindo no tamanho, sendo que as peças com diâmetro da boca inferior a 150mm são taças e as que apresentam diâmetro superior a 150mm são tigelas (Bugalhão et alli, 2010: 461). Tendo em consideração este pressuposto, todos os fragmentos sem bordo, ou cujo bordo não permitiu aferir o seu diâmetro, foram incluídos na categoria taça/tigela, tendo sido identificados 216 exemplares enquadráveis nesta categoria (1; 215), correspondentes a 13% do total dos fragmentos cerâmicos exumados, sendo a esmagadora maioria vidrados (209).

Apenas foram recuperadas duas jarras no arrabalde da Bela Fria (Figura 65). As jarras apresentam forma fechada, corpo tendencialmente globular, colo e boca relativamente largos, podendo ostentar duas ou mais asas (*Ibidem*, 461), estando destinadas a um serviço de mesa mais impreciso (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 130).

Duas das jarras da Bela Fria são vidradas sendo que, do ponto de vista dos fabricos, estamos perante o *Fabrico 4*, *Fabrico 5* e *Fabrico 12*. No que concerne os acabamentos, uma das jarras apresenta engobe/aguada amarelo na superfície interna e vidrado verde na superfície externa, enquanto a outra apresenta engobe/aguada de coloração acastanhada em ambas as superfícies, ostentando no colo traços a pintura a branco (superfície externa).

Do ponto de vista morfológico, uma das jarras que integra o presente estudo apresenta boca trilobada com lábio plano e bico pinçado, enquanto a outra apresenta colo cilíndrico com uma asa vertical de secção elíptica.

O bule servia, tal como as jarras e jarrinhas, para levar líquidos à mesa. Trata-se de recipientes de tamanho médio, de corpo ovóide ou globular marcado por caneluras, colo cilíndrico pouco diferenciado e bordo vertical, sendo que a boca ampla é mais larga

que a base a qual é, geralmente, convexa. Apresenta ainda uma asa, diametralmente oposta ao bico vertedor (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 203-204).

Estas formas são designadas por Francisco Cavilla Sánchez-Molero e Susana Gómez Martínez como *Jarro* (*Ibidem*, 2003; Gómez Martínez, 2001b: 149) e como *Bule* por Mário e Rosa Varela Gomes (2001: 92-93), designação que optámos para esta forma uma vez que apresentam uma morfologia distinta da definida pelo grupo CIGA para os jarros (Bugalhão et alli, 2010: 461, 470). No arrabalde apenas existem três exemplares de bule, dois deles de atribuição pouco segura, todos em cerâmica comum (Figura 66). Estes exemplares enquadram-se no *Fabrico 1*, *Fabrico 14*, *Fabrico 17* e no *Fabrico 20*.

No que concerne a morfologia, os bules da Bela Fria apresentam bordo extrovertido, lábio semicircular (1) ou triangular (2), bico cilíndrico (2) e corpo globular (1). As superfícies destes objectos apresentam engobe/aguada de cor vermelha (2) na superfície interna (num dos exemplares não foi possível aferir a coloração da superfície interna), e cinzenta (1) e vermelha (2) na face externa.

A trípole consiste numa forma aberta, de corpo cilíndrico ou troncocónico invertido que, como o nome indica, teria três (ou mais) pés (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003:128-129), estando muitas vezes ornamentados com *gallones con nervios de sección semicircular que cubren toda la superficie exterior* (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 224 – 227), os quais serviriam, possivelmente para refractar o calor do interior.

Serviria, possivelmente, para manter os alimentos quentes na mesa, por intermédio de brasas (pelo que muitos autores os designam de braseiros e os integram na louça de cozinha⁸⁹) ou de água quente. A ausência de marcas de fogo no único exemplar identificado na Bela Fria indica o uso de água quente e não de brasas.

A trípole da Bela Fria enquadra-se no *Fabrico 9*, apresenta as superfícies revestidas a engobe/aguada de coloração amarela, estando a superfície externa revestida pelas aplicações plásticas verticais características deste tipo de formas.

Foram ainda identificados sete objectos que pertenceriam ao serviço de mesa, mas cujo estado de preservação não permitiu identificar a forma que teriam, pelo que optámos por não indicar a descrição morfológica destes objectos.

Ainda assim, foi possível aferir que estes objectos se enquadram no *Fabrico 1* (2), *Fabrico 3* (1), *Fabrico 4* (1), *Fabrico 6* (1), *Fabrico 8* (1) e *Fabrico 14* (1). As

⁸⁹ Vide, entre outros, Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003:128-129 e Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 224 – 227.

superfícies internas foram revestidas a engobe/aguada de coloração amarela (2), castanha (1), cinzenta (1) e indeterminada (1), ou com vidrado branco (2), sendo que as superfícies externas apresentam engobe/aguada de coloração amarela (2), castanha (1) e vermelha (2) ou com vidrado branco (2).

Somente um exemplar apresenta motivos indeterminados na face interna, utilizando a técnica da corda seca (total), sendo que quatro exemplares encontram-se ornamentados na face externa: um apresenta canelura no corpo, dois apresentam motivos indeterminados (1) ou geométricos (traços) (1) realizados a pintura a branco (1) ou a preto (1), e um quarto, em louça dourada, apresenta ornamentação moldada, realizando motivo indeterminado (1).

8.4.2.4. *Objectos de iluminação.*

Os objectos de iluminação, como o nome indica, serviam para conter fogo para alumiar a casa, tendo o grupo CIGA definido para esta forma funcional cinco variantes, candeia, candil, candeia de pé, lanterna e forma indeterminada (Bugalhão et alli, 2010: 461). No arrabalde de Tavira apenas foram exumadas candeias abertas, com ou sem pé alto, facto plenamente justificável se tivermos em consideração o facto de que, ao longo do período almóada, ocorre o abandono dos candis de bico comprido até que, no final da ocupação islâmica do território, as candeias de câmara aberta os suplantam (Gómez Martínez, 2001a: 68), o que é coincidente com a ocupação tardo-almóada do espaço.

A candeia é um objecto com corpo cilíndrico achatado com um pequeno bico onde era ateado o pavio (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 129), podendo ou não ter um pé alto. Na Bela Fria foram exumados 26 destes objectos de iluminação (1% do total da amostra), um dos quais de pé alto, sendo que apenas dois exemplares não se encontram vidrados.

No que concerne os fabricos, foram utilizados o *Fabrico 1* (1; 2), *Fabrico 2* (2; 0), *Fabrico 3* (1; 2), *Fabrico 5* (2; 9), *Fabrico 6* (0; 2), *Fabrico 8* (1; 1), *Fabrico 15* (0; 1), *Fabrico 18* (0; 1) e *Fabrico 20* (1; 0).

O conjunto de candeias exumado na Bela Fria é relativamente diversificado do ponto de vista morfológico (Estampa VII, Figuras 67 e 68). Os bordos são extrovertidos (4), introvertidos (1) ou verticais (1), os lábios assumem forma arredondada (3), plana (1) ou quadrangular (1), estando ainda presente um lábio com espessamento interno. Os bicos são pinçados (3) ou rectangulares (2), os corpos são cilíndricos (1), globulares (1) e troncocónicos invertidos (5), um dos quais com carena baixa marcada, que assentam

em bases planas (6). Dois exemplares apresentam arranque de asa vertical e outros dois asa vertical de secção elíptica (1) ou oval (1). De realçar a presença de dois exemplares realizados a molde.

No que concerne o acabamento das superfícies, seis exemplares apresentam vidrado melado em ambas as superfícies e dois vidrado verde, também em ambas as superfícies. Apenas a candeia de pé alto apresenta ornamentação, através de canelura realizada no pé.

8.4.2.5. *Objectos de uso doméstico indeterminado.*

Para esta categoria funcional o grupo CIGA definiu cinco variantes: bacio, braseiro, mealheiro, tampa e forma indeterminada (Bugalhão et alli, 2010: 461), sendo que na amostra em estudo apenas estão presentes as tampas (Estampa VIII), representadas por 80 exemplares (20 – 8%; 60 – 4%) o que corresponde 5% do total das cerâmicas exumadas. De realçar que a maioria das tampas estudadas (73) são em cerâmica comum.

As tampas destinavam-se a cobrir as bocas de recipientes, sobretudo de cozinha (panelas e caçoilas) ou de mesa (tigelas), podendo também ser utilizadas em objectos relacionados com o armazenamento e transporte (talhas e potes), ou em vasilhas de uso artesanal, etc. Apresentam uma forma sensivelmente achatada, podendo ter uma pequena pega no centro (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 133).

As tampas da amostra são diversificadas quer na forma, quer no acabamento, quer na ornamentação (Figuras 69 e 70). Do ponto de vista morfológico, estão presentes as tampas com bordos extrovertidos (12), introvertidos (1) e verticais (2), com lábios em aba (1), arredondados (3), biselados (1), com depressão para bordo (2) ou triangulares (8). Treze tampas apresentam corpo troncocónico invertido e apenas três corpo em calote esférica, sendo que as bases se apresentam planas (11). Oito tampas apresentam pega central, de secção circular (6) ou elíptica (1).

No que concerne os fabricos, as tampas do arrabalde inserem-se no *Fabrico 1* (2; 10), *Fabrico 2* (3; 0), *Fabrico 3* (1; 1), *Fabrico 4* (0; 1), *Fabrico 5* (2; 9), *Fabrico 6* (1; 5), *Fabrico 8* (4; 7), *Fabrico 9* (1; 8), *Fabrico 15* (1; 1), *Fabrico 16* (0; 1), *Fabrico 17* (1; 1), *Fabrico 18* (3; 8), *Fabrico 20* (1; 0), *Fabrico 21* (0; 7) e *Fabrico 22* (0; 2).

Para o acabamento das superfícies, foi escolhido o engobe/aguada, de coloração amarela (2), castanha (3) ou vermelha (13) e o vidrado melado (1) ou verde (1) para a superfície interna, sendo que para a superfície exterior, a escolha recaiu sobre o

engobe/aguada, de coloração amarela (2), castanha (2), cinzenta (4) e vermelha (9) (num dos exemplares não foi possível aferir a coloração), estando também presentes o vidrado melado (1) e o vidrado verde (1).

Apenas três apresentam ornamentação na superfície interna: uma apresenta digitações no corpo, outra apresenta linha incisa na pega central e um terceiro exemplar ostenta traços realizados a pintura a branco no corpo e no lábio. Seis exemplares de tampa apresentam ornamentação na superfície externa: motivos geométricos e fitomórficos realizados por incisão (2), dispostos no corpo (2) ou no lábio (1), três exemplares apresentam motivos geométricos e indeterminados dispostos no corpo (2), no lábio (1) e na pega central (1) e realizados a pintura a branco. Destaque para uma tampa com motivos geométricos realizados a pintura a mangânês sobre vidrado melado, a qual apresenta pequenos orifícios circulares, dispostos em triângulo, para saída do vapor.

8.4.2.6. *Objectos de uso agrícola e artesanal.*

Entre os objectos de uso agrícola e artesanal encontramos formas como o alcatruz, a barra, o bocal de poço, o disco, a tina, o tinteiro, a trempe, o vaso, bem como a caldeira, o condensador e o tubo de alambique (Bugalhão et alli, 2010: 461). Porém, destas formas, apenas o alcatruz está presente na Bela Fria, sendo que incluímos nesta forma funcional os pesos de rede e de tear (Estampa IX).

Os alcatruzes estão ligados à extracção/abastecimento de água através da elevação do precioso líquido. Apresentam forma fechada cilíndrica e estavam atados à nora através de cordas presas nos sulcos presentes no seu corpo (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 133).

Foram exumados do arrabalde da Bela Fria 62 alcatruzes em cerâmica comum (5 – 2%; 57 – 4%), que correspondem a 4% do total das cerâmicas estudadas (Figura 71). Do ponto de vista dos fabricos, estes alcatruzes enquadram-se no *Fabrico 1* (0; 1), *Fabrico 2* (0; 1), *Fabrico 5* (0; 14), *Fabrico 8* (3; 9), *Fabrico 9* (0; 2), *Fabrico 14* (1; 0), *Fabrico 15* (0; 8), *Fabrico 16* (0; 1), *Fabrico 17* (0; 5), *Fabrico 18* (0; 8), *Fabrico 19* (0; 2), *Fabrico 21* (0; 4) e *Fabrico* (1; 0).

Os alcatruzes da Bela Fria apresentam bordo extrovertido (1), lábio triangular (1), colo troncocónico invertido curvo (1), corpo bitroncocónico invertido (1), troncocónico invertido (1) ou cilíndrico (1) e base em bico (2) ou plana (1). Do ponto de vista do acabamento das superfícies, estão presentes os engobes/aguadas de coloração amarela

(1), indeterminada (2) e vermelha (2) na superfície interna, e de coloração amarela (1), castanha (1), cinzenta (1), indeterminada (1) e vermelha (1) na superfície externa. Três exemplares apresentam o corpo canelado.

Os dois pesos de rede eram utilizados nas redes de pesca e apresentam formas distintas: um é circular, o outro piriforme (Figura 72). No que respeita o fabrico, um enquadra-se no *Fabrico 1* e o outro no *Fabrico 12*, sendo que as superfícies de ambos foram revestidas com engobe/aguada de coloração amarela (1) e cinzenta (1).

No que concerne os pesos de tear, só foram identificados três exemplares em cerâmica comum. Destes, dois foram afeiçoados a partir de fragmentos cerâmicos e ostentam dois orifícios circulares para passar o fio do tear. O único exemplar que não consiste no reaproveitamento de fragmento de peça pré-existente é enquadrável no *Fabrico 18*, apresentando as superfícies revestidas a engobe/aguada de coloração castanha.

8.4.2.7. *Objectos de uso lúdico e ritual.*

O grupo CIGA definiu para esta forma funcional, objectos como a pedra de jogo, a pia de abluções, o tambor e forma indeterminada (Bugalhão et alli, 2010: 462), estando o tambor ausente no registo arqueológico da Bela Fria (Estampa X). Optámos por integrar nesta função as miniaturas, ainda que estes objectos não reúnem consenso entre os investigadores. Uns defendem que se podem tratar de brinquedos, outros há que não aceitam esta funcionalidade, colocando hipóteses tão distintas como exercícios de destreza do oleiro ou amostras em miniatura de materiais disponíveis na olaria (Gómez Martínez, 2001b: 150).

Na Bela Fria foram identificadas três miniaturas: um fundo de ânfora (?), uma jarrinha e um bule (?). Todos os exemplares apresentam marcas de torno e cozedura oxidante, sendo enquadráveis no *Fabrico 1*, no *Fabrico 2* e no *Fabrico 3*.

No que concerne o acabamento das superfícies, todos os objectos apresentam engobe/aguada em ambas as superfícies, sendo que na superfície interna, estão presentes o amarelo, o castanho e o vermelho, e na superfície externa o amarelo (2) e o vermelho. Quer a miniatura de bule, quer a miniatura de jarrinha, apresentam caneluras no corpo.

As pedras de jogo consistem em peças de forma circular, obtidas pelo afeiçoamento de fragmentos cerâmicos (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 134). Estes objectos eram utilizados em jogos, como o *alquerque de nove* ou o *jogo do moinho* (entre outros) (Catarino et ali, 2007), sendo que os tabuleiros estariam

desenhados no chão das casas ou em lajes de xisto. Tal como já foi mencionado, apesar destes tabuleiros se encontrarem documentados no Gharb al-Andalus e do elevado número de pedras de jogo recolhido (55 – 3%), não foi encontrado qualquer tabuleiro no arrabalde da Bela Fria.

Considerando que se tratam de um aproveitamento de peças partidas, optámos por não enunciar os fabricos e demais aspectos descritos para as restantes formas, uma vez que essa informação se reporta à peça original e não ao objecto final (pedra de jogo). Contudo, podemos afirmar que apenas cinco exemplares apresentam vidro melado em ambas as superfícies e dois exemplares apresentam vidro melado ou verde apenas na superfície externa (Figura 73).

De realçar, porém, que seis pedras de jogo apresentam restos de pintura a branco (Figura 74), dezasseis foram realizadas a partir de fragmentos de telha (Figura 75), cinco reutilizam fragmentos de louça de cozinha, três reutilizam fragmentos de louça de mesa (um deles um pé de bolacha), um reutiliza um fragmento de cântaro e, por último, um reutiliza um fragmento de talha com estampilha indeterminada. De destacar, ainda o exemplar CSM314 por ser o único que não apresenta forma circular, mas sim, de losango⁹⁰ (Figura 76).

As pias de abluções serviam para a realização das abluções diárias, fossem elas de carácter religioso ou meramente higiénico. Apenas foram recolhidos dois exemplares desta forma, ambos em cerâmica vidrada.

Um dos exemplares foi realizado a molde (Figura 77), enquadra-se no *Fabrico 4*, tendo sido aplicado engobe/aguada amarelo na superfície externa e vidro verde na superfície interna. Do ponto de vista morfológico, apresenta bordo introvertido, lábio triangular e corpo troncocónico invertido. Na superfície interna e no lábio apresenta motivos geométricos, arquitectónicos e indeterminados feitos através de incisão, excisão e estampilhagem.

O segundo exemplar, um fragmento de bojo, enquadra-se no *Fabrico 9*, apresenta vidro melado na superfície interna e motivos indeterminados realizados em corda seca total na superfície externa (Figura 78).

⁹⁰ Segundo informação recolhida junto de Susana Gómez existem paralelos para esta pedra de jogo em Vascos, mas datados do século XI.

8.4.2.8. *Materiais de construção.*

Nesta forma funcional, o grupo CIGA incluiu as variantes cano/atanor, ladrilho, telha, tijolo e forma indeterminada (Bugalhão et alli, 2010: 462), sendo que na Bela Fria foram recolhidos canos e telhas (Estampa XI).

O cano consiste num tubo cilíndrico que se destinava a formar canalizações (*Ibidem*, 462), podendo estar associados à nora existente no arrabalde, cuja existência se encontra atestada pela presença dos alcatruzes. O cano apresenta forma fechada, cilíndrica, e base vazada, de forma a proporcionar o encaixe no cano seguinte.

Apenas existem três canos em cerâmica comum no arrabalde de Tavira (Figuras 79 e 80). Estes apresentam bordos introvertidos (2) e lábios arredondados (1) ou planos (1). Os colos são troncocónicos rectos (2) e os corpos cilíndrico (3), terminando numa base vazada (2). Um dos exemplares apresenta um remate relativamente globular.

Dois dos canos pertencem ao *Fabrico 20*, estando ainda presente o *Fabrico 17*. No que concerne os acabamentos, todos os objectos têm as superfícies revestidas com engobe/aguada de coloração vermelha no interior e de coloração castanha (1) e vermelha (2) no exterior.

No conjunto das cerâmicas exumadas na Bela Fria foram contabilizados 81 fragmentos de telhas e apenas uma telha inteira. O diminuto número de telhas recolhidas e o seu elevado grau de fragmentação poderá traduzir uma pilhagem destes materiais após o abandono do arrabalde.

A telha inteira integra-se no *Fabrico 8*, apresenta corpo semi-cilíndrico, formando uma meia cana, sendo que uma das extremidades é mais estreita que a sua oposta. Apresenta indícios de cozedura irregular o que lhe conferiu coloração pouco uniforme nas superfícies revestidas a engobe/aguada.

Foi ainda recolhido um fragmento de ladrilho e um fragmento de uma possível tégula.

8.4.2.9. *Indeterminados.*

Foram ainda individualizados quatro objectos cujo estado de preservação não permitiu identificação da forma funcional em que se integram ou do tipo de objectos que seriam (Tabela 4).

Estes fragmentos integram-se no *Fabrico 1*, *Fabrico 2*, *Fabrico 4* e *Fabrico 17*. Três deles são em cerâmica comum, apresentando a superfície interna revestida a

engobe/aguada de coloração amarela e vermelha (2) e engobe/aguada de coloração amarela (1) e castanha (2) na superfície externa.

O outro exemplar apresenta a superfície externa parcialmente vidrada a verde, apresentando também engobe/aguada de coloração amarela, e engobe/aguada, de coloração castanha, na superfície interna.

Todos eles apresentam ornamentação na face externa. Um apresenta caneluras no corpo, um segundo exemplar conjuga, no corpo, caneluras com motivos fitomórficos estampilhados, um terceiro exemplar apresenta excisões no colo e o quarto motivos fitomórficos e geométricos, ambos feitos por incisão, no corpo.

8.4.3. *Os acabamentos.*

Como já foi mencionado, as cerâmicas da amostra apresentam alguma diversidade nas soluções escolhidas pelo oleiro como acabamento das peças, nomeadamente os vidrados monocromáticos ou os engobe/aguadas, por vezes associados a brunidos ou espatulados (Tabelas 5 a 8).

De realçar que, tal como Susana Gómez afirma, a complexidade do acabamento é proporcional à qualidade das peças (2006: 513), não sendo por isso de estranhar o número reduzido de indivíduos com acabamento grosseiro na amostra em estudo (84 na superfície interna e 200 na superfície externa).

8.4.3.1. *Alisado.*

O alisado é um procedimento comum, associado à modelagem da peça. Trata-se de proceder ao alisamento e regularização das superfícies da peça ainda húmida recorrendo aos dedos, a uma cana ou madeira, ou até mesmo a uma pele curtida. De realçar que o alisado serve de base à aplicação de aguadas, engobes, pinturas ou vidrados (*Ibidem*, 513)

Uma vez que a maioria das peças com engobe foram previamente alisadas, optámos por englobá-las na categoria engobe/aguada, com excepção de treze exemplares (dois nas peças individualizadas) em que o alisado se encontrava menos perfeito, nomeadamente num alguidar e na superfície externa da telha.

8.4.3.2. Engobes e aguadas.

O engobe é uma mistura de agente colorante (óxidos) com barbotina (barro líquido contendo um elevado teor de água), a qual tem uma função impermeabilizante, para além de ornamental (Martins e Ramos, 1992: 96), sendo que na sua forma mais líquida se denomina de aguada. A aplicação desta argila muito decantada e líquida é feita previamente à cozedura, quer através da imersão da peça, quer através da pincelagem, quer por derrame ou por incrustação (introdução do engobe em incisões feitas na peça) (*Ibidem*, 96; Gómez Martínez, 2006: 514-515).

Nas cerâmicas da Bela Fria o engobe/aguada é o tratamento de superfície mais frequente. Nas peças individualizadas, este tipo de acabamento está presente na superfície interna de 199 exemplares (78%) e na superfície externa de 198 exemplares (79%). No que concerne as restantes cerâmicas, o engobe/aguada foi utilizado na face interna de 17934 fragmentos e na face externa de 17636 exemplares.

No que respeita a cor dos engobes/aguadas, apenas foram contabilizadas as colorações das peças individualizadas. Assim, verificou-se que na sua grande maioria foram utilizados os vermelhos (103 – 52% na superfície interna e 74 – 37% na superfície externa), os castanhos (40 – 20% na superfície interna e 54 – 27% na superfície externa), os amarelos (24 – 12% na superfície interna e 33 – 17% na superfície externa), os cinzentos (5 – 3% na superfície interna e 21 – 11% na superfície externa), os rosas (8 – 4% na superfície interna e 5 – 3% na superfície externa) e os brancos (2 – 1% na superfície interna e 3 – 2% na superfície externa), sendo que, em alguns casos não foi possível aferir a coloração do engobe (17 – 9% na superfície interna e 9 – 5% na superfície externa).

8.4.3.3. Brunido.

O brunido, técnica recorrentemente utilizada em época almóada, não é mais que um polimento das superfícies da peça, após secagem da mesma, utilizando para o efeito um objecto liso e duro (*Ibidem*, 514; Martins e Ramos, 1992: 98). O objectivo deste polimento é a impermeabilização das superfícies, não sendo por isso de estranhar a sua presença no interior das formas abertas de cozinha, nomeadamente, nos alguidares e nas caçoilas (Gómez Martínez, 2006: 514).

À semelhança do que acontece em Mértola, é nas caçoilas e alguidares do arrabalde da Bela Fria que foi utilizado o brunido que, aliado ao engobe,

impermeabilizou a superfície interna de dois alguidares e de quatro caçoilas, a superfície externa de um cântaro e ambas as superfícies de uma tigela. Para além destas peças, o brunido foi ainda utilizado numa pedra de jogo, claramente reaproveitada de um fragmento de uma peça ligada, possivelmente, ao uso culinário.

No que diz respeito aos fragmentos cerâmicos não individualizados, o brunido (aliado ao engobe/aguada) está presente na superfície interna de 1259 fragmentos e na superfície externa de 56 fragmentos.

8.4.3.4. *Espatulado*

Para a realização da técnica do espatulado é necessário o uso de uma espátula (ou objecto similar) de forma a alisar a superfície, com o objectivo de reforçar a resistência térmica da peça, evitando o aparecimento de gretas durante a secagem da peça. Desta forma, o espatulado é utilizado com frequência na parte inferior da peça, complementado com o alisado na parte superior da mesma (*Ibidem*, 514).

Na amostra em estudo, o espatulado foi utilizado na superfície interna de cinco peças e na superfície externa de duas. Quer na taça, quer nas três caçoilas e nos dois alguidares, o espatulado foi aplicado sobre engobe, sendo que num dos alguidares está associado, também, a brunido.

No que respeita a superfície externa, o espatulado foi a solução utilizada em apenas duas peças, uma caçoila com engobe e nas paredes engobadas de um cântaro brunido.

Relativamente aos fragmentos cerâmicos, esta técnica foi utilizada na superfície interna de dez exemplares e na superfície externa de dois fragmentos.

8.4.3.5. *Vidrado*

A técnica do vidrado consiste no revestimento das superfícies da peça com uma capa de vidro (*Ibidem*, 515). O objectivo deste acabamento é, uma vez mais, a impermeabilização da peça, protegendo-a contra a deterioração e facilitando a sua limpeza (*Ibidem*, 515; Martins e Ramos, 1992: 96). Por outro lado, o vidrado auxilia na preservação dos alimentos guardados ou cozinhados na peça, uma vez que evita a alteração dos mesmos pelo contacto com o barro (Gómez Martínez, 2006: 514).

A aplicação do vidrado pode ser realizada após a secagem e antes da cozedura ou após esta última, implicando, neste caso, uma nova cozedura (Martins e Ramos, 1992:

96). De realçar que a cozedura de peças vidradas implica maiores cuidados na mesma, nomeadamente para evitar que as peças se colem por encosto, sendo necessária a escolha de vidrados que requeiram o mesmo tempo de cozedura que as pastas evitando, desta forma, a abertura de fissuras no vidro (*Ibidem*, 96).

Este tipo de acabamento é também utilizado como ornamentação das peças pelo que os exemplares vidrados pertencem, muitas vezes ao serviço de mesa. Porém, com os almóadas esta técnica começa a ser aplicada também à louça de cozinha, muitas das vezes sem um carácter ornamental (Gómez Martínez, 2006: 515, 516).

No que respeita a cor do vidro, esta depende dos óxidos que o constituem e da cozedura. Na amostra em estudo foi utilizado o vidro branco (obtido com uma mistura de areia, sal e água com estanho e chumbo fundido numa mufla), o vidro melado (obtido com uma mistura de chumbo, óxido de ferro, areia e sal fundidos e posteriormente triturados e dissolvidos em água) e o vidro verde (obtido com uma mistura de chumbo, óxido de cobre, areia e sal fundidos e posteriormente triturados e dissolvidos em água) (*Ibidem*, 572-573).

Contudo, e apesar de se tratar de um “mero” acabamento, não se pode afirmar que na escolha da cor do vidro não existe uma intenção (*Ibidem*, 574). A escolha da coloração do vidro estará relacionada com a simbologia das cores no mundo islâmico, estando cada uma delas associada a um conjunto de ideias (Zozaya Stabel-Hansen, 1999: 455). O verde representa a vegetação paradisíaca e as Vestes do Profeta, simbolizando desta forma o mundo vegetal e a noção de Paraíso, estando ainda associado às ideias de fecundidade e riqueza (*Ibidem*, 455). O melado, designado por Zozaya de “oro para pobres”, simboliza o âmbar, a *Terra da árvore Tuba* e, consequentemente, a riqueza e o Paraíso (*Ibidem*, 454 – 455). No que concerne o branco, este representa entre outras, a ideia de Deus, de ancianidade, de pureza e de luz do céu (*Ibidem*, 455).

No que respeita a amostra em estudo, o vidro melado e o vidro verde foram utilizados recorrentemente nas superfícies, quer internas, quer externas das peças da Bela Fria. No que concerne a superfície interna, o vidro melado (29) foi mais aplicado que o verde (13), sendo que na superfície externa, a diferença atenua-se (melado 29; verde 22) (Tabelas 9 e 10). O uso de vidro a branco é claramente residual estando presente na superfície interna de quatro exemplares e na superfície externa de dois.

No que concerne os conjuntos cerâmicos estudados, o vidro melado é o mais frequente na superfície interna, estando presente em 1111 fragmentos, seguido do vidro verde (283), do branco (154) e do castanho (11). De realçar que 126 exemplares

que apresentam vidrado na superfície externa encontram-se revestidos a engobe/aguada na superfície interna (Tabela 11).

Na superfície externa destes fragmentos foi utilizado vidrado melado (897), verde (228), branco (109) e castanho (10), sendo que 391 exemplares que apresentam vidrado na superfície externa encontram-se revestidos a engobe/aguada na superfície interna (Tabela 12).

O claro predomínio do vidrado melado é consistente com os dados de outros sítios arqueológicos uma vez que, tal como Susana Gómez afirma, o melado é a cor mais utilizada na cerâmica islâmica vidrada (2006: 574), ainda que, a partir de época almóada, sejam mais frequentes os vidrados monocromáticos verdes (*Ibidem*, 574). De realçar que neste período a distribuição dos vidrados melados nos sítios do Alentejo e do Algarve é essencialmente urbana, ainda que nesta última região exista um maior equilíbrio na distribuição territorial (Catarino et alli, no prelo). Tal como a cerâmica vidrada a melado, também a cerâmica vidrada a verde é mais frequente nos centros urbanos.

No que concerne as formas, a utilização do vidrado encontra-se presente nas tigelas (13), candeias (8), talhas (6), bilhas (5), jarrinhas (3), caçoilas (3) e taças (2), mas também, nos cântaros (1), copos (1), jarras (1), panelas (1) e em três formas indeterminadas (3). De realçar, ainda, as cinco peças de jogo, duas pias de abluções e duas tampas, uma das quais ornamentada com pintura a manganês.

8.4.4. *A ornamentação.*

Desde o neolítico que os oleiros ornamentam as cerâmicas com motivos mais ou menos elaborados, mais ou menos carregados de simbolismo. De facto, e como defendem Retuerce e Zozaya, a ornamentação assume-se como uma das mais importantes expressões culturais de uma sociedade, manifestando, inclusive, a ideologia de uma cultura (cfr. Gómez Martínez, 2006: 517).

Considerando os pressupostos defendidos por Zozaya, optámos pelo termo ornamentação em detrimento do termo decoração. Para este autor, não existe decoração antes da época contemporânea, sendo que a ornamentação das peças anteriores ao século XIX *siempre tiene el carácter de símbolo*, constituindo uma mensagem expressa através de sinais/símbolos (cfr. *Ibidem*, 517).

Ainda que imbuída de ideologia e simbolismo, o verdadeiro significado da ornamentação é-nos, muitas vezes, inacessível, uma vez não pertencemos à cultura que

a produziu. Os motivos epigráficos apresentam-se como a ornamentação de mais fácil leitura, ainda que seja possível que parte da sua simbologia permaneça desconhecida.

De realçar que, tal como em Mértola e noutros sítios arqueológicos (e por uma questão de lógica), a ornamentação encontra-se no anverso das peças, isto é, no interior das formas abertas e no exterior das formas fechadas, estando ausente no reverso ou, quando existe, é executada com recurso a técnicas “menores” (*Ibidem*, 520-521).

Na amostra em estudo, 27 peças apresentam ornamentação na face interna e 126 na superfície externa, sendo que apenas seis apresentam ornamentação em ambas as superfícies. No que concerne os fragmentos, 256 apresentam ornamentação na face interna e 2285 na face externa.

8.4.4.1. Técnicas.

Para a ornamentação das cerâmicas da Bela Fria foram utilizadas diversas técnicas, das mais simples, como as caneluras e as incisões, até às mais elaboradas, como as estampilhas, a corda seca total ou ornamentação recortada/excisa, entre outras. De realçar, ainda a diversidade do repertório ornamental presente no arrabalde.

8.4.4.1.1. Pintura.

A pintura é a técnica mais frequente nas cerâmicas do arrabalde da Bela Fria, tendo sido utilizada, no que às peças individualizadas diz respeito, 14 vezes na superfície interna e 41 vezes na superfície externa. Nos fragmentos cerâmicos, está presente na superfície interna de 206 e na superfície externa de 2267 exemplares.

A técnica da pintura é bastante simples de executar. Consiste na aplicação na peça crua, mediante pincel ou outro utensílio, de barbotina colorida com minerais/óxidos, os quais se fixam na peça após a cozedura (Martins e Ramos, 1992: 97 e Gómez Martínez, 2006: 554).

A forma do traço pode ser executada com pinceladas finas, médias ou grossas (*Ibidem*, 556 – 557), podendo ainda ser realizada por impressão digital (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 325).

Do ponto de vista cromático, na superfície interna foi utilizada a pintura a vermelho (6), a branco (3) e a preto (1), sobre engobe/aguada, e a manganês (4) sobre superfície vidrada. No que concerne os fragmentos, foi utilizado o manganês (84), o verde (7) e o indeterminado/alterado (1) nas peças vidradas, e o branco (95), o preto (1)

e o vermelho (11), nas peças com engobe/aguada, sendo que em sete exemplares não foi possível aferir a coloração da pintura.

Na superfície externa foram executados motivos a branco (27), a vermelho (12) e a preto (1), sobre engobe/aguada, e a manganês (1) sobre vidrado. Relativamente aos fragmentos em cerâmica comum, foi utilizado o branco (2000), o preto (67) e o vermelho (177), sendo que em oito exemplares não foi possível determinar a coloração utilizada. No que respeita as peças vidradas, foi utilizado o manganês (13) e o verde (1) e o indeterminado/alterado (1).

A primazia da pintura a branco na ornamentação das cerâmicas da Bela Fria é coerente com os dados de outros sítios arqueológicos, uma vez que na cerâmica do sudoeste peninsular o branco é a cor mais utilizada (Gómez Martínez, 2006: 555), tendo grande importância como expressão da olaria autóctone medieval (*Ibidem*, 556). De facto, a cerâmica pintada a branco é considerada o elemento mais distintivo da cerâmica do Gharb, sendo um por isso um dos indicadores da presença de ocupação islâmica (Catarino *et alli*, no prelo).

8.4.4.1.2. Estampilha.

É no decurso do período almorávida que surge esta técnica ornamental, apesar de ser em época almóada que ganha maior expressão, sobretudo nos espaços urbanos do Gharb (Catarino *et alli*, no prelo). Esta técnica consiste na aplicação de um molde, matriz ou estampilha (previamente elaborado) que deixa impressos motivos na peça ainda verde (Khawli, 1993: 67; Martins e Ramos, 1992: 97; Gómez Martínez, 2006: 525). Para facilitar a impressão da estampilha, sobretudo nas talhas de pasta grosseira, é aplicada uma capa de argila semilíquida, sem elementos não plásticos, de forma a proporcionar uma superfície lisa e uniforme (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2002: 33; Gómez Martínez, 2006: 525).

Esta camada para aplicação da estampilha, com espessuras variáveis, está presente em seis das talhas estampilhadas e no fragmento de pia de abluções. As restantes peças não apresentam esse pormenor técnico: a jarra e as tigelas porque a sua pasta fina e depurada não carece desse tratamento prévio, enquanto numa das talhas as fracturas não permitem avaliar se a peça teve ou não essa camada preparatória.

Três exemplares apresentam estampilhas na face interna e doze exemplares (um pertence às cerâmicas estudadas por conjunto com motivo imperceptível) apresentam estampilhas na superfície externa.

8.4.4.1.3. Caneluras.

A ornamentação com caneluras não tem merecido a concordância dos investigadores. Se uns há que afirmam a existência de “decoreção canelada” (Martins e Ramos, 1992: 97), outros afirmam que a qualidade ornamental do “estriado” é duvidosa, ainda que a sua funcionalidade não seja excessivamente grande (Gómez Martínez, 2006: 519).

As caneluras são realizadas durante a moldagem da peça (quando esta já adquiriu a sua forma definitiva), dotando-a de estrias horizontais (*Ibidem*, 519; Martins e Ramos, 1992: 97). Não nos parece coerente o dispêndio de tempo a realizar caneluras sem que estas tenham um objectivo concreto, seja ele funcional, ornamental, ou outro.

Susana Gómez Martínez aborda esta questão, afirmando que as caneluras poderão funcionar como reforço estrutural da peça, sobretudo durante a cozedura e, em simultâneo, facilitar a tarefa de agarrar as peças (2006: 519). Caso fosse uma questão estrutural, não estariam as caneluras presentes em mais peças? No que respeita a hipótese das caneluras facilitarem o manuseamento das peças, se essa fosse a sua funcionalidade, porque razão os alcatruzes da amostra possuem caneluras? Também não nos parece evidente o carácter ornamental das caneluras num objecto com a funcionalidade do alcatruz.

Uma vez que as questões em torno das caneluras são de difícil resolução, admitimos um duplo carácter para as mesmas, isto é, as caneluras terão um carácter funcional e, simultaneamente, um carácter ornamental.

As caneluras estão presentes em 35% das cerâmicas individualizadas, o que corresponde a 58 indivíduos, sendo que a mesma técnica está presente em 2088 fragmentos (cerâmicas não individualizadas). Do ponto de vista das formas, as caneluras foram utilizadas nas jarrinhas (13), panelas (11), caçoilas (8), cântaros (5), alcatruzes (3), tigelas (3), talhas (2) e copos (2), mas também no fogareiro e no bule (1), entre outros.

8.4.4.1.4. Incisão.

A cerâmica com decoreção incisa, mais frequente no período califal-taifa, parece reduzir-se nos períodos subsequentes, cingindo-se essencialmente aos espaços urbanos, sendo de produção local/regional (Catarino *et alli*, no prelo). Esta é uma das técnicas ornamentais de execução mais simples, consistindo na realização de incisão/incisões

com recurso a objecto afilado (*Ibidem*, 522; Martins e Ramos, 1992: 97). As incisões são realizadas com o barro ainda fresco, quando este já perdeu parte da sua plasticidade e imediatamente antes da peça ser introduzida no forno (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 319).

Na realização desta técnica os objectos mais utilizados são as facas e os punções de ponta fina (*Ibidem*, 319) ou grossa (Gómez Martínez, 2006: 522), bem como os pentes de madeira (Orton, Tyers e Vince, 1997: 104). O pente utiliza puas geralmente mais finas que o punção (Gómez Martínez, 2006: 522), sendo utilizado *a mano alzada, haciendo girar lentamente la pieza sobre el torno* (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 319), produzindo várias linhas perfeitamente paralelas (Gómez Martínez, 2006: 522).

A incisão está presente na superfície interna de quatro objectos e na face externa de 32 exemplares, nomeadamente em panelas (10), caçoilas (4), tampas (4), tigelas (3) e jarrinhas (2), mas também num cantil, num copo e numa bilha, entre outros. Nos fragmentos não individualizados a incisão encontra-se na face interna de 48 exemplares e na face externa de 971 exemplares.

8.4.4.1.5. *Excisão.*

A ornamentação excisa consiste em levantar o barro da superfície crua da peça com recurso a um objecto cortante, como seja um punção ou uma faca, estando fundamentalmente associada a contentores de fogo (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 277).

Talvez devido à sua escassa utilização na cerâmica islâmica, esta técnica ornamental foi utilizada de forma claramente residual nas cerâmicas presentes no arrabalde da Bela Fria, estando presente, apenas, na superfície interna de uma das pias de abluções e na superfície externa de duas peças individualizadas.

8.4.4.1.6. *Impressão.*

Os cordões impressos são característicos de peças de grandes dimensões como as talhas e os alguidares (*Ibidem*, 278). Na verdade, estes cordões não são mais que as marcas deixadas pela corda utilizada para evitar a deformação das peças durante a secagem mas não deixam de conter um valor ornamental (*Ibidem*, 278). Estas impressões estão presentes nos lábios de dois alguidares, estando ainda presentes em oito fragmentos não individualizados.

8.4.4.1.7. *Aplicações plásticas.*

As aplicações plásticas são elementos não estritamente funcionais que são aplicados na peça e que conferem um *valor añadido* à peça (Gómez Martínez, 2006: 550). Apesar de pouco frequentes nos períodos anteriores e de se tratarem de produções locais/regionais, as aplicações plásticas estão presente em todo o Gharb, atingindo maior expressão em época almóada (Catarino et alli, no prelo).

Estas aplicações assumem, sobretudo, duas formas distintas, os mamilos e os cordões digitados (Gómez Martínez, 2006: 550 – 551), mas podem também consistir em elementos zoomórficos como os que surgem nas asas das talhas (*Ibidem*, 552) ou até mesmo antropomórficos, como acontece no *Vaso de Tavira*, peça que conjuga tanto elementos zoomórficos como antropomórficos (Maia, 2004: 144 – 145; Torres, 2004).

Nesta técnica ornamental não incluímos as designadas “costillas” das caçoilas, uma vez que estas possuem um carácter mais utilitário que ornamental, funcionando como reforço estrutural das paredes do objecto (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 338) e como irradiadores de calor (Gómez Martínez, 2006: 550).

No arrabalde da Bela Fria esta técnica ornamental foi utilizada em duas tigelas e em seis fragmentos não individualizados.

8.4.4.1.8. *Corda seca.*

A técnica da *corda seca* consiste em realizar a pincel, com óxidos de ferro ou manganês misturados com gordura, desenhos, sendo os espaços circunscritos preenchidos com vidro tingido com óxidos coloridos (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 340). Durante a cozedura, o manganês e a gordura transformam-se numa espécie de cinza que impede que os diferentes óxidos se misturem (Gómez Martínez, 2002: 14).

Nas cerâmicas do arrabalde em estudo, esta técnica ornamental apenas está presente na face interna de uma forma indeterminada (Figura 81) e na face externa de uma pia de abluções. Que tenhamos conhecimento, no actual território português apenas está documentada a produção de *corda seca* parcial na região de Lisboa (Bugalhão e Gómez Martínez, 2005: 259), bem como de *corda seca* total (Catarino et alli, no prelo) com cronologias anteriores à do arrabalde da Bela Fria, pelo que se supõe que as peças de Tavira, à semelhança do que acontece com as peças de Mértola e de outros locais do Gharb, sejam importadas de outros centros produtores de *corda seca* do al-Andalus, nomeadamente, Toledo, Saragoça, Dénia, Badajoz, Múrcia, Málaga e Almeria (Déléry,

2002: 43). No período almóada, a ocorrência de corda seca total é exclusivamente urbana (Catarino *et alli*, no prelo).

8.4.4.1.9. Louça dourada.

A louça dourada pode ser considerada um artigo de luxo, quer pelo seu valor decorativo quer pelo seu elevado custo derivado da dificuldade de obtenção do efeito de reflexo metálico (Gómez Martínez, 1997: 137).

A técnica do dourado consiste na aplicação, sobre vidro estanífero, de uma solução em vinagre de óxidos de prata e cobre, bem como de peróxido de ferro, cinábrio e enxofre, sendo necessária uma segunda cozedura com temperaturas inferiores a 650°, a qual deve ser em ambiente redutor (*Ibidem*, 138; Martínez Caviro, 1991: 336). Após esta segunda cozedura, e uma vez que a peça apresenta uma camada escura resultante do fumo da cozedura, a cerâmica é esfregada até aparecer o dourado (Gómez Martínez, 1997: 138). A coloração final das superfícies da peça varia consoante a quantidade dos óxidos utilizados, sendo que o dourado é obtido pela igual proporção de cobre e de prata, o cinzento metálico com maior quantidade de prata e o vermelho metálico se a mistura apresentar maior porção de cobre (*Ibidem*, 138).

A cor dourada da cerâmica encontra-se muitas vezes associada a outras técnicas ornamentais (*Ibidem*, 138), nomeadamente as impressões a molde, como é o caso dos três exemplares recolhidos na Bela Fria, sendo que um deles não integra o presente estudo por ter sido exumado em contexto pouco seguro (Figura 82).

Tal como acontece com as cerâmicas ornamentadas com a técnica da *corda seca*, também os exemplares de louça dourada serão importados de outros pontos do al-Andalus, estando presentes apenas em contextos urbanos (Catarino *et alli*, no prelo). Ibn Sa'id al-Magribi menciona a produção de louça dourada, em meados do século XIII, em Múrcia, Málaga e Almeria, tendo a arqueologia comprovado a sua produção em Jerez de la Frontera e Calatrava la Vieja (*Ibidem*, 139). De realçar, ainda, que a presença em Mértola de fragmentos de peças realizadas com o mesmo molde, uma das quais com defeitos de cozedura evidentes, está a ser interpretada como possível indício de uma produção local (*Idem*, 2001b: 126).

8.4.4.2. *Motivos*

O repertório ornamental presente nas cerâmicas exumadas na Bela Fria é relativamente diversificado, variando os motivos consoante o tipo de forma, de acabamento das superfícies e técnica ornamental.

No que concerne a pintura sobre engobe/aguada e, à semelhança do que acontece em Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 325 – 332) e em Mértola (Gómez Martínez, 2006: 557 – 559), estão presentes os motivos geométricos (bandas rectas e onduladas, espirais e retículas, realizadas a pincel, e traços digitais horizontais e verticais) e vegetalistas (espigas e palmetas) (Estampa XII). A pintura sob/sobre vidro apresenta motivos geométricos (traços, espirais, bandas rectas, sogas e semicírculos secantes) com paralelos em Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 335, 337), em Mértola (Gómez Martínez, 2006: 581) e em Cercadilla (Córdoba) (Fuertes Santos, 2010: 473 n.º 2), estando ainda presentes motivos fitomórficos (Estampa XII).

A estampilha é a técnica que apresenta maior diversidade no que respeita os motivos (Estampa XII). Assim, estão presentes os motivos geométricos, nomeadamente rede de rombos⁹¹, rede de rombos com ponto central⁹², trança de vários laços ou sogas⁹³ e círculos concêntricos⁹⁴. No que concerne os motivos vegetalistas, estão presentes as espigas ou *hojas de helecho*⁹⁵, folhas enroscadas em forma de S⁹⁶, palmetas⁹⁷, palmetas emparelhadas⁹⁸ e rosetas⁹⁹.

⁹¹ Com paralelos em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 163 n.º 71; 164 n.º 72), Salir (Catarino, 1992: 27) e Silves (Gonçalves e Khawli, 2008: 184 n.º 7).

⁹² Com paralelos em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 123 n.º 25; 125 n.º 27), Cercadilla (Fuertes Santos, 2010: 497 n.º 2; 682 n.º 1), Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 286 n.º 1), Faro (Paulo, 2002: 49) e em Silves (Gomes, 1991: 398 Figura 23 G7 e Gonçalves e Khawli, 2008: 185 n.º 12).

⁹³ Apresentando semelhanças com estampilhas identificadas em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 178 n.º 89; 262 n.º 172), Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 292 n.º 6), Mértola (Khawli, 1993: 68), Tavira (Tomás, 2003: 26) e Silves (Gomes, 2008: 79 Figura 15 R10; *Idem*, 2003: 257).

⁹⁴ Com paralelos em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 253 n.º 164), Cacela Velha (Álvaro Sanchez, 2001: 166), Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 282 n.º 1, 2, 3), Mértola (Torres *et alli*, 1991: 518 n.º 50; 519 n.º 53; 522 n.º 61), S. Bento Velho (Catarino, 1997/1998: 1227) e Silves (Gomes, 1991: 396 Figura 14 n.º 1; *Idem*, 2003: 234; *Idem*, 2008: 76 Figura 8 n.º 1 e 2 e Gonçalves e Khawli, 2008: 188 n.º 21).

⁹⁵ Com paralelos em Plasencia – Cáceres (Matesanz Vera e Sánchez Hernández, 2001: 289 Figura4) e semelhanças com estampilhas de Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 232 n.º 143; 251 n.º 162; 252 n.º 163) e Silves (Gomes, 2008: 76 Figura 10 F12 e Gonçalves e Khawli, 2008: 189 n.º 23).

⁹⁶ Com semelhanças com exemplares de Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 128 n.º 30; 136 n.º 38), Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 305 n.º 4), Mértola (Khawli, 1993: 68) e Silves (Gomes, 2008: 76 Figura 10 F27).

⁹⁷ Com paralelos em Alcácer do Sal (Carvalho, 2008: 39), Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 185 n.º 96) e Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2008: 167 n.º 10).

⁹⁸ Com paralelos em Loulé (Luzia, 2003: 51).

Para além destes elementos foram identificados motivos de cariz arquitectónico, como os arcos polilobulados¹⁰⁰, geométricos combinados com outro tipo de motivos, nomeadamente, elementos vegetistas inscritos em geométricos entrelaçados¹⁰¹, motivos fitomórficos geometrizados, como o quadripétalo geometrizante¹⁰², motivo epigráfico inscrito em geométrico, como *al-yumn* (اليمن) inscrito em estrelas de oito pontas entrelaçadas¹⁰³ e motivos epigráficos simples, nomeadamente *al-mulk* (كملا)¹⁰⁴ e *barakat arrahmân* (تكرب الرحمان)¹⁰⁵

O uso da epigrafia nas estampilhas denota um forte simbolismo profilático, destinado a evitar a corrupção do conteúdo (Gómez Martínez, 2001a: 66). Apenas o motivo *al-yumn* aparece em letra cursiva, sendo representada com preenchimento vegetalista, tal como acontece em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2002: 69), estando as outras expressões realizadas em cúfico. De realçar que o tipo de letra utilizado pode ser útil na datação, uma vez que a escrita cursiva surge no al-Andalus nos finais do século XII (Rosselló Bordoy, 2008: 64).

A expressão *al-mulk* é um dos motivos epigráficos mais utilizados nas cerâmicas (Martínez Enamorado, 2002: 77). Este motivo, muito frequente nas estampilhas de época almóada (*Ibidem*, 77), está presente em duas talhas da Bela Fria. O seu significado, “o poder”, recorda ao bom crente a onipotência divina, ainda que seja apenas uma forma abreviada da expressão completa: *al-mulk li-llāhi* – “o poder é de Deus” (*Ibidem*, 77). Este motivo epigráfico foi identificado em cerâmicas estampilhadas de Algeciras (*Ibidem*, 77), Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 307), Mértola (Gómez Martínez, 2006: 529) e Silves (Gonçalves e Khawli, 2008: 178), entre outros sítios arqueológicos.

Ainda que designe genericamente “a felicidade”, *al-yumn* pode significar, também, “boa sorte” e “prosperidade”, motivo pelo qual está muitas vezes associado a motivos de estrela (Martínez Enamorado, 2002: 79), tal como acontece no exemplar exumado no arrabalde de Tavira. Esta expressão surge no período almóada, sendo a

⁹⁹ Com paralelos em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 105 n.º 7; 203 n.º 114; 243 n.º 156) e Silves (Gomes, 1991: 396 Figura 14 n.º 4; *Idem*, 2003: 288 e Gonçalves e Khawli, 2008: 187 n.º 16).

¹⁰⁰ Com semelhanças com arcos polilobulados identificados em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 141 n.º 43; 150 n.º 55) e Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 311 n.º 1).

¹⁰¹ Com semelhanças com estampilhas de Silves (Gonçalves e Khawli, 2008: 182 n.º 1).

¹⁰² Com paralelos em Mértola (Khawli, 1993: 64, 68) e Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2008: 165 n.º 2).

¹⁰³ Com paralelos em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 260 n.º 170) e Mértola (Khawli, 1993: 68).

¹⁰⁴ Com paralelos em Algeciras (Torremocha Silva e Oliva Cózar, 2003: 127 n.º 29) e Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 307 n.º 1).

¹⁰⁵ Sem paralelos conhecidos.

expressão mais utilizada nas estampilhas dessa época (*Ibidem*, 79). Cerâmicas estampilhadas com *al-yumn* foram identificadas em Algeciras (*Ibidem*, 79), Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 306), Mértola (Gómez Martínez, 2006: 529), Silves (Gonçalves e Khawli, 2008: 178) e no Convento da Graça de Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2008: 158), entre outros sítios arqueológicos.

A expressão *barakat arrahmân* significa a “bênção do Clemente”. Arrahmân corresponde ao segundo nome de Deus a seguir ao de Allâh, o que justifica a sua utilização recorrente nas invocações divinas, quer seja de forma isolada ou acompanhando o nome de Allâh, como na basmallah (bismi allâh arrahman arrahîm (em nome de Deus, o Clemente e Misericordioso). A expressão desta estampilha continua a ser utilizada nos países islâmicos (pelo menos em Marrocos) após a tomada de uma decisão individual (ou colectiva) e para concretizá-la diz-se – ou reza-se – بركة على الرحمان ('alâ barakat arrahmân: com a bênção do Clemente)¹⁰⁶.

Na sua grande maioria, a ornamentação realizada com recurso à técnica da incisão (Estampa XII) consiste na simples incisão horizontal, realizada durante o fabrico a torno, definindo o colo ou o corpo da peça. Para além destas incisões horizontais¹⁰⁷, estão ainda presentes meandros incisos¹⁰⁸ e bandas de linhas onduladas realizadas a pente em peças com engobe/aguada. Nas peças vidradas estão patentes motivos fitomórficos (palmetas) e arquitectónicos.

Em Silves, Mértola e Cádiz encontramos paralelos para os motivos realizados a pente (Gomes, 2006: 87; Gómez Martínez, 2006: 522; Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 320) sendo que neste último local também encontramos paralelos para as palmetas incisas (*Ibidem*, 324).

No que concerne a excisão apenas um dos exemplares permitiu aferir o motivo realizado. Trata-se de um motivo arquitectónico presente numa pia de abluções e que apresenta paralelos em Silves (Gomes e Gomes, 2001: 104) e em Tavira – BNU (Maia, 2003: 308).

Outra das técnicas presentes na Bela Fria são as aplicações plásticas, tendo sido utilizada na aplicação de mamilos nos lábios de duas tigelas, com paralelos em Mértola (Gómez Martínez, 2006: 550).

¹⁰⁶ Agradecemos a Abdallah Khawli a tradução deste motivo epigráfico bem como as informações sobre esta expressão, sua utilização e significado.

¹⁰⁷ Presentes em sítios como Alcácer do Sal (Paixão e Carvalho 2001), Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005), Loulé (Luzia, 2003), Mértola (Gómez Martínez, 2006), Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2010), Silves (Gomes, 2003: 390), entre outros.

¹⁰⁸ Com paralelos em Beca (Cavilla Sánchez-Molero, 2002), Cádiz (*Idem*, 2005), Mértola (Gómez Martínez, 2006),

Apenas motivos fitomórficos foram realizados com recurso à técnica da corda seca total, o mesmo acontecendo com os fragmentos de louça dourada a molde. O único exemplar que parece ter ornamentação esgrafitada apresenta motivos geométricos. A dimensão reduzida dos fragmentos ornamentados com estas três técnicas não permite que se encontrem paralelos.

8.4.5. *Defeitos de fabrico.*

Algumas das cerâmicas estudadas, quer tenham sido individualizadas ou não, apresentam defeitos de fabrico. O grupo CIGA define como defeitos de fabrico a cozedura irregular, a deformação das peças, as marcas de trempe, o vidrado colado a outra peça no forno, a escorrência de vidrado para o exterior do desenho e o vidrado incompleto (Bugalhão et alli, 2010: 465).

O defeito mais frequente nas cerâmicas da Bela Fria é a cozedura irregular, estando presente em 57 dos 255 exemplares individualizados e em catorze indivíduos que aproveitam fragmentos de peças preexistentes (pedras de jogo e um peso de tear). Destaque ainda para dez exemplares cuja pasta vitrificou devido a excesso de calor durante a cozedura. Oito exemplares apresentam deformações, as quais podem ter ocorrido durante a secagem mas, sobretudo, durante a cozedura.

Os restantes defeitos presentes nas cerâmicas do arrabalde estão relacionados com o vidrado, nomeadamente escorrências (14) e pingos (3; 12) de vidrado, vidrado incompleto (9), mal distribuído (1) ou pouco uniforme (1), coloração do vidrado irregular (1), vidrado apresentando grânulos (1) e vidrado colado a outra peça no forno (1). Apenas um exemplar apresenta marcas da trempe, a qual ficou colada no vidrado aquando da vitrificação dos óxidos que constituem o vidrado.

8.4.6. *Alterações pós-fabrico.*

O grupo CIGA definiu diversas alterações pós-fabrico, nomeadamente, concreções, cortada/burilada, deteriorada, grafitos, patine, perfurada, queimada e reparada (gatos) (*Ibidem*, 467).

No que concerne as concreções elas estão presentes em 97 peças individualizadas e na face interna de 1506 fragmentos e na face externa de 1050 fragmentos. Oito fragmentos não individualizados apresentam concreções verdes, o que poderá significar que os mesmos estiveram em contacto com dejectos orgânicos (latrina ou fossa séptica).

A maioria das concreções são pós-deposicionais, contudo algumas reflectem o uso dos objectos (20), nomeadamente os depósitos de carbonato de cálcio presentes dez alcruzados, ou no interior das talhas (2).

São cinquenta e sete as peças cortadas/buriladas e correspondem às cinquenta e cinco pedras de jogo e aos dois pesos de tear. Nove exemplares apresentam-se deteriorados, sendo que 149 fragmentos não individualizados apresentam erosão da superfície interna e 529 ostentam a mesma patologia na superfície externa.

No que respeita as peças individualizadas 45 apresentam as superfícies queimadas, sendo que em oito dos casos se tratam de marcas de fogo pós-deposicionais. Apenas quatro exemplares apresentam perfurações que não correspondem a gatos, sendo que 24 objectos foram alvo de reparação, quatro dos quais se encontram individualizados.

As restantes alterações enunciadas pelo grupo CIGA não foram identificadas na Bela Fria.

8.4.7. *Paralelos formais.*

O panorama cerâmico do período almóada, do ponto de vista tipológico, é muito variado e ao mesmo tempo homogéneo (Catarino *et alli*, no prelo). Assim, verifica-se que algumas formas estão presentes em todos os sítios arqueológicos, como é o caso da caçõila dita de *costillas* (*Ibidem*). Não é, pois, de estranhar que as cerâmicas do arrabalde da Bela Fria tenham paralelos formais com Cádiz (Cavilla Sánchez-Molero, 2005), Mértola (Gómez Martínez, 2006), Loulé (Luzia, 2003) e Silves (Gomes, 1991; Gonçalves, 2009b), entre outros.

9. Conclusão.

Uma vez que a presente dissertação possui uma componente teórica e outra prática, optámos por dividir a conclusão em duas partes, uma relativa a Tavira e outra relativa às principais conclusões do estudo das cerâmicas do arrabalde da Bela Fria.

A primeira ocupação humana da colina de Santa Maria teve lugar durante a Idade do Bronze (Maia, 2003a: 42). Os vestígios da Idade do Ferro são mais abundantes, demonstrando evidentes contactos com a colonização fenícia ocidental (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008: 125). A importância do núcleo populacional levou à construção, em finais do século VII a.n.e., de uma imponente muralha de filiação fenícia dotada de casamatas e passadiços (*Ibidem*, 121). Nos inícios do século III a.n.e., a colina genética de Tavira é abandonada (Maia, 2008: 60), por motivos até hoje desconhecidos.

Após uma ausência de cerca de 14 séculos (Corvo, 2008: 20), no decurso do século XI, novas populações voltam a fixar-se nesta colina. Ainda que o mais antigo vestígio islâmico encontrado em Tavira seja datado dos finais do século X, até ao momento a arqueologia apenas constatou a existência de níveis datados do século XI.

Os vestígios islâmicos mais antigos (Planta 1) localizam-se na face virada a Sul-Sudeste da colina genética, na antiga agência do BNU (Maia, 2004: 143) e na Pensão Castelo (Endovélico: Tavira - Pensão Castelo), pelo que julgamos que aqui se localizaria o núcleo primitivo, a *qarya* (alcaria) mencionada por al-Idrîcî (Domingues, 2003: 342), a qual estava protegida por um *hisn*, mencionado por Ibn Çâhib al-Çalâ também no século XII (*Ibidem*, 343).

Entre os finais do século XI e os inícios do século XII, o núcleo populacional expande-se a outras áreas da colina (Planta 2), nomeadamente para a zona do Solar dos Corte Reais (Maia, 2005a: 9) e do Palácio da Galeria (Maia, 2005b: 4), existindo continuidade na ocupação na área do BNU (Maia, 2004: 143) e da Pensão Castelo (Basílio, Neves e Almeida, 2006: 107-108).

O aumento populacional e o crescimento económico, bem como as novas dimensões da *qarya*, levaram a que Tavira fosse dotada de muralhas, em meados do século XII, sendo que parte das estruturas habitacionais do BNU foi sacrificada para a construção desta estrutura defensiva (Maia e Maia, 2002: 69).

É esta estrutura defensiva que oferece resistência aos almóadas, sendo Tavira submetida, após três cercos, aos novos senhores do Andalus. É sob o governo deste Império Africano que Tavira atinge o seu auge, adquirindo o estatuto de *mādina*

(cidade) e, em cerca de trinta anos, afirma-se como capital de um distrito, superando a antiga capital, Faro (Khawli, 2003: 131; Tahiri, 2003: 151).

Os avanços da cristandade reflectiram-se em Tavira de duas formas. Por um lado, a chegada de novas populações levou à construção de novas áreas residenciais, um bairro intramuros (Convento da Graça), e dois arrabaldes, o da Bela Fria e o do Orfeão (Cavaco e Covaneiro, 2009: 442; Assunção, 2007: 39) (Planta 3). Por outro lado, são realizadas obras de reforço da muralha, materializadas na construção de uma barbacã e da maioria das torres, sendo ainda construídos novos troços de muralha, os quais resultaram no aumento da cintura defensiva (Maia, 2003: 160; Maia, 2006b: 48).

O crescimento do núcleo urbano e da importância da cidade, trouxe a Tavira, pela primeira vez, os homens detentores do conhecimento, estando atestada a presença de dois os *'ulamā'* (ulemas – sábios) em época almóada (Mazzoli-Guintard, 2000: 129 – 130).

Tal como em Mértola (Gómez Martínez *et alli*, 2009: 409), o castelo domina estrategicamente as movimentações fluviais e terrestres, sendo ainda possível observar a Ria Formosa e o mar. No que concerne o espaço urbano intra-muros, Tavira enquadra-se no *Tipo 3 – Cidade de colina* definido por Mazzoli-Guintard (2000: 71). O tipo três inclui as cidades situadas no topo ou nos flancos de uma colina de pendente modesta e em que a muralha adopta o traçado das curvas de nível, sendo que o ponto mais elevado contém o reduto fortificado, pelo que a alcáçova dominava o território circundante (*Ibidem*, 71).

A alcáçova de Tavira enquadra-se no *Tipo 3 – Habitat permanente muito mal conhecido e sem vida quotidiana possível* definido pela mesma investigadora (*Ibidem*, 170). Este tipo caracteriza-se pela proximidade à mesquita aljama, pela ausência de albacar e por uma localização central e, eventualmente, elevada em relação ao povoamento (*Ibidem*, 170).

O acesso ao interior da cidade era feito através das três portas existentes na muralha: a Porta da Vila, a Porta do Postigo e a Porta da Alfeição (Paulo, 2006: 188). A medina organizava-se, possivelmente, em torno de duas grandes vias que davam acesso a ruas secundárias e becos (*Ibidem*, 188), muitas vezes estreitas e de traçado sinuoso como ainda se pode verificar em algumas zonas do centro histórico de Tavira.

No interior da muralha, a medina reunia as principais funções urbanas, como a sede do poder político, a *qasaba* (alcáçova); a mesquita aljama e o *al-yāmi' wa-l-suq* (mercado), que constituíam o pólo essencial da sociabilidade urbana; e o *hammam* (banhos) (Mazzoli-Guintard, 2000: 105, 194, 300).

Por motivos religiosos e de higiene, os banhos públicos eram um elemento fundamental da estrutura urbana¹⁰⁹ (Martins, 2009: 51), estando esta estrutura mencionada no Foral Afonsino (Paulo, 2006: 127). Até ao momento desconhece-se a localização desta importante infra-estrutura urbana, mas é possível que esta se localizasse nas proximidades da Porta da Vila, no local onde até ao século XVIII funcionaram os banhos públicos da cidade, sendo o abastecimento de água assegurado pela nascente da Colina de Santa Maria e que ainda hoje abastece a Fonte da Praça (Ibidem, 127-128).

O *hammam* teria ao dispor dos seus frequentadores serviços de massagens e de barbearia (Catarino 1997/98: 107), estando apetrechado com quatro salas: *al-bayt al-maslaj* (espaço de vestiário e descanso); *al-bayt al-bārid* (sala fria, que também poderia servir de vestuário), *al-bayt al-wastānī* (sala intermédia dotada de água tépida) e *al-bayt al-sajūn* (sala quente) (Mazzoli-Guintard, 2000: 194).

Ainda que até ao momento ainda não tenha sido localizado, à semelhança do que é habitual no mundo islâmico, o cemitério de Tavira localizar-se-ia, certamente, fora de portas, possivelmente ladeando as vias que dão acesso ao interior da cidade, diferenciando desta forma dois grandes espaços que a muralha urbana separa: o espaço dos mortos e o espaço dos vivos (Ibidem, 90).

Para além dos dois arrabaldes já conhecidos, de carácter habitacional, a cidade certamente estaria dotada de outros arrabaldes ligados às actividades marítimas, nomeadamente a pesca e o comércio, possivelmente localizados a jusante da ponte (Torres e Macias, 1998: 213).

A vocação comercial de Tavira encontra-se atestada desde, pelo menos, a Idade do Ferro (Barros, 2003: 73). Ao porto de Tavira, em época islâmica, chegariam os mais variados produtos vindos dos mais diversos pontos do al-Andalus, nomeadamente cerâmicas provenientes de centros produtores do al-Andalus, como sejam cerâmicas ornamentadas com a técnica da *corda-seca* ou a louça dourada a molde. Para além do porto, o comércio de média e longa distância estaria relacionado com a presença de tercenas (*dār al-sinā'a*) (Mazzoli-Guintard, 2000: 111), as quais, até ao momento, não foram identificadas, mas que possivelmente se localizariam na desembocadura do Gilão (Maia, 2008: 74).

A estrutura portuária serviria ainda para escoar a produção da cidade, nomeadamente os excedentes das duas hortas que abasteciam a cidade. Estas duas hortas encontram-se mencionadas no Foral Afonsino de Tavira [(...) *a horta que foi de*

¹⁰⁹ A presença do *hammam* era comum, inclusivamente, nas zonas rurais (Catarino 1997/98: 107).

Abenfabilla, e por outro lado a horta que o Bispo tem (...) (Vasconcelos, 1999: 31)], sendo possível recuperar a sua localização através da análise de toponímia local, Horta do Bispo e Horta d’El-Rei, uma vez que estas permaneceram como hortas até ao século XX (Figura 83).

A presença de moeda cristã em contextos islâmicos, nomeadamente dinheiros de D. Sancho II presentes no arrabalde da Bela Fria e no Solar dos Corte Reais (Maia, 1999: 10), atesta a existência de trocas comerciais entre cristãos e muçulmanos.

Após a conquista cristã de Tavira em 1242, ocorrem algumas transformações no centro urbano, sendo a mesquita convertida em Igreja de Santa Maria do Castelo. O espaço do arrabalde da Bela Fria parece ter sido ocupado até finais do século XIII ou inícios do século XIV¹¹⁰, sendo posteriormente abandonado. No século XVI, como se pode verificar pela análise da Planta do Marquês de Heliche, não existem quaisquer vestígios de construções, sendo o espaço utilizado como horta até meados do século XX, altura em que começa a ser urbanizado (Anica, 1993: 79-80) (Figura 83).

Parte do arrabalde identificado no Orfeão foi convertido em Mouraria, a qual se distribuía pelas actuais Rua António Viegas, Rua das Olarias, Rua das Portas do Postigo, Rua dos Mouros e Rua das Cruzes (*Ibidem*, 84), sendo o bairro do Convento da Graça adaptado a Judiaria (Santana, 2001: 127) (Plantas 4 e 5).

Apesar das transformações, existem também algumas continuidades. Os banhos públicos de Tavira continuaram a ser utilizados até ao século XVIII (Vasconcelos, 1999: 93), sendo as Hortas d’El-Rei e do Bispo cultivadas até ao século XX, altura em que foram urbanizadas (Figura 83).

Para terminar, breves palavras sobre o estudo dos materiais cerâmicos exumados na Bela Fria. Segundo Orton, Tyers e Vince o estudo das cerâmicas pode proporcionar três tipos de informação, as quais foram obtidas com o estudo e análise dos materiais da Bela Fria: evidência para a datação do sítio arqueológico (ocupação tardo-almóada); evidência relativa ao comércio/relações comerciais (importação de “cerâmicas de luxo” de várias zonas do al-Andalus) e evidência sobre a funcionalidade e/ou *status* do espaço em estudo (contexto habitacional) (1997: 38).

Por outro lado, este estudo fornece ainda informações sobre a produção cerâmica local/regional, bem como sobre a produção cerâmica dos locais donde foi importada. No que concerne as cerâmicas de produção local/regional, verifica-se o predomínio da

¹¹⁰ Esta suposição tem por base algumas formas cerâmicas identificadas no arrabalde, as quais são claramente cristãs.

cerâmica comum em relação à cerâmica vidrada, das pastas castanhas/cinzentas sobre as restantes, e da cozedura oxidante relativamente às cozeduras redutora e mista.

Da análise geral dos materiais, e sobretudo com base na coloração das pastas, depreende-se que a maioria da louça de cozinha, dos objectos de iluminação e de uso doméstico, bem como os materiais de construção e a utensilagem agrícola e artesanal foram produzidos localmente, sendo que as talhas, cântaros e cantis, bem como parte da louça de mesa, foram importados de outros locais, possivelmente do Alentejo e do Algarve.

No que concerne as produções locais, uma grande percentagem de cerâmicas apresenta defeitos de fabrico, quer ao nível dos acabamentos, quer ao nível dos vidrados (escorrências e pingos), quer ainda ao nível das cozeduras (irregulares ou muito irregulares). Alguns dos exemplares apresentam um aspecto “tosco”, indiciando o pouco cuidado tido pelo oleiro no seu fabrico, muito possivelmente pelas escassas posses do “consumidor final”.

Ainda assim, não devemos considerar estes objectos como fruto de estádios produtivos primitivos, até porque são provenientes de contexto urbano onde existe um elevado nível de especialização por parte dos oleiros. Podemos pois estar perante dois tipos de produção, uma mais cuidada e que pode ter sido realizada por artesãos altamente especializados e que apenas são oleiros (como é o caso da tampa CSM 116) e outra desenvolvida pelos que se dedicam à olaria como complemento à sua actividade principal (como é o caso da jarrinha CSM 071).

Ainda que não tenham sido encontrados dejectos de produção nem estruturas associadas à produção cerâmica (como por exemplo o forno), a presença de um fogareiro deformado e sem marcas de utilização levanta a suspeita de que o arrabalde da Bela Fria albergava um oleiro. As suspeitas aumentam se considerarmos que as funções artesanais se localizavam frequentemente fora de portas e que a abundância de água facilitaria o desenvolvimento desta actividade.

Uma vez que a maioria das cerâmicas exumadas se enquadra na preparação e serviço de alimentos, podemos deduzir o carácter habitacional das estruturas escavadas, ainda que o arrabalde possua, também, uma função artesanal, deduzida da análise dos materiais não cerâmicos e da eventual correspondência do compartimento EF a um tanque.

10. Bibliografia

Fontes Cristãs.

Crónica de Cinco Reis de Portugal (1945) A. de Magalhães Bastos (ed.) Porto. Livraria Civilização.

Dicionários e Enciclopédias.

MACHADO, José Pedro (2003) – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 3.^a Edição. Lisboa. Livros Horizonte.

MAÍLLO SALGADO, Felipe (1996) – *Vocabulario de Historia Árabe e Islámica*. Madrid. Ediciones Akal.

Plantas.

Campo Arqueológico de Tavira – <http://arkeotavira.com/Mapas/Sande/Sande-Vasconcelos-300-net-f.jpg>

SÁNCHEZ RÚBIO, Rocio; TESTÓN NÚÑEZ, Isabel; SÁNCHEZ RÚBIO, Carlos M. (2004) – *Imágenes de un imperio perdido. El Atlas del Marqués de Heliche*. [online] Badajoz. 4 Gatos. [28.02.09] disponível em <http://4gatos.es/editorial/atlas-del-marques-de-heliche>

SILVA, Luís Fraga da (sd) – *Tavira Islâmica*. [online]. [27.01.09]. Disponível em <http://www.arqueotavira.com/arqueologia/tavira/atlas/TaviraII.pdf>

VASCONCELOS, José de Sande – *Borrão do Alçado da planta de Tavira : visto da parte do nascente pa. o occidente segundo a direcção e ordens d'Ilmo e Exmo. Senhor Conde de Val de Reys. Gor. e Capam*. [online]. [11.06.2011]. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512323.pdf

Recursos informáticos.

THOMANN, J. (1996) – Conversion of Islamic and Christian dates. [online]. [10.05.2011]. Disponível em <http://www.oriold.uzh.ch/static/hegira.html>

Islamic and Christian dating systems. [online]. [10.05.2011]. Disponível em <http://www.classicalislam.com/pages/history/dating.htm>

PORTUGAL. Igespar – **Endovélico** (Base de dados de Arqueologia). [online]. [13.06.2011]. Tavira BNU – Tavira. Disponível em <http://www.igespar.pt>

PORTUGAL. Igespar – **Endovélico** (Base de dados de Arqueologia). [online]. [13.06.2011]. Palácio Galeria – Tavira. Disponível em <http://www.igespar.pt>

PORTUGAL. Igespar – **Endovélico** (Base de dados de Arqueologia). [online]. [13.06.2011]. Parque de Festas – Tavira. Disponível em <http://www.igespar.pt>

PORTUGAL. Igespar – **Endovélico** (Base de dados de Arqueologia). [online]. [13.06.2011]. Pensão Castelo – Tavira. Disponível em <http://www.igespar.pt>

PORTUGAL. IHRU – **Sistema de Informação para o Património Arquitectónico**. [online]. [13.06.2011]. Muralhas do Castelo de Tavira Disponível em <http://www.monumentos.pt>

Relatórios de escavação.

ALMEIDA, Miguel e NEVES, Maria João (2004) – *Intervenção arqueológica preventiva. Rua da Liberdade 4-6 e Rua da Galeria 3-7*. Colaboração de Lília Basílio e Maria Teresa Ferreira. Exemplar policopiado.

ASSUNÇÃO, Gustavo (2007) – *Relatório Final. Intervenção do logradouro do antigo Orfeão de Tavira*. Exemplar policopiado.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2009a) – *Calçada de Santa Maria. 2006 – 2007. Relatório Preliminar*. Exemplar policopiado.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2010) – *Ermida de S. Roque. Relatório Preliminar*. Exemplar policopiado.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (em elaboração) – *Calçada de Santa Maria. Relatório Final*. Exemplar policopiado.

MAIA, Maria Garcia Pereira (1999a) – *Relatório Intercalar das Escavações Realizadas no Centro Histórico de Tavira. Solar dos Corte Reais*. Exemplar policopiado.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2005a) – *Relatório Correspondente à Segunda Fase dos Trabalhos Arqueológicos nas Ruínas de Corte Reais*. Exemplar policopiado.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2005b) – *Relatório das sondagens arqueológicas realizadas pela Associação Campo Arqueológico de Tavira, no “Parque de Festas” antigo horto/logradouro do Palácio da Galeria*. Exemplar policopiado.

MATEUS, Brígida (2010) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Trabalhos de Arqueologia. Terreiro do Parguinho n.º 2 a 4, Tavira*. Exemplar policopiado.

SIMÃO, Inês e PINTO, Marina (2009) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Antigo Parque de Festas, Tavira*. Exemplar policopiado.

Artigos e Monografias.

AGOSTINHO, Frei João de Santo Agostinho (1792) – “Memoria sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve”. In. *Memorias de Litteratura Portugueza*. Lisboa. Tomo I. pp. 74 – 97.

ALMEIDA, Álvaro Duarte de e BELO, Duarte (2008) – *Portugal Património*. Rio de Mouro. Círculo de Leitores. vol. IX.

ÁLVARO SÁNCHEZ, Rocío (2001) – “Cacela (Algarve – Portugal) en el siglo XIII. Boceto para su estudio”. Universidad Complutense de Madrid. Departamento de Historia Medieval. Exemplar Policopiado.

ALVES, Adalberto (1999a) – *Portugal. Ecos de um Passado Árabe*. Colecção Lazúli. s.l. Instituto Camões.

ALVES, Adalberto (1999b) – “Ibn Qasî – Esse desconhecido”. In. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. (coord. de Maria da Graça Maia Marques). Lisboa. Colibri. pp. 88 – 90.

ANICA, Arnaldo Casimiro (1993) – *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira.

ANICA, Arnaldo Casimiro (2001) – *Tavira e o seu termo. Memorando Histórico*. Vol. II. Vila Real de S. António. Câmara Municipal de Tavira.

ANTUNES, Miguel Telles (1996) – “Alimentação de origem animal em regime islâmico – Alcaria Longa e casa II da alcáçova de Mértola”. In. *Arqueologia Medieval*. n.º 4. Porto. Edições Afrontamento. pp. 267 – 276.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de (1868) – *Relatório sobre o Cemitério Romano descoberto próximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*. [online]. [18.08.2011]. Lisboa. Imprensa Nacional. Disponível em <http://www.arkeotavira.com/Estudos/Relatorio-T-Aragao.pdf>

ARRUDA, Ana Margarida (2003) – “Tavira: Afirmção do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 51 – 56.

ARRUDA, Ana Margarida; COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2008) – “A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira”. In. *Xelb*. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 8. vol. I. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 117 – 135.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. vol. II. tomo 1. Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BARROCA, Mário Jorge (2003) – “Inscrição da Porta da Alfeição da Muralha de Tavira”. In. *Tavira. Território e poder*. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 314 – 315.

BARROS, Pedro (2003) – “As cerâmicas áticas de Tavira”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 73 – 75.

BARROS, Pedro (2007) – “Cerâmicas áticas de Tavira”. In. *Promontória Monográfica*. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular - As Idades do Bronze e do Ferro na Península Ibérica. Faro. 14 a 19 de Setembro de 2004. n.º 9. s.l. Centro de Estudos de Património. Departamento de História, Arqueologia e Património. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve. pp. 337 – 340.

BASÍLIO, Lília; NEVES, Maria João e ALMEIDA Miguel (2006) – “Os materiais cerâmicos da “Lixeira 2” da “Pensão Castelo” – Novos dados sobre a ocupação islâmica de Tavira”. In. *Xelb*. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 6. vol. II. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 105 – 114.

BERNARDES, João Pedro (2006) – “Existem pontes romanas do Algarve?”. In. *Actas das I.ªs Jornadas As vias do Algarve da época romana à actualidade*. s.l. Câmara Municipal de S. Brás do Alportel. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. pp. 14 – 18.

BUGALHÃO, Jacinta e GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2005) – “Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico”. In. *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. (coord. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina F. Fernandes). Câmara Municipal de Palmela. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 237 – 262.

BUGALHÃO, Jacinta *et alli* (Catarino, Helena; Cavaco, Sandra; Covaneiro, Jaquelina; Fernandes, Isabel Cristina; Gomes, Ana; Gómez Martínez, Susana; Gonçalves, Maria José; Grangé, Mathieu; Inácio, Isabel; Lopes, Gonçalo e Santos, Constança) (2010) – “Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-

Ândalus”. In. *Xelb*. Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 10. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 455 – 476.

CAEIRO, Óscar (2006) – “Pedras que falam – 31”. In. *Postal do Algarve*. 12 de Outubro. p. 9.

CARVALHO, António Rafael (2008) – *Alcácer do Sal no final do período islâmico (séculos XII-XIII): Novos elementos sobre a 1.ª Conquista Portuguesa*. Coleção Digital Elementos para a História de Alcácer. n.º 1. [online]. [17.08.2011]. Município de Alcácer do Sal. Disponível em. <http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Documents/Alcacer%20no%20Final%20do%20Periodo%20Islâmico.%20Elementos%20sobre%20a%201%20....pdf>

CATARINO, Helena (1992) – *Cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*. Catálogo do Museu Municipal de Arqueologia. Loulé. Câmara Municipal de Loulé.

CATARINO, Helena (1997/1998) – “ O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados”. In *al-'ulyã*. n.º 6. 3. vols. Loulé. Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Câmara Municipal de Loulé.

CATARINO, Helena (1999) – “A chegada dos Árabes à Península Ibérica: a invasão de Tarique em 711 e a ocupação do território”. In. Marques, Maria da Graça Marques (coord.) *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa. Edições Colibri. pp. 61 – 67.

CATARINO, Helena (2001) – “Castelos e território omíada na Kura de Ocsonoba”. In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 – 1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa. Edições Colibri. Câmara Municipal de Palmela. pp. 29 – 44.

CATARINO, Helena (2004) – “*A ocupação islâmica*”. In. *História de Portugal* (dir. João Medina). Vol. III. Amadora. Ediclube. pp. 267 – 349.

CATARINO, Helena; DIAS, Fernando e TEIXEIRA, Manuela (2007) – “Colecção de Tabuleiros de Jogos do Castelo Velho de Alcoutim (Alcoutim, Algarve)”. In. *Vipasca Arqueologia e História*. n.º 2. 2ª série. pp. 654-657.

CATARINO, Helena *et alli* (Bugalhão, Jacinta; Cavaco, Sandra; Covaneiro, Jaqueline; Fernandes, Isabel Cristina; Gomes, Ana; Gómez Martínez, Susana; Gonçalves, Maria José; Grangé, Mathieu; Inácio, Isabel; Lopes, Gonçalo e Santos, Constança) (no prelo) – “La céramique islamique du Ġarb al-Andalus: contextes socio-territoriaux et distribution”. In. *Atti del IX Congresso Internazionale AIECM2*. Università Ca' Foscari.

CAVACO, Sandra (2005) – “Estruturas defensivas da costa – Forte de Santo António, Forte do Rato, Forte da Ilha das Lebres”. In. *Roteiro do Património Arquitectónico e Militar de Tavira*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 27 – 28.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina e CANDÓN MORALES, Alicia (2006) – “O Cemitério da Ermida de Santa Ana, Tavira”. In. In *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Xelb 6*. Vol. I. Silves. Câmara Municipal de Silves. pp. 93 – 110.

CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (2008) – “Cerâmicas estampilhadas provenientes de Tavira”. In. *Xelb. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. n.º 8. Vol. II. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 155 – 168.

CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (2009) – “Um (novo) olhar sobre a Tavira Islâmica”. In. *Xelb. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. n.º 9. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 429 – 443.

CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (2010) – “Materiais cerâmicos provenientes de um silo do Bairro Almóada do Convento da Graça – Tavira”. In. *Arqueologia Medieval*. n.º 11. Porto. Edições Afrontamento. pp. 103 – 112.

CAVILLA SÁNCHEZ – MOLERO, Francisco (1992) – *La cerámica hispanomusulmana de Beca. (Los Caños de Meca, Barbate, Cádiz)*. Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

CAVILLA SÁNCHEZ – MOLERO, Francisco (2005) – *La cerámica almohade de la isla de Cádiz (Ŷazīrat Qāḍiz)*. Cádiz. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

COELHO, António Borges (1999) – *Para a História da Civilização e das Ideias no Gharb al-Andalus*. Coleção Lazúli. s.l. Instituto Camões.

COELHO, António Borges (2001) – “Mértola. Museu Islâmico”. In. *Museu de Mértola – Arte Islâmica*. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. pp. 11 – 15.

COELHO, António Borges (2005) – “Presença árabe em Portugal”. In. *Actas dos XI Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. vol. I. Cascais. Câmara Municipal de Cascais. pp. 11 – 27.

COELHO, António Borges (2008) – *Portugal na Espanha Árabe*. 3.ª edição. Lisboa. Editorial Caminho.

COELHO, António Borges (2010) – *Donde viemos. História de Portugal I*. Alfragide. Editorial Caminho.

CORREIA, Fernando Branco (1998) – “Fortificações islâmicas do Gharb”. In. *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 193 – 206.

CORREIA, Fernando Branco (2002) – “Fortificações Urbanas da Época Islâmica no Algarve”. In. *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: contributos para o futuro*. s.l. Comissão de Coordenação da Região do Algarve. pp. 81 – 90.

CORVO, Alberto (2008) – “Tavira litoral, território em mudança”. In. *Tavira, patrimónios do mar*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. p. 17 – 33.

COSTA, Paula M. C. Pinto (2003) – “Tavira nos séculos XII a XV – a ocupação cristã”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 183 – 203.

COSTA, João Paulo Oliveira e (2005) – *D. Manuel I*. Rio de Mouro. Círculo de Leitores.

COUTINHO, Valdemar (1997) – *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*. Faro. Algarve em Foco.

COUTINHO, Valdemar (2001) – “Sistema defensivo no litoral algarvio. Do Período Islâmico ao século XVIII”. In. Coutinho, Valdemar (coord.) *Dinâmica defensiva da costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*. s.l. Instituto de Cultura Ibero-Americana. pp. 63 – 73.

COUTINHO, Valdemar (2006) – “Estratégias defensivas na costa algarvia nos séculos XVI e XVII. O caso de Tavira”. In. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da modernidade*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 46 – 55.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2003) – “Tavira islâmica. Uma aproximação à vida quotidiana”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. p. 105-126.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2003) – “Capitel Islâmico (ficha de catálogo)”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 299.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2005) – “Casas islâmicas da Cerca do Convento da Graça – Tavira. Notícia Preliminar”. In. *Arqueologia Medieval*. n.º 9. Porto. Edições Afrontamento. pp. 77 – 82.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2009b) – “Osso trabalhado de época almóada (Tavira)”. In. *Xelb*. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 9. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 707 – 717.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2010) – “Gostos e Sabores, O caso do Convento das Bernardas (Tavira)”. In. *Xelb*. Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 10. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 635 – 654.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (no prelo 1) – “Um olhar sobre a Tavira Islâmica”. In. *Actas del II Encuentro Internacional: Pueblos y Alquerías del Aljarafe*. Umbrete. Sevilla.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (no prelo 2) – “Expression of taste or assertion of power. Imported ceramics in Tavira (Portugal) from XIV to XVII centuries”. In. *Atti del IX Congresso Internazionale AIECM2*. Università Ca' Foscari.

COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (no prelo 3) – “Breves apontamentos sobre a dieta alimentar em período islâmico (Tavira)”. In. *Arqueologia Medieval*. n.º 13. Porto. Edições Afrontamento.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra e LOPES, Gonçalo (2008) – “O Bairro Almóada do Convento da Graça (Tavira)”. In. *Promontoria Monográfica. Actas IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro. Setembro de 2004. n.º 11. Faro. Centro de Estudos do Património. Departamento de História, Arqueologia e Património. Universidade do Algarve. pp. 51 – 62.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra e LOPES, Gonçalo (2010) – “Importações cerâmicas de Tavira na Baixa Idade Média”. In. *Arqueologia Medieval*. n.º 11. Porto. Edições Afrontamento. pp. 113 – 120.

CRESSIER, Patrice (2005) – “Chapiteaux islamiques du Portugal (traditions, créations, importations)”. In. *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. (coord. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina F. Fernandes). Câmara Municipal de Palmela. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 175 – 194.

CRUZ HERNÁNDEZ, Miguel (1996) – *El islam de al-Andalus – Historia y estructura de su realidad social*. Madrid. Ediciones Mundo Árabe e Islam – Historia, Economía y Derecho.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da Cruz (2006) – “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do Norte de África no século XVI. Abertura de um estudo”. In. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da modernidade*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 20 – 45.

CURVELO, Alexandra e PAIS, Alexandre (2008) – “Ecos do Norte e do Levante. Tavira na intercepção das rotas comerciais e artísticas nos séculos XV – XVIII”. In. *Tavira, patrimónios do mar*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 94 – 105.

DÉLÉRY, Claire (2002) – “Alguns métodos de análise e de estudo da cerâmica de corda seca”. In. *Cerâmica em corda seca de Mértola*. Museu de Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. Câmara Municipal de Mértola. pp. 39 – 47.

DÉLÉRY, Claire (2006) - *Dynamiques économiques, sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du Xe siècle-première moitié du XIIIe siècle)*. Tese de doutoramento. Université de Toulouse II. Exemplar policopiado.

DOMINGUES, José Garcia (1997) – “Homens célebres de Lisboa na época árabe”. In. *Portugal e o al-Andalus*. Biblioteca de Estudos árabe. Lisboa. Hugin. pp. 167 – 182.

DOMINGUES, José Garcia (2003) – “Tavira na época árabe”. In. *Tavira. Território e Poder*. Lisboa. Câmara Municipal de Tavira. IPM. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 341 – 359.

ENCARNAÇÃO, José d' (2003) – “Quão importantes eram as gentes!...”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 95 – 104.

FABIÃO, Carlos (1994) – “As ânforas”. In. Nolen, Jeannette U. Smith – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 17 – 36.

FABIÃO, Carlos (2003) – “O Serro do Cavaco (Tavira)”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 77 – 81.

FARINHA, António Dias (2007) – “O Ribat na História”. In. *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*. Aljezur. Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur. Município de Aljezur. pp. 27 – 28.

FERNANDES, Carla Varela (2000) – *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*. Lisboa. Edições Colibri.

FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Ana (2005) – *Arquitectura no Algarve. Dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese*. [online]. [10.09.2011]. s.l. CCDR Algarve. Disponível em. http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdr-alg/files/File/documentos/Arquitectura_Algarve.pdf

FERNANDES, Maria Alice (2001) – “Toponímia algarvia de origem árabe”. In. Coutinho, Valdemar (coord.) *Dinâmica defensiva da costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*. s.l. Instituto de Cultura Ibero-Americana. pp. 21 – 33.

FONSECA, Luís Adão (1999) – “O Algarve da Reconquista à conjuntura depressiva do século XIV”. In. Marques, Maria da Graça Marques (coord.) *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa. Edições Colibri. pp. 115 – 122.

FUERTES SANTOS, María del Camino (2010) – *La Cerámica Medieval de Cercadilla, Córdoba. Topología, decoración y función*. s.l. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.

GAGO, Ana (2001) – “Itinerário Islâmico de Tavira”. In. Coutinho, Valdemar (coord.) *Centros Históricos de Influência Islâmica. Tavira. Faro. Loulé. Silves*. Anexo 1. s.l. Instituto de Cultura Íbero-Atlântica – Portimão. Campo Arqueológico de Mértola.

GARCIA, Cristina (2011) – “Cacela Velha no tempo de al-Idrisi a partir dos dados da arqueologia”. In. *Itinerários e Reinos. Uma descoberta do Mundo. O Gharb al-Andalus na obra do Geógrafo al-Idrisi*. Actas do Congresso Internacional Itinerante. s.l. Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. Fundação al-Idrisi Hispano Marroquina. pp. 193 – 201.

GOMES, Carlos Pinto e Ferreira, Rodrigo Paiva (2005) – *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira – Portimão)*. [online]. [10.09.2011]. s.l. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Disponível em http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdr-alg/files/File/documentos/Livro_Flora.pdf

GOMES, Mário Varela (2007a) – “Ibn Qasī – Vida e obra do mestre sufi da Arrifana”. In. *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*. Aljezur. Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur. Município de Aljezur. pp. 37 – 49.

GOMES, Mário Varela (2007b) – *Ibn Qasī – Memória, do pensamento e acção, do mestre sufi da Arrifana*. Separata da Revista Cultural do Município Aljezur “Al-Rihana” [2]. s.l. Junta de Freguesia de Aljezur.

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela (1981/83) – “Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossonoba”. In. *Nummus*. [online]. [20.08.2009]. 2.^a série. vol. IV, V e VI. Porto. Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 155 – 182. Disponível em <http://www.arkeotavira.com/Estudos/MoedasRR.pdf>

GOMES, Rosa Varela e GOMES Mário Varela (2001) – *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*. Catálogo da Exposição. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (1991) – “Cerâmicas almóadas do Castelo de Silves”. In. *Actas do IV Congresso Internacional “A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental”*. Lisboa 16 – 22 de Novembro de 1987. Campo Arqueológico de Mértola. pp. 387 – 403.

GOMES, Rosa Varela (2000) – “Projétil de funda – ficha de entrada de peça”. In *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português*. Palmela. Câmara Municipal de Palmela. p. 365.

GOMES, Rosa Varela (2003) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: A Alcáçova. Trabalhos de Arqueologia*. n.º 35. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (2006) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: O Núcleo Urbano. Trabalhos de Arqueologia*. n.º 44. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (2008) – “Iconografia vascular, dos séculos XII e XIII, de Silves”. In *Actas das 4^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. Câmara Municipal de Tondela. pp. 71 – 81.

GÓMEZ MARTINEZ, Susana (1997) – – “A loiça dourada de Mértola”. In *Arqueologia Medieval*. n.º 5. Porto. Edições Afrontamento. pp. 137 – 162.

GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2001a) – “A cerâmica islâmica de Mértola”. In *Arte Islâmica*. Museu de Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. Câmara Municipal de Mértola. pp. 63 – 69.

GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2001b) – “Catálogo – Cerâmica”. In *Arte Islâmica*. Museu de Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. Câmara Municipal de Mértola. pp. 105 – 167.

GÓMEZ MARTINEZ, Susana (2002) – “A cerâmica de corda seca de Mértola”. In *Cerâmica em corda seca de Mértola*. Museu de Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. Câmara Municipal de Mértola. pp. 7 – 37.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006) – *La cerámica islámica de Mértola: Producción y comercio*. [Online]. [28.12.2009]. Madrid. Servicio de publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://www.ucm.es>

GÓMEZ MARTINEZ, Susana *et alli* (Lopes, Virgílio; Torres, Cláudio; Palma, Maria de Fátima e Macias, Santiago) (2009) – “Mértola Islâmica. A madina e o arrabalde”. In *Xelb. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. n.º 9. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 405 – 427.

GONÇALVES, Maria José (2008) – *Silves Islâmica: a muralha do arrabalde oriental e a Dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Dissertação de Mestrado em Teoria e Métodos da Arqueologia. Universidade do Algarve. Exemplar policopiado.

GONÇALVES, Maria José (2009a) – “Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Ocidental”. In. *Xelb*. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 9. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 489 – 524.

GONÇALVES, Maria José (2009a) – “Utensílios do quotidiano de um arrabalde islâmico de Silves: análise preliminar da louça de cozinha”. In. *Xelb*. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 9. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 695 – 706.

GONÇALVES, Maria José e KHAWLI, Abdallah (2008) – “Um lote de cerâmica estampilhada da Silves Islâmica”. In. *Promontoria Monográfica*. Actas IV Congresso de Arqueologia Peninsular – A Ocupação Islâmica da Península Ibérica. Faro. Setembro de 2004. n.º 11. Faro. Centro de Estudos do Património. Departamento de História, Arqueologia e Património. Universidade do Algarve. pp. 175 – 192.

GUERREIRO, Luís R. (2001) – “Depredações, combates e capturas na costa do Algarve”. In. Coutinho, Valdemar (coord.) *Dinâmica defensiva da costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*. s.l. Instituto de Cultura Ibero-Americana. pp. 37 – 62.

HENRIQUES, António Castro (2006) – *Conquista do Algarve 1189 – 1249. O segundo Reino*. Lisboa. Tribuna da História. 2.ª edição.

JARA ANDÚJAR, Maria Dolores (1996) – “Los objetos de hueso”. In. Navarro Palazón, Júlio e Robles Fernandes, Alfonso (editores científicos). *Liétor. Formas de vida rurales en Šarq al-Andalus a través de una ocultación de los siglos X-XI*. Murcia. Centro de Estudios Árabes y Arqueológicos “Ibn Arabi”. Ayuntamiento de Murcia.

KHAWLI, Abdallah (1993) – “Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento da Mértola islâmica”. In. *Arqueologia Medieval*. n.º 2. Porto. Edições Afrontamento. pp. 63 – 78.

KHAWLI, Abdallah (2001) – “Mértola Islâmica: os dados dos textos árabes medievais”. In. *Museu de Mértola – Arte Islâmica*. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. pp. 25 – 41.

KHAWLI, Abdallah (2003) – “Tavira Islâmica. Novos dados sobre a sua história”. In. *Tavira Poder e Território*. Lisboa. Câmara Municipal de Tavira. IPM. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 131 – 146.

LOPES, Marco (2008) – “A pesca e a indústria do sal em Tavira à época medieval e moderna: receitas para o sucesso e prosperidade de uma terra algarvia”. In. *Tavira, patrimónios do mar*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 75 – 83.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel (2003) – “Los cristianos en Tavira. El dominio santiaguista”. In. *Tavira Poder e Território*. Lisboa. Câmara Municipal de Tavira. IPM. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 171 – 182.

LUZIA, Isabel (2003) – *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento – Loulé*. Loulé. Museu Municipal de Arqueologia de Loulé.

MACIAS, Santiago (1992) – “Resenha de factos políticos”. In. *História de Portugal*. (dir. de José Mattoso). vol. I. – *Antes de Portugal* (coord. de José Mattoso). Lisboa. Círculo de Leitores. pp. 417 – 429.

MACIAS, Santiago (1996) – *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)*. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola.

MACIAS, Santiago (1999a) – “O Algarve Islâmico – Resenha de factos políticos”. In. *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. (coord. de Maria da Graça Maia Marques). Lisboa. Colibri. pp. 75 – 82.

MACIAS, Santiago (1999b) – “Tavira”. In *Terras da moura encantada. Arte islâmica em Portugal*. Porto. Livraria Civilização Editora. pp. 129 – 132.

MACIAS, Santiago (2005) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola.

MACIEIRA, Isabel e MANTEIGAS, Rita (2008) – “A Ribeira de Tavira: dízimas... corda, mastros, remos... especiarias... carnes e versas”. In. *Tavira, patrimónios do mar*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 35 – 46.

MACIEL, M. Justino (2003) – “O território de Balsa na Antiguidade tardia”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 105 – 126.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1987) – “Uma Interpretação da Crónica da Conquista do Algarve”. In. *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. vol. I. Porto. Instituto Nacional de Investigação Científica. pp. 123 – 133.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993) – “D. Manuel I”. In. *História de Portugal*. (dir. de José Mattoso). vol. III. – *No Alvorecer da Modernidade* (coord. de Joaquim Romero de Magalhães). Lisboa. Círculo de Leitores. pp. 521 – 530.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2003) – “Tavira no Algarve do século XVI”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 213 – 220.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2006) – “Tavira nos séculos XVII – XVIII”. In. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da modernidade*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 12 – 19.

MAGALHÃES, Natércia (2008) – *Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas*. Letras Várias. Edições e Arte.

MAIA, Manuel (2003) – “Muralhas islâmicas de Tavira”. In: *Tavira Poder e Território*. Lisboa. Câmara Municipal de Tavira. IPM. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 155 – 162.

MAIA, Manuel (2005) – “Muralha islâmica e portuguesa”. In: *Roteiro do Património Arquitectónico e Militar de Tavira*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 12 – 16.

MAIA, Manuel (2006a) – “De Baesuris a Pax Júlia por Arannis”. In: *Actas das I.ªs Jornadas As vias do Algarve da época romana à actualidade*. s.l. Câmara Municipal de S. Brás do Alportel. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. pp. 39 – 45.

MAIA, Manuel (2006b) – “A Barbacã da Muralha de Tavira”. In: *Xelb. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. n.º 6. vol. I. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 41 – 50.

MAIA, Manuel (2008) – “Tavira e o mar em Época Islâmica”. In: *Tavira. Patrimónios do Mar*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira. pp. 68 – 74.

MAIA, Manuel e MAIA, Maria Garcia Pereira (2002) – “As Muralhas Medievais e Post Medievais de Tavira”. In: *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: contributos para o futuro*. s.l. Comissão de Coordenação da Região do Algarve. pp. 66 – 80.

MAIA, Maria Garcia Pereira (1999) – *Lendas das Mouras Encantadas de Tavira. Catálogo da Exposição*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira. Campo Arqueológico de Tavira.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2000) – “Tavira Fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C.”. In: *Fenícios y Território. Actas do II Seminário Internacional sobre Temas Fenícios*. [online]. [11.09.2010]. Disponível em <http://www.arkeotavira.com/Estudos/Tavira.pdf>

MAIA, Maria Garcia Pereira (2003a) – “O Bronze Final pré-fenício no concelho de Tavira”. In: *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 39 – 47.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2003b) – “Fenícios em Tavira”. In: *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 57 – 72.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2003c) – “Al-Tass – ficha de entrada de peça”. In:

Tavira. Território e poder. Catálogo da Exposição. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Tavira.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2004) – “O Vaso de Tavira e o seu contexto”. In. Gamito, Teresa (ed.) *Portugal, Espanha e Marrocos. O Mediterrâneo e o Atlântico. Actas do Colóquio Internacional.* Faro. Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Centro de Culturas Árabe, Islâmica e Mediterrânea. pp. 73 – 166.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2006) – “Tavira como um porto-santuário de influência fenícia”. In. *Xelb.* Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 6. vol. I. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 227 – 240.

MAIA, Maria Garcia Pereira (2008) – “Tavira e o Mar na Antiguidade”. In. *Tavira, patrimónios do mar.* s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 59 – 67.

MANTAS, Vasco Gil (2003) – “A cidade de Balsa”. In. *Tavira. Território e poder.* s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 85 – 94.

MARIN, Manuela (1993) – “Ollas y fuego: los procesos de cocción en los recetarios de al-Andalus y el Magreb”. In. *Arqueologia Medieval.* n.º 4. Porto. Edições Afrontamento. pp. 165 – 174.

MARQUES, José (1987) – “Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III”. In. *Actas das I jornadas de História Medieval do Algarve e da Andaluzia.* Lisboa. Câmara Municipal de Loulé. Universidade do Algarve.

MARQUES, Teresa (coord.) (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal. Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim.* Lisboa. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

MARTÍNEZ CAVIRÓ, Balbina (1991) – *Cerámica Hispanomusulmana.* Madrid. Ediciones El Viso.

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio (2002) – “Epigrafia meriní. Lectura y documentación de las inscripciones sobre cerámica estampillada del Museo Municipal de Algeciras”. In. Torremocha Silva, António e Oliva Cózar, Yolanda (editores científicos) *La cerámica Musulmana de Algeciras. Producciones estampilladas. Estudios y Catálogo.* Algeciras. Fundación Municipal de Cultura “José Luís Cano”. p. 73 – 85.

MARTINS, Artur e RAMOS, Carlos (1992) – “Elementos para a análise e descrição de produções cerâmicas”. In. *Vipasca. Arqueologia e História.* n.º 1. Aljustrel. Câmara Municipal de Aljustrel. pp. 91 – 101.

MARTINS, Susana Palma (2009) – *Evolução urbana da cidade de Tavira. Entre a fundação e o fim da Idade Moderna*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Universidade de Coimbra. Exemplar policopiado.

MASUD, Muhammad Khalid (1994) – “Food and the notion of purity in the Fatāwā literature”. In. *La alimentación en las culturas islámicas. Una colección de estudios editados por Manuela Marín y David Waines*. Madrid. Ediciones Mundo Árabe e Islam – Historia, Economía y Derecho. pp. 89 – 110.

MATESANZ VERA, Pedro e SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Cristina (2001) – “Intervención Arqueológica en el Convento de San Vicente Ferrer de Plasencia (Cáceres): cerámicas de los siglos XIII a XV”. In. *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa. IPPAR. Junta de Extremadura. pp. 283 – 309.

MATTOSO, José (1993a) – “Dois séculos de vicissitudes políticas. A conquista do Alentejo”. In. *História de Portugal*. (dir. de José Mattoso). vol. II. – *A Monarquia Feudal (1096-1480)* (coord. de José Mattoso). Lisboa. Círculo de Leitores. pp. 123 – 124.

MATTOSO, José (1993b) – “Dois séculos de vicissitudes políticas. As relações como o reino de Castela”. In. *História de Portugal*. (dir. de José Mattoso). vol. II. – *A Monarquia Feudal (1096-1480)* (coord. de José Mattoso). Lisboa. Círculo de Leitores. pp. 136 – 139.

MATTOSO, José (2001) – “A crise muçulmana do século XII (1151)”. In. *Memória de Portugal. O milénio português*. (coord. geral Roberto Carneiro; coord. científica Artur Teodoro de Matos). Rio de Mouro. Círculo de Leitores, SA. pp. 86 – 87.

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte. *Portugal – O sabor da terra. Algarve*. Lisboa. Círculo de Leitores.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (2002) – *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la época musulmana (siglos VIII – XV)*. Granada. Ediciones Almed – Editorial al-Andalus y el Mediterráneo.

MENDES, António Rosa (2006) – “Humanismo e Erasmismo em Tavira no século XVI. O drama de Frei Valentim da Luz, penitenciado pela Inquisição”. In. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da modernidade*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 58 – 61.

NAVARRO PALAZÓN, Júlio e ROBLES FERNANDES, Alfonso (1996) – *Liétor. Formas de vida rurales en Šarq al-Andalus a través de una ocultación de los siglos X-XI*. Murcia. Centro de Estudios Árabes y Arqueológicos “Ibn Arabi”. Ayuntamiento de Murcia.

NOGALES, BASARRATE, Trinidad (2003) – “Busto-retrato feminino (ficha de catálogo)”. In. *Tavira. Território e poder*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 263.

OLIVEIRA, Luís Filipe e Mattoso, José (1997) – “O Algarve”. In. Mattoso, José; Daveau, Suzanne e Belo, Duarte. *Portugal – O sabor da terra. Algarve*. Lisboa. Círculo de Leitores. pp. 5 – 27.

OLIVEIRA, Luís Filipe (2006) – “Caminhos da terra e do mar no Algarve medieval”. In. *Actas das I.^{as} Jornadas As vias do Algarve da época romana à actualidade*. s.l. Câmara Municipal de S. Brás do Alportel. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. pp. 32 – 38.

OLIVEIRA, Luís Filipe (no prelo) – “A Ordem de Santiago em Portugal: A conquista das terras do Sul (sécs. XII-XIII)”. In. *Actas do V Congreso Nacional sobre La Cultura de Andalucía, La Orden Militar de Santiago. Fortificaciones y Encomiendas. Estepa. 14 a 16 de Setembro de 2009*.

ORTON, Clive; TYERS, Paul e VINCE, Alan (1997) – *La cerámica en arqueología*. Barcelona. Crítica.

PAIXÃO, António Cavaleiro e CARVALHO, António Rafael (2001) – “Cerâmicas almóadas de al-Qasr al-Fath (Alcácer do Sal)”. In. *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa. IPPAR. Junta de Extremadura. pp. 199 – 229.

PAULO, Dália (2000) – *A casa islâmica. Catálogo*. s.l. Museu Arqueológico Municipal. Câmara Municipal de Faro.

PAULO, Luís Campos (2006) – *Tavira Islâmica. A Cidade e o Território*. Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia Medievais. Universidade Nova de Lisboa. Exemplar policopiado.

PEREIRA, José António Rodrigues (2008) – “Tavira na Expansão Portuguesa”. In. *Tavira, patrimónios do mar*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 85 – 93.

PICARD, Christophe (1998) – “A islamização do Gharb al-Ândalus”. In. *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 25 – 34.

PICARD, Christophe (2000) – *Le monde musulman du XI^e au XV^e siècle*. sl. Sedes.

PICARD, Christophe (2001) – “Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions”. In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 – 1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa. Edições Colibri. Câmara Municipal de Palmela. pp. 203 – 212.

PICOITO, Pedro (2001) – “Sujeitar”. In. Carneiro, Roberto e Matos, Artur Teodoro (coord.). *Memória de Portugal. O milénio português*. Rio de Mouro. Círculo de Leitores, SA. pp. 136 – 137.

REI, António (2002) – “Azóias/arrábidas no Gharb al-Andalus e o movimento dos muridîn – subsídios para a sua identificação especial” in. *XARAJIB*. n.º 2. [online] Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves. [26.02.2010]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/investigar-estudos/PDF-estudos/PDF-estudo-Azoias.pdf>

REI, António (2003) – “A fronteira no sudoeste peninsular (1234-1242). Novas visões da «Reconquista» a partir do al-Mughrib... de Ibn Sa‘id de Granada”. *Arqueologia Medieval*. n.º 8. Porto. Edições Afrontamento. pp. 29 – 41.

REI, António (2005) – “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa‘id al-Maghribî”. In. *Medievalista*. n.º 1 [online] <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm>

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (1978) – *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*. Palma de Mallorca. Institut d’Estudis Balears.

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (1991) – *El nombre de las cosas en al-Andalus. Una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca. Societat Arqueològica Lul·liana.

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (2008) – *El ajuar de las casas andalusíes*. Málaga. Editorial Sarriá.

RUIZ, Eduardo (2001) – “Representaciones antropomorfas hispano-musulmanas sobre hueso. In. *Anales de Arqueología Cordobesa*. n.º 12. Córdoba. Universidad de Córdoba. Facultad de Filosofía y Letras. pp. 385 – 396.

SANTANA, Daniel (2001) – “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira”. In. *Monumentos*. n.º 14. s.l. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

SANTANA, Daniel (2005) – “Arquitectura Histórica de Tavira – uma síntese”. In. *Tavira. Vila antiga, cidade renovada*. s.l. Câmara Municipal de Tavira. pp. 25 – 50.

SANTANA, Daniel (2008) – *Guia dos jardins históricos de Tavira*. Loulé. Câmara Municipal de Tavira.

SANTOS, José Costa e ABRANCHES, Paula Barreira (2006) – “Do Bairro Islâmico ao “Empreendimento do Castelo” (Silves). Primeiros resultados de uma intervenção arqueológica”. In. *Xelb*. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve. n.º 6. Vol. II. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 131– 140.

SANTOS, José Costa e ABRANCHES, Paula Barreira (2008) – “Urbanismo do Arrabalde de Silves em Vésperas da Reconquista”. In. *Xelb. Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. n.º 8. Vol. I. Silves. Câmara Municipal de Silves. Museu Municipal de Arqueologia. pp. 255 – 262.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2001) – “Tavira. Um percurso na História (séculos XII-XVIII)”. In. Guedes, Rui Gonçalves (ed.). *Tavira. História Viva*. s.l. s.n. p. 13 – 79.

SILVA, António Jorge Sebastião e Silva (1997) – “As fortificações pós-medievais em Tavira”. In. *Actas das III Jornadas de História de Tavira*. Tavira. Clube de Tavira.

SILVA, Manuela Santos (2004) – “Estudo introdutório”. In. *O Foral de Tavira de 1504: estudo e transcrição*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira. pp. 6 – 29.

SOUTO, Henrique (1989) – “O clima e as suas influências. Vegetação natural, reflexo primordial do clima”. In. *Países, povos e continentes. Vol. 4. Portugal*. s.l. Círculo de Leitores.

TAHIRI, Ahmed (2003) – “Tavira Islâmica. Una entidad urbana de Ukšunuba en Gharb al-Andalus”. In. *Tavira Poder e Território*. Lisboa. Câmara Municipal de Tavira. IPM. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 147 – 154.

TAHIRI, Ahmed (2011) – “Gharb al-Magreb e al-Andalus nos itinerários geográficos”. In. *Itinerários e Reinos. Uma descoberta do Mundo. O Gharb al-Andalus na obra do Geógrafo al-Idrisi*. Actas do Congresso Internacional Itinerante. s.l. Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. Fundação al-Idrisi Hispano Marroquina. pp. 43 – 61.

TOMÁS, Ricardo (2003) – *Gramática decorativa da talha almóada de Tavira*. [online]. [16.08.2011]. Disponível em <http://www.arkeotavira.com/Estudos/Talha.pdf>

TORREMOCHA SILVA, António e OLIVA CÓZAR, Yolanda (2002) – “La Cerámica con decoración impresa de época meriní”. In. Torremocha Silva, António e Oliva Cózar, Yolanda (editores científicos) *La cerámica Musulmana de Algeciras. Producciones estampilladas. Estudios y Catálogo*. Algeciras. Fundación Municipal de Cultura “José Luís Cano”. pp. 31 – 37.

TORRES, Cláudio (1987) – *Cerâmica islâmica portuguesa*. s.l. Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio (1992) – “O Garb-Al-Andaluz – A terra e os homens”. In. *História de Portugal*. (dir. de José Mattoso). vol. I. – *Antes de Portugal* (coord. de José Mattoso). Lisboa. Círculo de Leitores. pp. 360 – 383.

TORRES, Cláudio (2004) – *O vaso de Tavira*. Câmara Municipal de Tavira. Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio *et alli* (PALMA, Manuel; REGO, Miguel e MACIAS, Santiago) (1991) – “Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade”. In. *Actas do IV Congresso Internacional “A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental”*. Lisboa 16 – 22 de Novembro de 1987. Campo Arqueológico de Mértola. pp. 497 – 536.

TORRES, Cláudio; GÓMEZ, Susana e FERREIRA, Manuela Barros (2003) – “Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos”. In. *Actas das 3^{as} Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela Câmara Municipal de Tondela. p. 125-134.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago (1998) – *O Legado islâmico em Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito (1989) – *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*. Anotações de Arnaldo Casimiro Anica. s.l. Câmara Municipal de Tavira.

VEIGA, Sebastião Phillippes Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Situação Geographico-physica Indicada por Dois Monumentos Romanos Recentemente Descobertos na Quinta da Torre d’Ares Distante seis Kilómetros da Cidade de Tavira*. [online] [11.06.2009]. Lisboa. Imprensa Nacional. Disponível em <http://www.arkeotavira.com/Estudos/Povos%20Balsenses.pdf>

VIEGAS, Catarina (2006) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (I) A terra sigillata*. s.l. Município de Tavira.

VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende de (2006) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Vol. I. Coimbra.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1999) – “Las cerámicas andalusíes, sus elementos cromáticos y sus posibles simbolismos”. In. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*. vol. II. [Online]. [11.08.2011]. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 449 – 456. Disponível em. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3231.pdf>